

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

MARCONI DA CONCEIÇÃO DANIEL

O trabalho docente tem cor: construindo uma Clínica do Trabalho antirracista

Vitória/ES

2023

MARCONI DA CONCEIÇÃO DANIEL

O trabalho docente tem cor: construindo uma Clínica do Trabalho antirracista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientadora: Maria Elizabeth Barros de Barros.

Vitória/ES

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D184t Daniel, Marconi da Conceição, 1990-
O trabalho docente tem cor : construindo uma Clínica do
Trabalho antirracista / Marconi da Conceição Daniel. - 2023.
114 f. : il.

Orientadora: Maria Elizabeth Barros de Barros.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Trabalho - Aspectos psicológicos. 2. Antirracismo. I.
Barros, Maria Elizabeth Barros de. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 159.9

MARCONI DA CONCEIÇÃO DANIEL

O trabalho docente tem cor: construindo uma Clínica do Trabalho antirracista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientadora: Maria Elizabeth Barros de Barros.

Banca Examinadora

Maria Elizabeth Barros de Barros

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora

Jacyara Paiva

Universidade Federal do Espírito Santo

Membro Interno

Claudia Osório da Silva

Universidade Federal Fluminense

Membro Externo

Vitória/ES 2023

RESUMO

Esta dissertação de mestrado se configura como um modo de problematizar as condições de constituição dos processos de trabalho na realidade brasileira, aborda os estudos de processos de trabalho no âmbito da Psicologia. O foco são as perspectivas em Clínicas do Trabalho, mais especificamente, a Clínica da Atividade, algumas de suas formulações conceituais e metodológicas. O texto lança mão de conceitos formulados nesse campo para, então, fazer um debate sobre as questões do racismo estrutural e seus efeitos nos processos de trabalho, como chave de entendimento e análise dos modos de subjetivação e de constituição da vida em meio laboral. O campo empírico foi uma escola da rede municipal da Grande Vitória. As participantes foram docentes negras que trabalham na referida escola.

Ao analisar os processos de trabalho na realidade brasileira, é preciso levar em conta a sua constituição histórica e política que se faz por efeitos dos processos de escravização e racialização de corpos negros. Partindo dessa perspectiva, trata-se de uma construção de uma clínica do trabalho antirracista por meio do trabalho concreto de mulheres negras na docência. Para esse propósito, realizamos a interação entre alguns operadores conceituais da Clínica da Atividade e os estudos sobre os processos de racialização de corpos negros como efeitos do processo de escravidão negra.

A pesquisa se efetivou com trabalhadoras docentes negras atuantes na educação básica pública em escolas da Região Metropolitana da Grande Vitória. Foram realizados encontros presenciais de modo coletivo em rodas de conversa e, posteriormente, entrevistas individuais por meio da instrução ao sósia, uma metodologia de pesquisa própria da Clínica da Atividade. Nos encontros tanto de modo coletivo, quanto individual, as trabalhadoras narraram o modo como a questão racial se articulava com suas trajetórias profissionais e nas experiências de vida. O impulso dos encontros se encontrava no ofício docente dessas professoras sendo expresso cotidianamente por meio da atividade, tendo como elemento de importância de análise a sua inserção aos processos de trabalho como mulheres negras, desse modo, dando visibilidade às estratégias de enfrentamento e de criação por meio das estilizações diaspóricas.

Por fim, compreendemos que o ofício docente de mulheres negras aparece como um modo incorporado de fazer frente à constante construção do gênero profissional trabalhadora docente composto por valores da branquitude. As estilizações diaspóricas sendo exercidas por meio da atividade docente das mulheres negras, se encontram capilarizadas nos arranjos do ofício em

suas dimensões: pessoal, interpessoal, transpessoal e impessoal. O trabalho concreto dessas profissionais é o que auxilia no fortalecimento da luta antirracista, no enriquecimento do gênero profissional e no desenvolvimento do seu poder de agir.

Palavras-chave: Subjetividade; Racismo; Clínicas do Trabalho.

ABSTRACT

This master's thesis is configured as a way of problematizing the conditions for the constitution of work processes in the Brazilian reality, addressing the studies of work processes within the scope of Psychology. The focus is on perspectives on Work Clinics, more specifically, the Activity Clinic, and some of its conceptual and methodological formulations. The text uses concepts formulated in this field to then debate the issues of structural racism and its effects on work processes, as a key to understanding and analyzing the modes of subjectivation and constitution of life in the workplace. The empirical field was a municipal school in Greater Vitória. The participants were black teachers who work at that school.

When analyzing work processes in the Brazilian reality, it is necessary to take into account its historical and political constitution, which is created by the effects of the processes of enslavement and racialization of black bodies. From this perspective, it is about the construction of an anti-racist work clinic through the concrete work of black women in teaching. For this purpose, we carried out an interaction between some conceptual operators of the Activity Clinic and studies on the processes of racialization of black bodies as effects of the process of black slavery.

The research was carried out with black female teachers working in public basic education in schools in the Metropolitan Region of Greater Vitória. Face-to-face meetings were held collectively in conversation circles and, later, individual interviews through instruction to the double, a research methodology specific to *Clínica da Atividade*. In both collective and individual meetings, the workers narrated the way in which the racial issue was linked to their professional trajectories and life experiences. The impulse of the meetings was found in the teaching profession of these teachers, being expressed daily through activity, having as an important element of analysis their insertion into the work processes as black women, thus, giving visibility to the strategies of coping and creation by through diasporic stylizations.

Finally, we understand that the teaching profession of black women appears as an incorporated way of facing the constant construction of the teaching professional gender composed of white values. The diasporic stylizations being exercised through the teaching activity of black women are found capillarized in the arrangements of the profession in its dimensions: personal, interpersonal, transpersonal and impersonal. The concrete work of these professionals is what helps to strengthen the anti-racist fight, enrich the professional genre and develop their power

to

act.

Keywords: Subjectivity; Racism; Labor Clinics.

RESUMEN

Esta tesis de maestría se configura como una forma de problematizar las condiciones para la constitución de los procesos de trabajo en la realidad brasileña, abordando los estudios de los procesos de trabajo en el ámbito de la Psicología. La atención se centra en las perspectivas sobre las Clínicas de Trabajo, más específicamente, la Clínica de Actividad, y algunas de sus formulaciones conceptuales y metodológicas. El texto utiliza conceptos formulados en este campo para luego debatir las cuestiones del racismo estructural y sus efectos en los procesos de trabajo, como clave para comprender y analizar los modos de subjetivación y constitución de la vida en el lugar de trabajo. El campo empírico fue una escuela municipal de la Gran Vitória. Los participantes eran profesores negros que trabajan en esa escuela.

Al analizar los procesos de trabajo en la realidad brasileña, es necesario tener en cuenta su constitución histórica y política, creada por los efectos de los procesos de esclavización y racialización de los cuerpos negros. Desde esta perspectiva, se trata de la construcción de una clínica de trabajo antirracista a través del trabajo concreto de las mujeres negras en la docencia. Para ello, realizamos una interacción entre algunos operadores conceptuales de la Clínica de Actividad y estudios sobre los procesos de racialización de los cuerpos negros como efectos del proceso de esclavitud negra.

La investigación se realizó con profesoras negras que trabajan en la educación básica pública en escuelas de la Región Metropolitana de la Gran Vitória. Se realizaron encuentros cara a cara de forma colectiva en círculos de conversación y, posteriormente, entrevistas individuales a través de la instrucción al doble, metodología de investigación específica de la Clínica da Atividade. Tanto en encuentros colectivos como individuales, los trabajadores narraron la forma en que la cuestión racial se vinculó con sus trayectorias profesionales y experiencias de vida. El impulso de los encuentros se encontró en la profesión docente de estas docentes, expresándose cotidianamente a través de la actividad, teniendo como elemento importante de análisis su inserción en los procesos de trabajo como mujeres negras, dando así visibilidad a las estrategias de afrontamiento y creación por parte de a través de estilizaciones diaspóricas.

Finalmente, entendemos que la profesión docente de las mujeres negras aparece como una forma incorporada de enfrentar la construcción constante del género profesional docente compuesto por valores blancos. Las estilizaciones diaspóricas que se ejercen a través de la

actividad docente de las mujeres negras se encuentran capilarizadas en los arreglos de la profesión en sus dimensiones: personal, interpersonal, transpersonal e impersonal. El trabajo concreto de estos profesionales es lo que ayuda a fortalecer la lucha antirracista, enriquecer el género profesional y desarrollar su capacidad de acción.

Palabras clave: Subjetividad; Racismo; Clínicas Laborales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	32
Figura 2.....	45
Figura 3.....	55
Figura 4.....	59
Figura 5.....	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
NEPESP/PFIST	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Política / Programa de Formação e Investigação em Saúde do Trabalhador
PL	Plano Letivo
PPGPSI	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional
RMGV	Região Metropolitana da Grande Vitória
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	14
PREÂMBULO	18
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1: RACISMO E TRABALHO NO BRASIL	23
CAPÍTULO 2: ATIVIDADE E RACIALIZAÇÃO	33
Alguns operadores conceituais em articulação com o trabalho docente de mulheres	
negras.....	33
Racializando a atividade: a estilização diaspórica como via	39
CAPÍTULO 3: O TRABALHO DE CAMPO	51
Dialogando sobre metodologia	51
Do nascimento da proposta	52
A entrada no campo empírico	55
Dos métodos: a roda de conversa.....	60
Da instrução ao Sósia.....	67
Professora 1: o fazer docente e o gênero profissional trabalhadora docente negra.....	70
Professora 2: ser mulher negra com tatuagens	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108

AGRADECIMENTOS

O percurso da experiência de mestrado foi efeito de uma vida e dos encontros que tive até esse momento, “eu sou porque acredito e amo”, em uma das perspectivas filosóficas africanas ser é acreditar em algo maior e amar a comunidade. Eu tive fé, amei e fui amado nesse percurso.

Agradeço a Oxalá por me amar, guiar meu Orí e por ter atravessado os tempos e me resgatado nesse processo de diáspora brasileira. A sua força vital e a de todos os orixás e seres espirituais afro-brasileiros me sustentam.

Agradeço a todos os meus familiares que sempre me apoiam. Em especial minha mãe, dona Maria da Conceição Daniel, me trouxe ao mundo, e com sua força suave me ensinou a encarar a vida de forma consistente e serena. Ao meu pai Geraldo Francisco Daniel por contar suas histórias, sem ele eu não seria. Ao meu irmão Alexandre da Conceição Daniel (em memória) por ter sido grandioso em sua passagem por aqui e por nós.

Agradeço imensamente à minha família de Santo do Ilê Axé Alaketu Odé Aganan. Ao meu Babalorixá Ricardo Bonfim, minha Iyalorixá Luciene Mary por me acolher, cuidar e me conectar às riquezas da ancestralidade africana com todo zelo, incentivo e carinho, assim como Babá Jorge, Iya Vera, Iya Tainã, Egbomi Nayara e Iya Emile. Aos meus irmãos e irmãs de Santo, Lucineide, Tiago, Natalia, Marília, Rani e Felipe.

Às amigas, Ingrid, Izabela, Castiel, Mayara, Aila, Nayara, Valeria, Cristiano, Thais, Ramon, Fabricio, Helom e tantas outras que me auxiliaram nesse caminho, e a acreditar na minha capacidade de realizar sonhos e produzir vitalidade.

Agradeço à minha orientadora e amiga Maria Elizabeth Barros de Barros, pela generosidade, apoio, incentivo e movimentação para a realização deste trabalho. Ao grupo de pesquisa pelos apontamentos no texto, elaborações e pelas trocas que causavam abalos para um respiro do pensamento.

Sou muito grato ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, aos professores e colegas que fizeram parte da minha formação.

Às membras da banca examinadora, Dra. Jacyara Paiva e Dra. Cláudia Osório pelas contribuições no exame da qualificação e na generosidade com o caminhar do processo de pesquisa.

Agradeço à Natalia Nespoli e Jeferson Nicácio, psicanalistas que cuidaram da minha emocionalidade para que eu pudesse fazer frente aos desafios da vida com condições de amortecimento dos impactos subjetivos desse processo.

A todas aquelas pessoas que durante esses dois anos, tanto na Bahia quanto no Espírito Santo, com variados graus de intensidade de relação, deixaram suas afetações que contribuíram na construção desse trabalho.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento que possibilitou a efetivação dessa dissertação de mestrado.

Por fim, mas sem conclusão, agradeço à minha coragem de escrever como forma de “não aceitar o silêncio”.

Sankofa

Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás

Provérbio ganês

Dwennimmen

O carneiro, ao atacar, não deve fazê-lo com os chifres e sim com o coração.

Provérbio ganês

"Na fina camada entre memória e esquecimento, por vezes o que se revela, desconcertante e assustador, é o presente".

(o Menino 23 de Belisário Franca)

PREÂMBULO

Pensar os mundos do trabalho na realidade brasileira, marcada pelos escravismos e pelos processos de racialização é, em certa medida, dar visibilidade a uma história outra sobre as condições atuais desses mundos e dos sujeitos que fazem parte da sua composição. Tentarei, nessa pesquisa, investigar uma história feita por mãos negras¹, masculinas e femininas, por meio do trabalho e dos impactos causados nos modos de vida individuais e coletivos nessa população.

Em um momento de leitura sobre algumas áreas de atuação e de possibilidades de análise das psicologias no trabalho, me deparei com a palavra de origem italiana *lavoro* que, para brasileiros, significa trabalho. Não mais que de repente, me recordei dos tempos de infância em Afonso Cláudio, no interior do Espírito Santo, onde nasci, quando minha família toda preta e retinta, descendente de africanos escravizados aqui no Brasil, ainda trabalhava numa fazenda para um dos doutores brancos do café daquela época. O que me chamou a atenção é que, o nome que se dá para as enormes plantações de café geridas pelos fazendeiros e descendentes de italianos e alemães é lavoura ou, como diz minha mãe, “colonhas” de café.

As lavouras eram o local onde muitas famílias, na sua grande maioria pretas e indígenas, historicamente, fizeram dali, sem ter muitas opções de escolha, seu espaço de habitação e de trabalho, não como proprietários da terra, das lavouras e dos lucros obtidos, mas como mão de obra escrava dos fazendeiros brancos. Os trabalhadores e trabalhadoras dessas famílias são chamados de colonos, uma palavra que se aproxima muito da palavra colônia, que vem de colonização.

Pessoas racializadas como pretas eram inseridas de modo arbitrário às condições escravizantes de trabalho. Mulheres e homens pretos utilizavam sua força como ferramentas de obtenção de lucros e prosperidade para o mundo colonial. Uma questão deve ser destacada: a diferença de gênero apresentada pelo sexismo, conectada ao racismo, não produzia uma diferença entre os modos como essas pessoas trabalhavam. As mulheres africanas e homens africanos viviam nas mesmas condições laborais e executavam as mesmas tarefas árduas, não havendo separação entre atributos de homens e de mulheres no modo violento como o trabalho das colônias se efetivava. De acordo com Davis (2016), o gênero apresentado pelo sexismo era conectado à

raça no corpo das mulheres africanas quando eram violentadas por estupros recorrentes, nos trabalhos domésticos, ou como reprodutoras de novos sujeitos para o trabalho na escravidão. Fora dessas situações eram equiparadas aos homens africanos.

No Brasil, atual e de outrora, é possível articular termos como trabalho, lavoura, preto, índio, escravizado, colônia e imigrante italiano/alemão e, então, perceber que o jogo de composição dessas palavras expressa um modo de produção de realidade e de relações entre diferentes grupos humanos: o trabalho (*lavoro*) em vidas racializadas (indígenas, pretos, ciganos) em território brasileiro mistura trabalho – lavoura – *lavoro*, feito e efeito do Brasil-colônia, produz impactos preocupantes na vida desses grupos até hoje. Isso não pode passar despercebido quando temos como foco análise do processo de trabalho no Brasil.

INTRODUÇÃO

O cenário definido no segmento anterior desse texto é o cenário do qual tem nascimento a presente pesquisa: desenvolver um estudo sobre as questões que compõem o trabalho de educadoras pretas na Região Metropolitana da Grande Vitória e como a atividade docente pode ser ferramenta importante no combate ao racismo estrutural, no nosso caso, na escola de uma rede pública.

Existe uma frase que é muito conhecida, “o trabalho enobrece o Homem”, de acordo com os significados estabelecidos a partir desse trecho, a possibilidade de trabalhar traria junto dela de modo concomitante, a possibilidade criar valor para si, um diferencial para acessar um outro nível de humanidade e de humanização.

No que tange à população negra brasileira, nas relações de trabalho há o aparecimento de alguns impasses que colocam em xeque o lugar de enobrecimento a partir desta experiência, visto que historicamente a condição de negro e negra no Brasil se dão de modo a inserir uma hierarquização e divisão racial do trabalho.

Nesse trabalho de investigação o objetivo foi acompanhar os processos de trabalho de docentes negras e compreender através da análise coletiva do trabalho, o modo de expressão no campo do trabalho, os efeitos dos processos de racialização dos corpos negros e femininos.

O processo de pesquisa se deu na articulação entre as ideias de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), gênero profissional², atividade e estilo como conceitos e elementos de análise dos processos de trabalho na Clínica da Atividade (CLOT, 2006). O foco foram as perspectivas em Clínicas do Trabalho, mais especificamente, a Clínica da Atividade, suas formulações conceituais e metodológicas.

O campo empírico foi uma escola da rede municipal da Grande Vitória/ES. As participantes foram docentes negras que trabalham na referida escola. Os métodos escolhidos para análise do trabalho foram: rodas de conversa e instrução ao sócio. Ao confrontar as regras do ofício a partir do material produzido com as trabalhadoras, tomadas como protagonistas do processo, foi possível gerar novas articulações nas maneiras de fazer educação que podem reverberar nesse gênero profissional.

Para criar modos consistentes de argumentação, desenvolvemos uma pesquisa de intervenção e revisão bibliográfica conjuntamente com os métodos supracitados e desenvolvemos o conceito de estilização diaspórica.

O interesse pelos processos de trabalho vem, assim, de um entendimento de que eles se constituem, também, como invenção/normatividade humana recheada de vivacidade e rica em possibilidade e de transformação social. A atividade, conceito fundamental na Clínica da Atividade, foi trabalhado de forma mais detida ao longo da pesquisa, será tomada como o agir do/a trabalhador/a e que não se reduz ao gesto executado, mas porta inúmeras possibilidades, sempre presentes como dimensão virtual desses gestos, o que leva o sujeito a arbitrar/ criar caminhos de forma a seguir com sua ação, definir o curso que não deve tomar, ou mesmo fazer o que não é preciso, aquilo que o afasta do atendimento das expectativas que nele são depositadas. Trata-se de considerar as inúmeras possibilidades irrealizadas que dariam cursos distintos ao desenvolvimento da atividade.

Esse trabalho que se organiza em situações concretas compõe a história transpessoal do coletivo de trabalho, oferecendo normas que orientam a ação, “uma história que não é apenas a história dos sujeitos concernidos, mas a história de um ofício (*métier*) que não pertence a ninguém em particular, mas pela qual todos, no entanto, se sentem responsáveis” (Clot, 2011, p. 73).

Nesse sentido, destacamos que, para a Clínica da Atividade, um ofício se constitui pelas dimensões de caráter pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal. Uma atividade é realizada por uma pessoa, mas sempre está em vias de direcionar para alguém e para um objetivo, ela é direcionada e acontece num movimento coletivo. Esse aspecto é precioso para nosso trabalho, pois nos interessa analisar como docentes, mulheres negras, usam uma certa ‘senha’ para desenvolverem seu trabalho em escolas, senha que foi se constituindo no processo histórico dessas mulheres no Brasil.

A atividade de uma trabalhadora negra surge como elemento formador de um ponto de mutação, o uma horta fértil de germinação de sementes de mundos outros, de outros posicionamentos subjetivos, aliados à vida como multiplicidade, sempre em busca de meios de escapar a categorização e sobrecodificação. Investir numa conexão entre essa dimensão transformadora do trabalho e as lutas dos povos negros é criar caminhos de mudança do que está colocado, instituído, as resistências negras, de alguma forma, se deram e ainda se dão, também por meio do trabalho e dos seus efeitos na constituição da realidade. Na perspectiva dos operadores teóricos da Clínica da Atividade, isso se dá por meio das estilizações.

Assim, se efetivou uma estilização diaspórica como espaço de tensão, movimento de deslocamento feito no “mesmo lugar”, quando foram assumidas distintas posições discursivas, efetivando-se um deslocamento corpóreo e subjetivo. Dessa forma, o trabalho das professoras foi se aquilombando, o que significa criação de espaços coletivos de pertencimento, afetividade, acolhimento, fortalecimento de laços, de memórias e de identidade cultural para a população negra. O aquilombamento é uma tecnologia social de organização que permite questionar padrões vigentes, resgatar memórias silenciadas de nossos ancestrais. A ideia foi a de conceber a ação de aquilombamento das docentes associada à diáspora como produção da diferença, afirmação do protagonismo de suas vidas e, portanto, gestão autônoma do agir em trabalho. As narrativas insurgentes das docentes apontam um novo caminho para a organização do trabalho na escola a partir da análise do racismo estrutural que vem sendo invisibilizado nos estabelecimentos educacionais. Uma estilização diaspórica cria e deseja o novo no trabalho.

CAPÍTULO 1: RACISMO E TRABALHO NO BRASIL

A dimensão existencial do negro brasileiro, como indicam alguns autores e autoras (Moura; Gonzalez; Nogueira, 1983/2021) é constituída pelos processos de escravização que caracterizam a formação da força de trabalho no Brasil.

Lilia M. Schwarcz e Heloísa M. Starling (2018), ao se dedicarem ao entendimento da construção desse período, que traz efeitos na sociedade brasileira até os dias de hoje, fazem um recorte da inserção da população negra africana no Brasil e os desdobramentos do abuso de autoridade, desrespeito e objetificação dessa população.

Conforme as autoras, esses trabalhadores são o alicerce da nossa sociedade, uma vez que, sem os trabalhadores escravizados, não seria possível construir, cultivar, conservar e, sequer, ter engenho. Eles chegaram a constituir mais de 75% da população, como no recôncavo baiano, por exemplo. Desde o século XVI até 1850, quando da extinção do tráfico de mão de obra escrava, a taxa de crescimento populacional era negativa, em função de mortes prematuras e baixa taxa de nascimentos. Foi assim que teve início a importação de trabalhadores/as escravizados/as, provenientes da África, o que gerou a vinda de influentes traficantes de homens em direção à América e o aumento da demanda de produtos comercializados na costa africana, como o fumo e a aguardente (Schwarcz, & Starling, 2018).

Sem raízes, direitos e laços com a comunidade em que estavam inseridos, a escravidão do século XVI não se efetivou da mesma forma que outros sistemas de trabalho já efetivados pelos europeus desde a antiguidade, que também se constituíram como formas de trabalho compulsórias. Povos que praticaram a escravidão sempre deram aos cativos o tratamento de estrangeiro, julgando-os indivíduos sem história ou família (Schwarcz, & Starling, 2018).

No entanto, homens e mulheres escravizados não renunciaram a desempenhar a função de agentes e senhores de suas vidas. Criavam entre si laços de afeição, associações culturais, religiosas e redes afetivas de trabalho e luta. Mantinham relações afetivas com filhos e esposas dos senhores, a quem contrariavam e realizavam pequenas barganhas, e rejeitavam atividades a que não estivessem dispostos. Diversas formas de fugas se realizaram, reagindo ao cotidiano violento. A expressão Quilombo foi utilizada na África, especialmente na Angola, para caracterizar um tipo de acampamento fortificado e militarizado, composto de guerreiros, iniciados e praticantes da magia. No século XVII, as autoridades portuguesas proibiram aglomerações maiores do que de seis pessoas escravizadas fora de seus trabalhos, como

estratégia de frear os movimentos que se revelavam contra as tentativas de roubar suas iniciativas de resistência (Schwarcz, & Starling, 2018).

Assim, a entrada no movimento de construção do Brasil se deu, para os negros e negras na cena colonial, como trabalhadores escravizados para os senhores e senhoras brancos (Nogueira, 2021). De acordo com a autora, existiu uma produção da condição da população negra como objeto: condições degradantes de trabalho e moradia, corpo utilizado como mercadoria, escravização, tentativas de retirada de autonomia, exposições e punições em praças públicas. Todas essas práticas aconteciam à revelia, e só encontravam meios de expressão porque o sujeito, que, antes, era africano, passou a ser produzido como negro escravizado. A cor preta passa a servir à configuração dos modos de constituição das relações e do trabalho, a partir da escravidão.

A construção da nação brasileira, portanto, foi realizada pelo trabalho escravo de milhões de africanos e africanas que chegaram ao território na condição de pessoa escravizada. A história do trabalho no Brasil não pode ser desvinculada da história dos negros e negras (Moura, 1983) trazidos para o nosso país. A germinação do que viria a ser o *modus operandi* do trabalho e das relações entre os sujeitos a partir das hierarquizações entre raças acontece no embate entre a naturalização de tal modo e a luta incessante contra a sua efetivação.

Assim, a formação da sociedade e a constituição das práticas sociais correntes de outrora e na atualidade no Brasil se dá pelos efeitos de um período da história brasileira marcado pela escravização e divisão racial do campo social (Gonzalez, 2021).

Situar a construção do campo do trabalho conectado com a questão dos negros e negras brasileiros é afirmar que a transformação da condição de escravizado para a de liberto inclui a reconfiguração da sociedade. Reconfigurar inclui a atenção a um problema: como incluir a pele preta do negro na condição de cidadão e trabalhador livre nos modos de gestão do trabalho? A questão da população negra a colocou na posição de agente coletivo (Moura, 1983).

Moura (1983) nos indica que situar o negro historicamente é compreendê-lo como dinamizador dessa construção da sociedade brasileira. As lutas contra a escravidão e em busca de liberdade eram parte do modo de vida dos povos negros. Uma expressão importante desse processo e que teve grande impacto na nossa história foi a criação da República de Palmares¹, acontecimento

¹ O quilombo de Palmares foi uma organização coletiva pautado nos modos de vida africanos, uma forma de resgate da liberdade e de recusa à vida escravizada que aconteceu durante o regime de escravidão no Brasil. Ver (Nascimento, 2021).

político que conseguiu pôr em xeque a economia e a estrutura militar colonial (Moura, 1983, p.125). A condição imposta pela escravidão sempre foi, assim, marcada por movimentos de resistência; o processo de escravização não se deu sem reação do povo negro. Além do Quilombo de Palmares, Moura (1983) cita algumas revoltas baianas entre 1798 e 1844 e personagens negros históricos como Pacífico Licutã, Elesbão Dandarã, Luís Sanin, Luisa Main e muitos outros. Afinal, os humanos não suportam as tentativas de sufocar seu movimento incessante de autonomia e de criação de novos territórios existenciais. Os movimentos da população negra, a qual tantas vezes tentaram silenciar, nos mostra isso com muita força. Assim, a questão do trabalho no Brasil sempre esteve marcada pela luta por alteração da condição de escravizado, na luta por alteração dos modos de trabalho, das condições desse trabalho e na relação entre senhor e subordinados (Moura, 1983).

Desse modo, o debate a respeito do que vem a ser o pensamento e práticas do trabalho, se efetiva no âmbito dessa produção das lutas pela transformação e eliminação da condição de pessoa negra escravizada. Ao questionar a escravidão, simultaneamente, questionamos a relação entre as pessoas negras escravizadas e o senhorio formado por pessoas de raça branca. Transformar radicalmente as formas de organizar e pensar o trabalho precisa partir desse regime de escravidão: transformar as relações entre os sujeitos, as relações de trabalho e o regime escravagista implica destacar que a condição de escravizados foi atribuída à população negra no Brasil (Moura, 1983).

A cor da pele estabeleceu as condições para tornar-se pessoa e trabalhador e trabalhadora em condições de liberdade. A constituição de urbanização e industrialização, estar ou não adequado ao novo modelo econômico em ascensão, e a possibilidade de entrada no regime do capitalismo, eram efetivadas a partir do crivo da pele escura e de como esse quadro remete ao passado escravagista (Fernandes, 2007).

A população negra é a base de sustentação do início do capitalismo e da tentativa de modernização do Brasil (Moura, 1983). Nesse sentido, as primeiras lutas de classe e tentativa de melhoria de condições de vida dos trabalhadores em relação à exploração pelo trabalho, aconteceram na luta pela condição de humanidade dos negros por meio do trabalho que no Brasil se iniciou pautado pela escravidão (Moura, 1983). Ao trazer o povo negro como agente coletivo de dinamização da realidade brasileira, Moura traz alguns pontos sobre a criação dessa dinâmica: as insurreições, os quilombos e demais movimentos dinâmico/radicais ocorridos durante aquele período (Moura, 1983, p. 125).

A crença na existência de raças biológicas sobredetermina e justifica o racismo e a racialização, afirmando que existe uma hierarquia e superioridade de uma raça sobre a outra (Monsma, 2013). A partir dessas crenças se dão os processos de racialização, ou seja, por meio das características físicas há a correlação com características morais e de valores, criando um modo determinado de perceber as diferentes “raças” (Monsma, 2013).

Nesse sentido, entende-se a entrada da condição de negro à cena política e aos mundos do trabalho a partir do tráfico de pessoas por meio das embarcações de aniquilação de sonhos, denominados navios negreiros, que se materializavam no processo de escravidão.

Com o advento das raças e o processo de racialização dos corpos negros (Monsma, 2013), houve um condicionamento à escravização moral e física das pessoas escravizadas. Passou-se a incluir a diferença em tons de pele como modo de naturalizar, em forma de raça, os modos de vida impostos pelo sistema colonial. A divisão entre escravizados e senhores e senhoras de engenho configurou os modos de relação e de sustentação dessa sociedade.

De um modo geral, as pessoas negras eram tratadas como seres não-humanos, em péssimas condições de moradia, trabalho escravo e excessivo, corpo tornado objeto, submetidos a ações que buscavam restringir autonomia, e à violência material e imaterial. Tais condições fizeram transfigurar povos africanos em negros escravizados (Monsma, 2013). A condição de negro e negra é, portanto, efeito de aspectos determinados pelo modo colonial e racial branco.

Atuar como agente coletivo de dinamização (Moura, 1983) faz parte da história de homens e mulheres negros. De algum modo, diante das formas de expressão da sociedade por meio dos sujeitos racializados como negros e brancos, a sustentação da organização social se dava por meio do estabelecimento da distinção entre condição de pessoa e condição de escravo (Moura, 1983). O trabalho constituído pelo racismo e escravidão no Brasil, e a ideia de trabalhador livre inerente ao funcionamento dos processos de trabalho no capitalismo, não podem ignorar a condição de negro e negra nessa dinâmica.

Com a “abolição da escravatura” institucional², houve algumas alterações no modelo econômico e de gestão do trabalho. Ainda com essa modificação, ao trabalhador negro sempre foram colocados alguns obstáculos para o processo de entrada no mundo do trabalho competitivo em construção:

²O negro participou dos movimentos de revolta e de transformação da sociedade, no entanto, a abolição da escravatura não trouxe mudanças efetivas para a população negra, participaram da mudança social e política mas ainda assim permaneceram preteridos de alguns poucos efeitos positivos da abolição. Ver (Moura, 1983).

Esta divisão social do trabalho que correspondeu, na Colônia, em determinado período, a uma divisão racial do trabalho, por força da mão de obra escrava ser praticada pelos negros — divisão compulsória, portanto — agora é acionada no contexto competitivo, reservando-se para o Negro apenas aquilo que o Branco, por uma série de razões, descarta ou despreza. (Moura, 1983, p. 127).

No que tange à raça branca e sua entrada nos processos de trabalho, há uma distinção nos modos de pensar a condição de pessoa e de trabalhador, visto que a sua entrada se dá após o período escravocrata, a partir da imigração concedida pelo império (Moura, 1983). A construção de um projeto de nação e o ideal de trabalhadores que auxiliariam a constituição desse projeto passou pelo branqueamento da população, por meio do acesso a terras concedidas às pessoas em condição de imigrantes europeus no século XIX, após o fim do tráfico de pessoas escravizadas (Fernandes, 2007). Com o avanço da urbanização do país e o crescimento das cidades, tendo São Paulo como protótipo, o conjunto de pessoas negras recém libertas da escravidão oficial tiveram barreiras para o acesso aos postos de trabalho surgidos em formalização (Fernandes, 2007).

As pessoas brancas, além de serem um grupo voltado para o preenchimento da mão de obra qualificada para o trabalho livre na germinação do mercado de trabalho industrial e urbano, também eram as responsáveis por “clarear” a nação brasileira, visto que, no entendimento das elites, não havia similaridade entre negro e ideal de nação; portanto, era preciso clarear.

Ao negro, o grau de classe trabalhadora foi construído a duras penas, uma vez que, terminado o processo de escravidão, este foi lançado ao vazio de amarração social. A finalidade da sua existência só tinha sentido como escravizado no Brasil (Nogueira, 2010), e ao tentar apropriar-se da condição de cidadão para galgar a de trabalhador, era entendido como um peso, com pouca utilidade e um excedente (Nogueira, 2021).

A cor preta é, assim, associada à “raça” negra, de acordo com o regime de produção de sentidos no escopo de socialização dentro dos limites da colonialidade. A possibilidade única de existência era como escravo, e a humanização só era possível como pessoa de raça branca, visto que, naquele instante, sair da condição de escravo era se tornar um excedente, um peso social (Nogueira, 2021). O processo de imigração dos povos europeus para o Brasil deixou isso demarcado, via condição de trabalhador e branco — elemento de construção do ideal de Brasil aos modos europeus.

Outra questão que precisa ser destacada, e na nossa pesquisa assume importância indiscutível, é a situação das mulheres negras nesse cenário. A distribuição das colocações no mercado de

trabalho em expansão levou à criação de uma franja marginal, à qual forçava os baixos salários e piores condições trabalhistas, cabendo às mulheres negras a ocupação desse lugar (Moura, 1983). Partindo dessa conjuntura complexa, Gonzalez (2021) nos mostra que o sistema político em conexão com o econômico se estrutura tendo como base de sua formação o racismo e o sexismo.

O desenvolvimento desse sistema é desigual, no entanto, essa desigualdade se coloca como uma forma precisa de sua própria manutenção. Ou seja, ela torna-se aquilo que de algum modo escancara os limites destrutivos do modo de ordenação do social, mantendo sua integridade, utilizando-se da força de trabalho de negros e mulheres nos níveis inferiores de organização (Gonzalez, 2021).

O surgimento de um mercado de trabalho e os desdobramentos desse processo, por meio do trabalho das mulheres negras, é um modo de expressão da problemática supracitada. A contradição que reside na coexistência de modos de organização social capitalistas permeados por lógicas e práticas arcaicas, escravistas e excludentes apontam para uma questão: o nó de sustentação dessa contradição está presente no trabalho concreto de alguns grupos sociais; neste caso em específico, as mulheres e negros brasileiros (Gonzalez, 2021).

Ao tratar sobre como isso se configura para a população negra, é preciso lembrar que a presença negra no campo público de relações passou por um longo e complexo exercício de remodelamento da condição escrava: a passagem de uma aparição social com aptidão para a escravidão ao ingresso no processo de modernização, passando a ser visibilizado como desabilitado para o trabalho livre (Gonzalez, 2021). A marca representada pela escuridão da cor da pele se transforma em símbolo de aptidão para a marginalização social em vários âmbitos.

As classes dominantes do Império, que se transformaram de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes das camadas de escravos (Moura, 1983). Um dos principais mecanismos foi a política de embranquecimento ocorrida durante o processo de transformação da sociedade brasileira, que deixava de ser estamental e escravocrata, e passava a ser regida pela industrialização, pelo surgimento dos empregos formais e pelo capitalismo (Fernandes, 2007).

Assim, a população negra não encontrou condições de adentrar o jogo nos mesmos moldes que a população branca. Durante o regime de escravidão, encontrava-se como pessoa com sua liberdade supervisionada e apreendida pelos senhores de engenho, e, depois, com a chamada abolição e a passagem para uma sociedade de capitalismo emergente, entra em cena a

possibilidade de tornar-se trabalhador livre. No entanto, essa passagem colocava como condição a aderência à política do branqueamento (Fernandes, 2007).

O mecanismo de branqueamento aliava-se à democracia racial, uma tentativa de fugir da concretude da realidade social brasileira para uma realidade abstrata de modelização das relações, que desemboca na imagem do branco como regulador (Moura, 1983). Trata-se de uma forma de negação do preconceito racial existente, e de diluição dos conflitos emergidos no embate entre as diferentes raças e as suas significações de estruturação da realidade. Transfigurando-se numa harmonia imaginária entre as raças, que acaba por reduzir a complexidade do racismo, tal mecanismo está acontecendo na materialidade dos corpos dos sujeitos em relação e em modos de sobrevivência (Gonzalez, 2021).

Tal cenário nos mostra que não há lugar para a aparição das negras e negros no campo social de modo “integral”. Durante a escravidão era cativo, e na entrada ao trabalho, “livre”, torna-se aquele que é inapto para as funções e técnicas surgidas para a composição da massa de trabalhadores. Consequentemente, não são considerados como humanos brasileiros, construtores da nação por meio do trabalho (Fernandes, 2007).

A dificuldade dos trabalhadores negros em adentrar a formalização do trabalho era produzida, bem como é nos dias de hoje, por um complexo processo de constituição das relações sociais brasileiras. As competências para a realização das tarefas surgidas se estabeleciam desde o acesso à educação formal, nos cursos profissionalizantes, além de passar pelo ajustamento ao perfil de trabalhador ideal e, nesse ponto, os imigrantes obtinham vantagens (Fernandes, 2007).

A massa de trabalhadores negros, que sempre participou da construção da história do Brasil, sempre se viu frente aos desafios e adversidades que a questão da distinção e divisão racial vem impondo. Cria-se, assim, uma cisão no processo de valorização das diferentes raças e das posições de configuração dos processos de trabalho:

[...]dois mundos humanos contínuos, mas estanques e com destinos opostos. *O mundo dos brancos* foi profundamente alterado pelo surto econômico e pelo desenvolvimento social, ligados à produção e à exportação do café, no início, e à urbanização acelerada e à industrialização, em seguida. *O mundo dos negros* ficou praticamente à margem desses processos socioeconômicos, como se ele estivesse dentro dos muros da cidade, mas não participasse coletivamente de sua vida econômica, social e política. (Fernandes, 2007, p. 106).

Em algum momento, a mobilidade social foi, segundo Fernandes (2007), uma tentativa de afirmar a ausência de preconceitos e de discriminações raciais. No caso brasileiro, a

discriminação racial foi o que dificultou e ainda dificulta a ascensão social de negras e negros. Concomitantemente, a concorrência com os imigrantes não só desalojou as pessoas negras das posições mais ou menos vantajosas que ocupavam, mas, também, os impediu de absorver, na linha do padrão tradicional de ajustamento econômico imperante sob a escravidão, as novas oportunidades (Fernandes, 2007, p. 66)

Torna-se, assim, importante traçar um caminho de pensamento que abarque os modos de dissolução racial brasileira por meio da política de embranquecimento e da democracia racial como elementos da manutenção do sistema de estruturação racial e das dinâmicas do trabalho no capitalismo. Torna-se necessário, no nosso entendimento, eliminar as contradições desse sistema, marcado fortemente pela discriminação racial, e produzir uma modulação radical nas relações entre os atores que dele participam (Gonzalez, 2021).

A massa escura é aquela que, ao ser empurrada e mantida na marginalidade, possibilita o avanço do sistema desigual, estabelecendo o lugar de negro e de branco no Brasil. Desse modo, Gonzalez (2021), ao falar sobre a formação de uma “massa marginal” em face do processo de acumulação na forma de relação econômica hegemônica, nos indica que, no caso brasileiro, o racismo e o sexismo atuam na manipulação dessa massa marginal, como nos mostram os dados estatísticos que apresentam que a divisão racial e sexual do trabalho coloca as mulheres negras nos níveis mais baixos dessa escala. Pertencem às mulheres e à população negra a pior posição no campo social. Ao analisar o modo de funcionamento da nação brasileira do ponto de vista do trabalho como possibilidade de ascensão coletiva, as questões relativas à sobrevivência, desemprego e subemprego incidem exatamente sobre a população negra e feminina (Gonzalez, 2021).

A mulher negra se constitui a partir de uma tríplice discriminação, afirma Gonzalez (2021). Isto posto, a sua condição de trabalhadora encontra-se, na grande maioria dos casos, numa situação de superexploração, e os desafios surgem a partir dos enfrentamentos da classe, da violência racial e de gênero.

A mulher negra teve um papel fundamental na luta contra a escravidão e, após a abolição, ocupou a função de esteio de família (Gonzalez, 2021). O lugar de trabalhadora doméstica surge como possibilidade de sustento. Coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra da sua comunidade (Gonzalez, 2021, p.40). Destarte, a construção de um espaço no trabalho para os negros e, principalmente, para a mulher negra se produziu com falta de perspectivas e uma obrigação ao investimento em oportunidades surgidas em caráter de sujeição (Gonzalez, 2021).

A produção do lugar de suporte na construção da sociedade para o negro e a negra, como “massa marginal”, ainda encontra expressão nas funções ocupadas por grande parte de homens e mulheres negras:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha” da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem. (Gonzalez, 2021, p. 218).

No trabalho é nítida a distinção, e faz-se necessário indagar as práticas sociais vigentes e o modo como elas produzem a organização do trabalho, assim como os aspectos “subjetivos” que se materializam em limitações objetivas para as mulheres e homens negros. No Brasil, o trabalho, segundo Gonzalez (2021), ainda é regido por aspectos pré-capitalistas, ou seja, arcaísmos de ordem escravocrata e sexista.

O desafio que se coloca é o de questionar as formas de opressão existentes no trabalho, compreendendo que a permanência das práticas de racismo contribui para perpetuar as desigualdades e a inaceitável violência contra a população negra.

Desde o início da escravidão, a luta constante dessa população dessa população foi por liberdade no trabalho, que se dava em condições de escravidão (Moura, 1983). Partindo daí, encontram-se as vias possíveis de transformação da condição de negro e de negra e da organização social, visto que o povo negro ainda se encontra na posição de agente coletivo de dinamização (Moura, 1983).

Contextualizar um pouco da forma como se constituiu o trabalho no Brasil, mostrando que a população negra é a base de sustentação do início do capitalismo e da tentativa de modernização do país, é um modo de criar terreno para nossa pesquisa. Não é trivial afirmar e reafirmar que as lutas das pessoas negras pela condição de humanidade foram as primeiras lutas da classe trabalhadora por melhorias de vida diante da exploração no trabalho.

Para os objetivos de nossa pesquisa, uma análise do trabalho de professoras negras em escolas públicas, é importante estar atento ao fato do trabalho no Brasil ter sido constituído através do racismo e do sexismo, como efeitos dos processos históricos de escravidão da população negra. Desse modo, tal debate é solo fértil para desenvolvermos os capítulos seguintes de nossas análises. Enveredar-se pelos caminhos do trabalho docente de mulheres negras se coloca como uma maneira de criar, junto com as docentes, modos de visibilizar os reflexos cotidianos do

racismo e do sexismo, ainda que manifestados com outras roupagens, e construir estratégias para enfrentá-los estando em situação de trabalho nas escolas.

O trabalho docente de mulheres negras é nosso foco de análise. Pensar as dinâmicas que o permeiam e transpassam é nossa prioridade. Ao longo da história brasileira, os corpos negros foram desumanizados e despossuídos de sua autonomia física; no entanto, por outras vias, sempre foi possível resistir. Não se silencia, de forma absoluta, a voz humana. O trabalho de mulheres negras docentes aparece, no nosso entendimento, como uma forma de reconexão com a necessidade de resistência e de criação de outros modos de pensar e organizar o trabalho, produzindo efeitos transformadores nas condições de uma população. Talvez, não exatamente transformação, mas verdadeiras metamorfoses no que, hoje, experimentamos nas práticas educacionais no Brasil.

Figura 1



Foto do Acervo de Luís Stein

CAPÍTULO 2: ATIVIDADE E RACIALIZAÇÃO

Alguns operadores conceituais em articulação com o trabalho docente de mulheres negras

No decurso deste capítulo pretendemos, a partir da perspectiva do racismo estrutural brasileiro, discorrer sobre alguns operadores teóricos da Clínica da Atividade que nos auxiliaram na proposta de análise de processo de trabalho de docentes negras em uma escola da Grande Vitória³.

No âmbito dos estudos em psicologia do trabalho, a Clínica da Atividade é, há quase vinte anos, uma metodologia de ação para mudar o trabalho (Clot, 2017). Segundo o autor, ela se desenvolveu a partir da filiação, ao mesmo tempo, da ergonomia francófona e da psicopatologia do trabalho. No âmbito mais vasto da clínica do trabalho, ela propõe meios de agir nas relações entre atividade e subjetividade, indivíduo e coletivo, na direção vygotskiniana (Vygotsky, 2010). Importante destacar que não se trata de uma análise do risco, quer seja ele físico ou psicológico, nos adverte Clot (2017). Em posição metodológica, o analista do trabalho volta-se, de início, para a ação, visando desenvolver o poder de agir dos profissionais em seu meio de trabalho, na organização e em si mesmos. O analista que realiza o trabalho de clínico da atividade conduz as atividades de confrontação e de co-análise da situação de trabalho.

Trata-se menos de fazer o inventário dos riscos psicossociais, do que de encontrar, com os profissionais, os recursos psicossociais e sociais próprios para realizar um trabalho de qualidade por natureza discutível (produtos, serviços, coletivos, performances). É menos a atenção voltada ao trabalhador “exposto” aos riscos, com sua suposta passividade, do que a busca de capacidades de ação imprevisíveis em sua atividade; é menos a preocupação de promover o suposto “bem-estar” do operador, do que a preocupação de redescobrir, com ele, os prazeres do “bem-fazer”. Pois aqui se encontra a mola propulsora da saúde no trabalho. (Clot, p.1, 2017).

³A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é formada pelos 7 municípios, que são: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória e foi constituída em 1995, quando, então, era conhecida como RMV — Região Metropolitana de Vitória. Em 1999 e 2001 sofreu algumas modificações, quando incorporou, respectivamente, os municípios de Guarapari e Fundão, passando a se chamar RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória. Esses sete municípios abrigam quase a metade da população total do Espírito Santo (46%) e 57% da população urbana do estado. Com exceção de Guarapari, os municípios apresentam uma concentração urbana que, de acordo com o estudo realizado pelo IBGE, foi colocada como categoria das Metrôpoles, juntamente com os centros urbanos como Campinas e Florianópolis, levando o Brasil a ter 15 metrôpoles no território nacional.

Com esse propósito, o trabalho docente dessas mulheres foi analisado a partir de alguns operadores conceituais, propostos nos estudos de Yves Clot e colaboradores em Clínica da Atividade, e com o apoio de algumas autoras negras, que nos ajudaram a tomar essa problemática racial, que se atualiza nos ambientes laborais como direção metodológica privilegiada. Assim, foi possível pensar uma análise da atividade de trabalho a partir do ponto de vista racial em escola pública municipal de um município da Grande Vitória.

Destarte, importante destacar que os conceitos da Clínica da Atividade com os quais operamos nossas análises foram: atividade, ofício, gênero profissional, estilo.

Nos interessa, sobretudo, o modo como o conceito de trabalho é definido no âmbito da Clínica da Atividade: uma experiência encarnada pelo sujeito (Clot, 2010). Para construir e constituir uma experiência de trabalho, o sujeito precisa deparar-se e confrontar o real da atividade, que, de acordo com Clot (2010), é um campo de extrema imprevisibilidade e que escapa ao controle do sujeito, visto que é composto por elementos que estão para além do sujeito em sua experiência concreta, tais como organização do trabalho, prescrições, o campo social em suas diferentes dimensões, a história coletiva da profissão e uma multiplicidade de outros fatores imprevisíveis, que atuam na configuração do espaço de trabalho. Assim, atuam no modo de elaboração dos processos de trabalho do sujeito, que se encontra sendo fecundado pelo real da atividade.

Tendo esses operadores como ponto de partida, realizamos, nesta pesquisa, uma definição do trabalho como uma experiência radical para o sujeito, que traz uma ampliação da própria ideia geral de compreensão do que é trabalhar — entendido, aqui, como um gesto que vai além de uma dimensão de emprego ou de filiação a alguma instituição. O trabalho, nesse sentido, é uma forma de dar expressão ao real da atividade por meio da atividade realizada (Clot, 2010), e tomado como uma maneira de decifração do real da atividade, por meio de uma construção recriada pelo sujeito, a partir de sua capacidade criadora: a atividade (Clot, 2010).

A atividade não se expressa apenas pelo que é visto, ela abrange todo um campo de ação e de batalha para o sujeito. É aquela que se viu vencedora em meio a tantas outras possibilidades. “O trabalhador não lida somente com o gesto executado, mas, com todas as demais possibilidades que precisaram ser deixadas de lado” (Pinheiro; Costa; Melo; Aquino, 2016, p.119). Assim, a atividade atua como uma forma de dissolução, que constrói um modo de acesso às múltiplas composições — visíveis e invisíveis — do que vem a ser a experiência de trabalho. Isto posto, a Clínica da Atividade propõe-se como uma solução dialética “na qual se supere a

separação entre atividade e subjetividade, de modo a construir uma unidade de análise em que esses dois termos estejam contemplados” (Pinheiro; Costa; Melo; Aquino, 2016, p.115).

No processo de passagem de estado do real da atividade à experiência concreta e partilhável, que se apresenta como um fazer de modo específico e de caráter coletivo, temos o ofício. Seguindo as trilhas desenhadas por Clot (2013), um ofício não é apenas uma prática, nem apenas uma atividade, nem apenas uma profissão. Clot toma-o como “uma discordância criativa — ou destrutiva — entre as quatro instâncias em conflito de uma arquitetura fundamentalmente social que pode adquirir uma função psíquica interna” (2013, p. 6). Um incessante processo, que visa sustentar e refazer espaços-tempo pessoais, interpessoais, transpessoais e impessoais.

A dimensão pessoal é o gesto de cada trabalhador que porta a dimensão transpessoal e, por meio desse gesto, torna possível visualizar a existência do *métier*⁴. O interpessoal relaciona-se com o fato de que o gesto pessoal é dirigido aos pares destinatários desse investimento pessoal na atividade. O registro impessoal está nas funções oferecidas como prescritas pela organização do trabalho.

Para a Clínica da Atividade, um ofício constitui-se, assim, pelas dimensões de caráter pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal. Uma atividade realizada por uma pessoa está sempre em vias de se direcionar para alguém e para um objetivo; ela é direcionada e acontece num movimento coletivo (Clot, 2010). Quanto à dimensão transpessoal, Clot (2010) afirma que um ofício é sempre atravessado por uma “história coletiva que passou por muitas situações e dispôs de sujeitos de diferentes gerações a responderem por ela, de uma situação a outra, de uma época a outra” (p. 6). Essa história coletiva, de perversão às prescrições, é o gênero profissional (Clot, 2010, 2014, 2017). Este se constitui por seu caráter de guardião da história e da memória de uma categoria profissional, e de amparo ao desconhecido do real da atividade que se impõe para um sujeito.

Esses processos de coletivização da experiência de trabalho, a partir dos parâmetros implícitos na execução do trabalho, é uma forma de manter vivas formas de trabalhar e conduzir os rumos de determinada profissão através do manejo e dos arranjos de sentidos produzidos pelo uso de técnicas e prescrições em constante produção (Clot, 2010; 2011). Tais processos compõem como uma tradução parcial do real da atividade para o grupo que construiu determinado ofício. Toda a complexidade inerente à infinidade de possibilidades de realização de determinado

⁴A palavra “*métier*” em francês corresponde ao ofício, à profissão, ao trabalho que se realiza. Manter aqui essa expressão deve-se ao fato desse termo ser familiar para os estudiosos da área da Clínica da Atividade.

fazer, para aquele coletivo, se materializa em forma de gênero profissional, sendo, ao mesmo tempo, um guia para as condutas no trabalho e uma tradição como patrimônio histórico do fazer de um coletivo (Clot, 2010, 2011). Tal patrimônio será compartilhado como elemento de ponto de partida para a recriação.

A construção da história de uma determinada profissão não se baseia apenas nas prescrições técnicas que compõem os atributos profissionais, mas, também, nas transformações que os sujeitos realizam nessas prescrições (Clot, 2010, 2011). Transformações que acontecem historicamente e coletivamente, como uma história transpessoal do coletivo de trabalho.

Clot (2010, 2011), a partir de sua leitura da obra de Osty (2003), considera que o ofício teria dois níveis: sociológico e psicológico. Sociologicamente, Clot (2010), se refere a três instâncias: o ‘profissionalismo’; a ‘socialização dos saberes’; e a ‘estabilização de regras’, que dão passagem à elaboração de competências específicas, permitem acessar dada identificação profissional e à construção das regras sociais constituintes de uma profissão. No âmbito psicológico, o ofício faz parte do indivíduo quando este assume a responsabilidade por um ‘ato’, que está atravessado por ‘outros’. Assim, essa dimensão inclui um modo de apropriação do ato, o que não significa que o ato é inteiramente de sua propriedade, uma vez que se trata de um ato coletivo, necessariamente compartilhado por outros profissionais do mesmo ofício.

Aqui, já se desenha um conceito de coletivo que é de suma importância nessa pesquisa.

O ‘toque mágico’ do fazer humano metamorfoseia o mundo (Clot, 2006). O agir humano, tendo em vista a sua potência de troca a partir comunicação com os outros, tem potencial de construir um conjunto de ações e objetos simbólicos, que auxiliam numa espécie de diretrizes dos modos de agir de determinado grupo ou sociedade. Como sinalizado, Clot (2006) nomeia esse processo de gênero profissional, constituído do acúmulo e processamento realizado pelos sujeitos em situação de trabalho em determinada profissão.

Nos processos de trabalho há um movimento que viabiliza a alteração do meio; é o fazer humano que, tendo vista as possibilidades de produção e de trocas que se dão pela comunicação uns com os outros, traz consigo a capacidade de desenvolvimento.

Esse modo de organização, inerente ao funcionamento de determinado espaço laboral, precisa ser retomado pelos sujeitos em processo de trabalho. Ao longo dessa retomada se recria o espaço que se constitui como modelo-guia do sujeito que, no entanto, passa por constantes

metamorfoses por meio do coletivo ali produzido — e de onde se desprende a vitalidade dada ao trabalho.

Trabalhar, em certa medida, é fazer uma convocação ao outro para que este saia de si e atente-se ao espaço comum e coletivo criado pela situação de trabalho, participando da vida e da construção subjetiva dos sujeitos, que se dá por meio da atividade, pois, cuidar da atividade é criar brechas para cuidar da subjetividade (Clot, 2006).

Nesta direção, é possível afirmar que a atividade como elemento originado do gênero profissional revela funções de transformações subjetivas, pois, para a realização da atividade, é necessário estar em relação e direcionar a atividade para os pares. É preciso deslocar-se subjetivamente. De acordo com Clot (2010), há um sobredestino do esforço consentido, que coloca o sujeito na posição de ter que destinar a sua atividade para um fim outro além de si. Deverá atingir alguém ou algum objetivo. Desse modo, a sua existência no campo comum daquele coletivo é viabilizada, e ele contribui para a sua história e preservação (Clot, 2010).

Aqui nos interessam os modos possíveis de transformação de um gênero profissional; modos que se dão a partir de processos de estilização. Ao se constituir como forma compartilhável coletivamente pelos sujeitos que operam dentro de uma determinada profissão, o gênero porta um processo de estilização que alimenta e diverge, impondo novas formas de estabelecer-se. O estilo é o que traz, portanto, fôlego ao gênero profissional. Tomamos, então, para o nosso propósito, o gênero profissional docente, criado e envolvido por aquilo que está sempre em vias de se destituir, em uma imensurável potência de destruição/transformação de sua consistência aparentemente estável e durável.

Há uma constante luta entre resistir e deixar-se levar por um movimento de conservação das prescrições (Clot, 2010). Os processos estilísticos acontecem por meio da atividade dos sujeitos, e portam a condição para a movimentação desses mundos dos processos de trabalho sustentados por meio do gênero profissional. Esse movimento pode tornar-se atualização dos modos rígidos de produção de realidades pelo trabalho e, na mesma via, tornar-se ponto de criação de modos outros de viver e de recriar o gênero e os seus modos de subjetivar (Clot, 2007; 2010). Eis o ponto crucial, de possível produção de vias para uma crítica às reproduções e de possível criação de espaços de recriação das práticas e processos de trabalho. No nosso caso, essa direção toma relevância ao tentarmos pensar os modos como mulheres negras em situação de trabalho estilizam o gênero profissional docente.

Uma convicção presente na construção do pensamento descrito por Clot (2007; 2010) é a de que o estilo “pessoal” do trabalhador seria o que dá margem para a invenção de um momento de lançamento à superfície no campo de sentido do coletivo de trabalho. A dimensão das brechas criativas, presentes no gênero profissional; aquilo que se configura como o seu declínio e combustível de sua manutenção e reinvenção constante. Clot (2007) nos adverte que:

O estilo individual torna-se, por sua vez, a transformação dos gêneros por um sujeito, um recurso para agir em suas atividades reais. Em outros termos, é o movimento mediante o qual o sujeito se liberta do curso das atividades esperadas, não as negando, mas através do desenvolvimento delas. (Clot, 2007, P.50).

É, de fato, uma contradição existencial no trabalho de um sujeito. Uma possibilidade de, tornando-se outro, ser o mesmo. De ter a capacidade de sustentação da transformação de si para si, levando em consideração o estar junto com os outros, que inclui a preservação do gênero profissional, a experiência de um bom trabalho, a criação e manutenção de um lugar na produção do coletivo (Clot, 2010).

Por ser expressão do caráter transformativo do trabalho a partir de experiências concretas (Clot, 2020), para além de um processo de abstração, a estilização entra como conceito chave da análise do trabalho. O desenrolar de uma atividade e sua estilização pessoal são desafios no ponto de convocação ao enfrentamento do real da atividade, sua complexidade e o seu caráter indefinido.

A impossibilidade de antecipação presente no enfrentamento está vinculada à indeterminação do real da atividade. Dizer que um processo de trabalho possui esse campo “sem sentido” é entender o espaço de indefinição como processo, e não como localidade exata. É ali onde se encontra a ruptura às regras impostas pela dinâmica relacional presente no gênero profissional, esse, que garante contorno para que não haja uma total dispersão a ponto de causar paralisações (Clot, 2010).

Ao suportar o sofrimento pela travessia de confrontação ao real da atividade há a transformação dos processos de trabalho como efeito da metamorfose do gênero profissional. Metamorfose que, por sua vez, é condicionada pela estilização — o ponto de expressão da atividade concreta de um sujeito que compõe o coletivo de trabalho.

Os processos de estilização estão na camada do real da atividade, indicando e solicitando gestos inventivos de transformação subjetiva, gestos que problematizem os modos hegemônicos de

prescrição do trabalho pela via do gênero profissional. O gênero precisa ser vivo para garantir a sua transmissão coletiva (Clot, 2010, 2014).

Estabelecer a aproximação entre a dinâmica da Atividade e os processos de estilização como base de produção de subjetividade por meio do trabalho auxilia na construção de um caminho de análise dos processos de trabalho. Um caminho que leve em consideração a dimensão de imprevisibilidade e indeterminação do fluxo de movimentação nos processos inventivos do real da atividade.

A dimensão coletiva e transpessoal exercida pelo gênero profissional está presente para que haja o trabalho em relação com os pares e a atividade, e, a estilização como efeito que também se constitui através de processos de deciframento do real da atividade necessita de processos em coletivo, e historicizados.

Racializando a atividade: a estilização diaspórica como via

Neste trabalho, construímos um caminho que vislumbrou um posicionamento crítico diante das análises clínicas do trabalho no Brasil. Pautar a questão do racismo como elemento imprescindível para análise do trabalho é um movimento muito recente. De acordo com Oliveira (2021), uma lacuna existente nesse campo de análise mostra que a dimensão racial da realidade do trabalho se faz presente na dinâmica que aparece no real da atividade.

O modo como utilizamos alguns operadores conceituais da Clínica da Atividade para analisar a dimensão do racismo e seus efeitos nos processos de trabalho surge da proposta de pensar a dimensão transformadora da atividade e dos múltiplos desdobramentos que se expressam entre os sujeitos em situação de trabalho, até que haja a sua efetivação (Clot, 2010; 2014. 2017).

Tendo o corpo uma importância inquestionável no processamento da experiência de trabalho, podemos afirmar que a racialização atua nas configurações dadas aos modos de expressão e construção do trabalho. Fazer uma análise do que se passa nos mundos do trabalho na realidade brasileira, que é marcada pelos atravessamentos dos escravismos e dos processos de racialização, é, em certa medida, dar visibilidade a uma história outra sobre as condições atuais desses mundos e dos sujeitos que os compõem.

A atividade realizada se dá por meio das relações, e pelos corpos marcados por essas relações. A experiência de enfrentamento do real da atividade e a expressão constituída por meio da atividade realizada deixam os seus efeitos no sujeito e seu coletivo, produzindo um modo de pensar outro, uma outra-nova forma de uso de sua potência de criar pela inteligência do corpo:

[...]uma inteligência corporificada, que não é dada a priori e é constituída na atividade, em meio ao coletivo de trabalho. Diz-se corporificada sem limitá-la à dimensão biológica do organismo, mas afirmando o corpo como morada da subjetividade, entendendo que ele é permeado por experiências afetivas e comprometido na relação com o outro. (Pinheiro, Costa, Melo, Aquino, 2016, p.114)

Nesse sentido, a atividade é realizada por um indivíduo, que é composto e germinado por um coletivo. No nosso entendimento e conforme nos indica Escóssia (2009), o conceito de coletivo não é oposto ao indivíduo. Não se confunde com um social totalizado, nem com a interação entre seres já individuados. Trata-se, conforme a autora, de um coletivo a ser apreendido a partir de dois planos distintos, mas inseparáveis, que se cruzam desfazendo as binariedades: o plano das formas e o plano das forças.

O plano das formas é o plano de organização e desenvolvimento das formas, e concerne às formas já constituídas, sejam elas individuais ou coletivas — nesse último caso, seriam os grupos sociais, as coletividades, a sociedade. O plano das forças é o plano de constituição/criação das formas individuais e sociais. Nos parece uma boa direção.

Esse caminho ético-político nos aproxima do modo como Yves Clot conceitua coletivo a partir de sua concepção sobre ofício: o Coletivo não é reduzido a um conjunto de pessoas desde sempre constituídas; trata-se de um processo de constituição que é atualizado ao longo dos processos de constituição dos gêneros profissionais. O gênero não está dado: ele se movimenta, tendo formas e forças.

Para Clot (2010), um coletivo refere-se à possibilidade de o sujeito reconhecer-se naquilo que faz, no contexto de um determinado gênero profissional em contínuo processo de engendramento. Assim, na perspectiva da clínica da atividade, como o ofício está no indivíduo, não haveria a necessidade de um reconhecimento somente pelos pares, já que o próprio sujeito estaria posicionado de modo a avaliar se o que faz atenderia aos critérios de um “trabalho bem-feito”⁵. Não se trata de um julgamento individualista, porém, Clot (2010) observa que, na ausência desse interlocutor interno, resta ao ‘pseudocoletivo’ recorrer às estratégias

⁵A esse respeito consultar a obra de Yves Clot, “Le travail à coeur: Pour en finir avec les risque psychosociaux Paris: Éditions La Découverte, Paris, 2015. Nessa obra o autor mostra como a negação dos conflitos na qualidade do trabalho pode ameaçar o coletivo e envenenar a vida nos locais de trabalho. Para Yves Clot, o prazer do “trabalho bem-feito” é o melhor caminho para a produção de saúde nos ambientes laborais: não pode haver “bem-estar” sem “fazer bem”, afirma o autor. Baseando-se na obra de economistas, sociólogos, filósofos e clínicos do trabalho, busca trazer o que considera serem as grandes questões relacionadas à questão do trabalho, que não podem ser reduzidas à dos “riscos psicossociais”. (RPS).

interpessoais de reconhecimento, muitas vezes baseadas em julgamentos de indivíduos que convivem entre si em uma equipe — ainda que não constituam um coletivo de trabalho. Clot (2006, p. 257) sugere que, ao buscar reconhecimento do outro no nível interpessoal, o sujeito não mais está se reconhecendo no ambiente do ofício e, então, esse processo passa a ser um “[...]reconhecimento sem raízes” (p.257).

Quando se coloca o debate do antirracismo no trabalho, a discussão sobre o conceito de coletivo ganha força. A raça é um elemento que compõe um corpo negro à sua revelia, como apontou Ribeiro (2021); é um lugar de fala de negro, que se constitui sem a permissão individual. É um evento de grupo e de posicionamento coletivo no mundo, constituído historicamente. A pele preta é um tecido humano que, ao longo dos anos, teve a sua invenção como símbolo de uma raça negra supostamente inferior.

O trabalho docente é formado, majoritariamente, por mulheres. O gênero/sexualidade é um elemento que não pode ser descartado enquanto compositor. Nesta investigação, preocupou-nos conhecer o modo como a raça tem função importante em construir e transformar o gênero profissional Trabalhadora Docente.

Por meio de trilhas propiciadas pela Clínica da Atividade, afirmamos a presença de uma espécie de lembrete dos saberes que escapam a racionalização e se dão com o corpo e com os outros; o importante é dar visibilidade ao trabalho para além das prescrições (CLOT, 2010). Nessa perspectiva, a vertente clínica encontrada no trabalho vem dessa dimensão do cuidado para que algo persevere e se transforme. O zelo pelo trabalho é feito pelas trabalhadoras docentes negras, e espera-se que com esse cuidado seja possível uma conexão com a dimensão política antirracista e feminina. Trabalho coletivo e coletivo de trabalho são indissociáveis.

A atividade situa-se, portanto, no posicionamento de possibilidade de problematização dos processos de trabalho, da posição subjetiva do sujeito trabalhador/a e da manutenção de um gênero profissional. Os modos de estilização engendrados, como já indicamos, são, também, da ordem de um processo de produção subjetiva. No nosso entendimento, urge analisar os modos de expressão dos processos no mundo do trabalho articulados à questão do racismo.

Reafirmamos: os processos de trabalho são situados como uma criação humana para inventar a humanidade. O gênero profissional atua como um dos pilares que traz a marca da memória coletiva de uma história profissional transmitida por meio das ações dos sujeitos no trabalho (Clot, 2010; 2014). Não é demais afirmar a importância dessa dimensão histórica e de transmissão que os processos de trabalho portam.

A história coletiva é feita por sua dimensão de construção de um chão para a manutenção e criação do gênero profissional, e a transmissão tem caráter de manutenção da história coletiva por meio da ação dos sujeitos. Dessa maneira, a apropriação, realizada por um trabalhador/a dessa história coletiva do gênero profissional, passa por uma dinâmica situada na atividade realizada — dinâmica essa que coloca para o sujeito a inserção relacional dos processos de trabalho e, conseqüentemente, sua disposição para a aderência subjetiva a essa história coletiva e sua transmissão e recriação pela estilização.

As histórias que constituem a invenção do gênero profissional na realidade brasileira encontram-se nas memórias da plantação (Kilomba, 2019). Assim, os modos de transmissão que se efetivam nos processos de trabalho não podem estar desvinculados da conexão com os aspectos presentes na expressão da racialização dos corpos negros.

Torna-se interessante analisar de que modo histórias feitas por mãos negras em ação no trabalho criam um projeto coletivo de humanização da escuridão da cor de pele, por meio das miudezas e políticas afetivas da estilização do gênero, realizada por sujeitos negros. A atividade preta e a estilização diaspórica, de forma conjunta, brotam como possibilidade de questionamento da violência de viver enclausurado numa cor inventada para ser símbolo de marginalização (Ribeiro, 2021), visto que a elaboração das idiosincrasias impostas pelo complexo racial brasileiro às pessoas negras acontece, em grande medida, por meio da subalternidade e da exclusão da escuridão na vida cotidiana e nos processos de produção.

A atividade coloca-se no desenvolvimento desse trabalho de pesquisa como uma espécie de indicação, uma vez que auxilia a nortear a empreitada de transformação do trabalho e de subjetivação por meio dele. Ela atua no processo de transposição dos componentes que fazem com que o seu real seja expressado por meio de seus desdobramentos no cotidiano do trabalho e de sua realização em qualquer campo.

Ao trazer a ideia de transposição, compreende-se que os processos de trabalho podem atuar como passaporte das imposições do real da atividade e de modos específicos de transposição: formas de gestão do trabalho, divisão sexual e racial, profissões específicas, cargos, funções. Ao falar desses modos específicos de transposição do real da atividade em suas expressões na atividade de trabalho realizada, nos articulamos com o conceito de gênero profissional, estilização e os processos de produção de subjetividade que apresentados a partir dessas conexões; relação com os pares, embate com as prescrições, objetivos a alcançar e produção do coletivo de trabalho (Clot, 2014).

Como supracitado, um ponto de amarração desta análise é a dimensão racial das relações e o seu modo de articulação com a produção coletiva e histórica de uma condição de negras e negros no Brasil. Essa referida condição nos interessa por ser um ponto de partida de diversas problemáticas inerentes ao campo dos processos de trabalho brasileiros.

De acordo com algumas perspectivas de estudos sobre os negros no Brasil, a partir da Lélia Gonzalez, a condição de subalternidade econômica e social das pessoas negras foi provocada e estabelecida por meio dos processos de trabalho. Esse ponto urge como de extrema importância, pois, se essa construção se deu por meio dos processos de trabalho articulados à condição de escravidão imposta aos negros, é também por meio do trabalho como atividade que se pode pensar em (re)sistência a tal condição e em inventar outros modos de produzir trabalho e de vida para a população negra nos processos de trabalho. Esses últimos, pensados a partir da atividade, constroem-se na relação entre o fazer de um sujeito, a relação com os pares através do gênero profissional, as técnicas utilizadas e os sentidos possíveis dessa atividade como intervenção no mundo (Clot, 2010). Trabalhar é criar, sofrer, produzir relações e subjetivar.

Frantz Fanon (2008) nomeia “Pele Negra, Máscaras Brancas” uma de suas principais obras sobre os impactos do racismo na dimensão psicológica de pessoas negras. A referida imagem da máscara apontada na obra do autor conecta-se com a sua descrição acerca da condição de negro no mundo.

Ao analisar os processos psicanalíticos de constituição do sujeito negro sendo fecundado pelos processos políticos sociais e históricos da colonização africana, Fanon (2008) percebe a necessidade de criação de um paliativo da realidade material e simbólica do corpo negro para a entrada aos processos familiares, sociais e culturais. Para o sujeito negro, esse processo não se dá de modo voluntário, no sentido de que há um modo hegemônico de produção de subjetividade e de modelos existenciais, pautados nos ideais da branquitude.

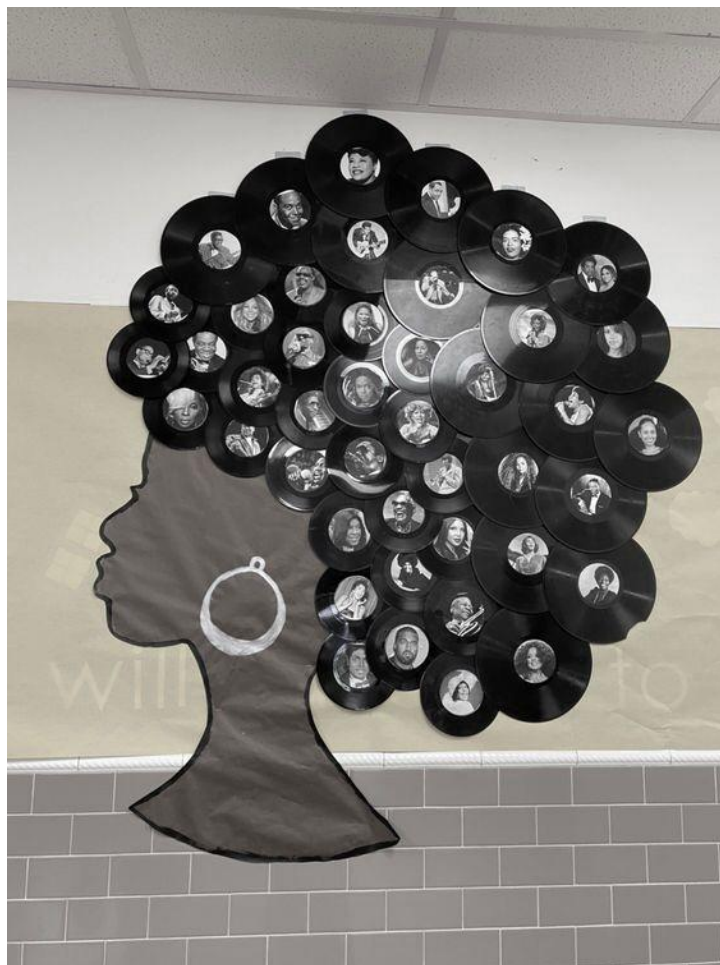
A imagem da máscara branca trazida por Fanon (2008) em seus escritos é uma metáfora do desenrolar da experiência vívida de negras e negros na composição do social fecundado pelas questões raciais, e os impactos dessa problemática nas relações concretas dos sujeitos. Isso possibilita pensar se realmente é apenas uma metáfora, um “como se”, ou se, de fato, é isso que está colocado quando se pensa a produção de realidades nos processos de trabalho no Brasil. A imagem remeteria à tentativa de aproximação aos aspectos constituintes da branquitude, àquilo que se afirma como uma condição estabelecida como ponto de partida e fim da alma, o modelo de sujeito e de humano (Gonzalez, 2021).

Ao longo do nosso processo de pesquisa foi possível acessar aspectos das experiências vividas pelas trabalhadoras; experiências que, nitidamente, se articulavam a um modo coletivo de produção de uma condição determinante em muitas das práticas em educação dessas mulheres: a condição de negra.

[...]durante um período aqui na escola, uma mãe de um dos meus alunos sempre tentava me atingir de algum modo por palavras, quando saía do portão da escola me insultava, gritava e dizia que não gostava de mim. Eu sempre pensei que tinha a ver com o meu trabalho e o modo como essa mãe o enxergava. Até que um dia, uma colega colocou pra mim que isso tinha a ver com a minha cor. Quando ouvi isso, me deu um choque, até aquele momento nunca havia parado pra pensar que a minha cor poderia influenciar em como aquela mãe implicava comigo. Quando eu pensei em conversar com essa mãe para resolver a questão, alguns colegas me diziam: deixa disso!

Falas similares colocam em cena um elemento dos processos do trabalho, que pode não aparecer como dimensão importante das práticas do cotidiano. Uma espécie de real da atividade que não encontrou meios de vencer a batalha da atividade (Clot, 2010).

A imagem da máscara branca se manifesta de alguns modos; um deles, na dificuldade da trabalhadora negra em reconhecer que o racismo determina sua prática de trabalho, o que pode levar o debate ao campo da chamada democracia racial, quando negros e brancos seriam supostamente simétricos no trabalho (Bento, 2016). Por outro lado, a mesma imagem aparece no instante em que a tentativa de trazer à baila o mal-estar produzido é reduzida ao “deixa disso”. Ou seja, a percepção da divisão racial do trabalho acontece, porém, é preciso que a máscara branca abrigue o que pode ser visível e o que precisa ser invisibilizado.

Figura 2

Fonte: Priscilla Lariz (<https://br.pinterest.com/pin/17029304833035200/>)

Assim, pensando de modo metafórico, a questão do racismo no real da atividade implica um processo de ter que se haver e engolir o mundo — complexificado pela raça e marcado no corpo negro — na esperança de habitá-los; o corpo e o mundo. Sendo necessária a postura atencional para que, ao mastigar esse conteúdo, alguma parte de “si” ainda permaneça para realizar o enfrentamento.

Ter que engolir o imundo do mundo a cada vez que se é percebida a partir da desumanização que a raça produz faz lembrar que a escuridão ainda assusta, mas, desloca.

Ao colocar em debate, a partir da perspectiva da Atividade, os processos de trabalho em educação e o modo como se efetivam os processos de produção de subjetividade, torna-se imperioso pensar o lugar que a racialização ocupa na constituição desse campo problemático que é a escola, o chão de onde partem as nossas investigações.

Djamila Ribeiro (2021) nos traz o conceito de lugar de fala e informa de como a articulação entre os discursos sociais e políticos podem vir a produzir determinados lugares sociais e de fala e, mais do que isso, produzir uma espécie de vinculação subjetiva, fazendo com que determinados sujeitos façam uma aderência a determinado lugar de fala, e o reproduza em seus modos de vida de maneira naturalizada.

Nos interessa pensar o modo como as mulheres negras são fecundadas por essa dinâmica produtora de lugar de fala e quais expressões vitais em seus modos de vida no trabalho articulam-se com essa produção, seja problematizando-a ou, de algum modo, aderindo e reproduzindo-a.

Como produzir processos de trabalho que se apresentem como antirracistas? O que o nosso tempo (ainda) pode trazer na configuração dos processos de trabalho de arcaísmos e processos transformativos conjuntamente na figura da trabalhadora docente negra?

São alguns questionamentos cartografados em nosso processo de pesquisa. Ao demarcar a necessidade de racialização dos processos de trabalho, coloca-se em cena que há uma divisão racial e de gênero/sexualidade em suas formas de gestão e organização. A visibilidade dada ao trabalho de forma a fazer uma gestão em situação, com todas as suas idiossincrasias, de acordo com Clot (2007), é o poder de agir do humano; quando há espaços de construção coletiva e criação de possíveis que compõem o trabalho, quando há o desenvolvimento da ação, da atividade, do sujeito e do trabalho. No entanto, ao racializar tal debate, a questão que surge é a seguinte: é possível um avanço humano digno no trabalho, quando pessoas pretas e racializadas partem do ponto onde a sua complexidade não cabe dentro do humano justamente por ser reduzida à raça?

Afirmar a importância de dar visibilidade ao real da atividade é partir do entendimento de que é preciso produzir meios de lidar com aquilo que se insiste em evitar: que na gestão do trabalho seja encontrado um resultado permanente. Para a obtenção desse resultado, há que se pensar o que precisa ser violado e quais sujeitos necessitam de uma subtração dos modos de vida.

Elemento imprescindível nesse processo de subjetivação é a Atividade, considerando que os vários embates em que o sujeito precisa se envolver para a efetivação dos processos de trabalho incluem a dimensão do gênero profissional, o estilo, a relação com os pares, a organização do trabalho em suas múltiplas dimensões; e todas essas esferas de fecundação da Atividade incluem processos de subjetivação em constante produção (Clot, 2010). Em todas as medidas,

a Atividade impõe uma convocação do sujeito ao embarque no laço social e no enfrentamento do real.

A interdependência que ocorre nessa dinâmica convoca o outro à participação na construção dos processos coletivos de trabalho. A Atividade é a encruzilhada de encontros múltiplos, num gesto que expressa os esforços conjuntos, mas de modo único e estilístico. O encontro entre o sujeito, o outro e o real da atividade é o que produz a materialidade das condições de trabalho e de sua metamorfose. Lhuillier (2013) nos aponta que:

Trabalhar não é somente dedicar-se a uma atividade. É também estabelecer relações com os outros, é engajar-se em formas de cooperação e de mudança, é se inscrever em uma repartição de tarefas, confrontar os pontos de vista e as práticas, experimentar e dar visibilidade às capacidades e recursos de cada um, transmitir saberes e saber-fazer, validar as contribuições singulares. É, enfim, estar em condições de marcar com sua influência, seu ambiente e o curso das coisas. (Lhuillier, 2013, P.489).

Marcar com sua determinação no curso das coisas se coloca como uma das potencialidades do ato de trabalhar. Seja como for, as políticas de racialização atreladas aos sentidos surgidos a partir das práticas acontecem simultaneamente nesse ato. Uma trabalhadora docente negra e sua corporeidade, constituída pela escuridão da cor da pele, que é imposta como uma marca produzida sem a sua licença a partir da condição de negro no Brasil (Gonzalez, 2021).

Observa-se como essa marca influencia os rumos das coisas e a gestão do real da atividade, e é a tomada de posição frente a tais rumos que torna possível dar visibilidade aos impactos da racialização e do gênero/sexualidade na gestão dos processos de trabalho. Urge construir, a partir dos conceitos da Clínica da Atividade, espaços de inclusão do debate do racismo e práticas antirracistas nos processos de trabalho e em sua dinâmica. O antirracismo precisa ser compreendido como uma direção importante no debate a respeito dos mundos do trabalho.

Visto que a estruturação das relações sociais no Brasil é feita no mito da democracia racial (Bento, 2016), o racismo aqui constituído, muitas vezes, não é reconhecido como existente. O mito da democracia racial (Bento, 2016) atua como forma de trazer mitigações para a complexidade das relações raciais brasileiras; uma crença na igualdade entre as diferentes raças, sugerindo que os sujeitos teriam os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Busca fazer crer que as relações raciais pactuadas são harmônicas, sem a presença de conflitos.

As problemáticas aqui expostas são uma convocação às controvérsias sociais no trabalho, como nos indica Clot (2007) “é preciso recusar o velho hábito de trapacear com o real”. Abordar os

aspectos de constituição do trabalho pela perspectiva da atividade é fazer abertura para uma espécie de “mundo invertido” no mundo concreto. Os processos de trabalho pensados a partir da Clínica da Atividade têm o sentido de dar visibilidade à complexidade que os constitui, de posicionar o trabalho como invenção humana e inventar a nossa humanidade. Trabalhar é também criar.

A criação se realiza, por meio da experiência de trabalho, através de exercícios de resgatar tempos, conforme nos indicou a trabalhadora docente negra, afinal, “...o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática se explica a partir do feito” (Veyne, 1988, p. 257).

Fundando-se pelas dimensões políticas de racialização, o fazer das mulheres negras se constitui de memórias virtuais do fazer histórico — a escravidão — que abrange toda a população negra. Sendo parte da expressão e da composição de um real da atividade que no percurso histórico é marca deixada e grifada em corpos negros a partir da escravidão e racismo no Brasil (Gonzalez, 2021), esse fazer não se resume à ação de uma professora negra em específico, uma vez que nos lembremos do conceito de coletivo com o qual trabalhamos.

Ao longo da história de gestão dos processos de trabalho em educação, os efeitos de um fazer racializado acontecem no processo da atividade. Eis o ponto de metamorfose e de possibilidade de luta antirracista por meio dos processos de análise do trabalho. Sem receio, partindo da perspectiva do fazer racializado e os sentidos produzidos pela fecundação das produções da história da humanidade em um corpo negro no mundo, afirmamos que o trabalho é campo de batalhas e de criação do novo, de outros modos de trabalhar, de um trabalho pautado em práticas antirracistas.

Em alguma medida, impulsionar um gênero profissional é transformá-lo. As condições para fazer acontecer a transformação estão na arena do tensionador real da atividade. sujeito, campo de sentido no coletivo de trabalho e o próprio gênero profissional que motiva essa conexão, se alteram (Clot, 2010).

Questionar a racialização como componente da historicização dos gêneros profissionais é, também, propor uma outra via de dinâmica existencial para pessoas pretas, que possam escapar da raça como destino identitário e subjetivo, mobilizar o gênero e construir conexões para reposicionamentos subjetivos no trabalho.

A racialização da Clínica da Atividade como aposta ético-política implica interessar-se pelas estilizações meio de produção de um possível — a desracialização por meio da raça — e, com isso, reconfigurar um estado existencial, um território subjetivo onde ser de origem negra traga vida expansiva, e não mais apego à raça como apequenamento; uso e produção de novos sentidos.

Estilizar um gênero profissional de forma racializada é refazer o caminho que leva à transformação de práticas sociais com elementos de africanidade. Estilizações diaspóricas que têm a ver com todas as lutas e resistências de povos africanos que foram lançados no mundo pelos processos de escravidão e colonização.

Ao falar de africanos diaspóricos estamos nos referindo a populações que são de origem africana e que de algum modo utilizam os saberes africanos em suas práticas.

A diáspora africana se refere à dispersão dos povos de ascendência africana do continente africano. Ser membro da diáspora africana é vivenciar a marginalidade social e psicológica na interação social cotidiana (Christian, 2009, p.153). Essa dispersão foi composta pelos modos de vida dos determinados povos originários de cada parte do continente africano. Experiências vividas de modo coletivo e que se presentificam nos sujeitos negros diaspóricos indicam esse modo de pertencimento em condição de povo africano em diáspora.

A experiência comum de deslocamento, exploração, discriminação e resistência é o que liga as comunidades da diáspora africana (Christian, 2009). Os pontos existentes entre a discriminação e a resistência podem indicar as condições de aparição da diáspora africana nos sujeitos em situação de trabalho.

A possibilidade de entrada da diferenciação de posicionamentos discriminatórios em relação às práticas de racismo no trabalho se dá através da cor da pele e das significações dadas a ela no que tange às políticas relacionais. A cor da pele é o traço fenotípico que indica o pertencimento à comunidade de diáspora africana, as resistências atuam como ligação pois foi através delas que se tornou possível transmitir os saberes e ferramentas produzidos nesse processo de dispersão e em luta para a manutenção da vida em coletividade.

Os indicadores de estilização e transformação nos meios de trabalho e do gênero profissional se expressam nas falas das professoras negras, atravessadas pelo racismo e sexismo e, ao narrarem suas experiências de trabalho, apontam para uma fuga dos caminhos certos e lineares do que se apresenta como normalidade e estabilização do gênero profissional

trabalhadora docente. Isso compõe o que apresentamos com a estilização diaspórica: um modo de recriar os modos de trabalho e do gênero profissional, trazendo a potência existente na africanidade que passa pela negritude como elemento de origem africana. O traço marcante é justamente a pele negra, que não se resume à condição de negro, mas abre-se para a dimensão afrodiaspórica.

Ao adentrar o campo empírico — a escola, na nossa pesquisa —, produz-se uma redistribuição das forças aí existentes. Esse fenômeno de co-participação com as trabalhadoras docentes pretas, de algum modo, nos oferece pistas do que se passou naquele instante de pesquisa, com aquele determinado coletivo, daquela determinada experiência. Os efeitos dessa intervenção, trazem afetos analisáveis no corpo para a análise do que vivido no percurso da pesquisa, deixando possibilidades de que experiências outras possam se desdobrar e ampliar esse debate nas escolas. Um movimento de contágio pode ocorrer e essa é a aposta: dar passagem a uma estilização diaspórica do gênero profissional docente.

As rupturas inerentes ao processo de estilização, sendo aqui pensada como estilização diaspórica, são entendidas como processos transmitidos através de lutas coletivas no tempo, no entanto, a sua processualidade aponta para a sua capacidade de expressar-se evitando ser capturada, exercendo interferência importante na produção de realidades outras no trabalho, mas, sendo impossível a sua categorização, realiza-se a cartografia dos seus efeitos.

CAPÍTULO 3: O TRABALHO DE CAMPO

Dialogando sobre metodologia

Fazer um debate sobre metodologia nesta pesquisa nos lança, necessariamente, a alguns acontecimentos que marcam, no Brasil, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, na área da Saúde Coletiva, interesse por temas relativos à saúde no trabalho (Minayo-Gomez, 2011), incorporando contribuições do patrimônio da ergonomia francófônica e, também, o que nos interessa aqui destacar com os trabalhos de Ivar Oddone e seu grupo nas discussões da saúde na fábrica (Brito, 2004). A partir desse cenário vamos construindo nosso caminho metodológico: as clínicas do trabalho que passam a ganhar destaque no campo da chamada psicologia do trabalho.

Nosso interesse, como já destacamos, voltou-se para as contribuições de Yves Clot e colaboradores, no que denominam clínica da atividade (Clot, 2007) e formulam o conceito de desenvolvimento como direção importante, ou até mesmo diríamos, central. Esse grupo lança-se à construção de instrumentos que possibilitem intervir nos ambientes de trabalho de forma que seja possível contribuir para o “desenvolvimento de recursos para a ação”, destacando como inspirador e aliado Ivar Oddone, que considerava que psicólogos do trabalho não devem se colocar numa posição de experts que indicam os ‘caminhos corretos a serem seguidos’. A proposta é outra: apoiar um processo que viabilize que os trabalhadores, a partir de seus saberes acumulados nas suas experiências cotidianas e situadas de trabalho e de seus conhecimentos adquiridos no chão dos ambientes laborais, possam ultrapassar desafios que enfrentam (Clot, 1981), criando estratégias de ação. O objetivo do trabalho dos psicólogos seria contribuir para que os trabalhadores ampliassem seu poder de agir. Essa seria a meta que sustentaria a produção de instrumentos para a intervenção.

Cabe ainda destacar que tais objetivos incluem um conceito que muitas vezes causa debates no âmbito da psicologia⁶. É o conceito de desenvolvimento, que indicaria a ocorrência de ampliação dos meios para a ação. O conceito de desenvolvimento é tomado de Vygotsky, que

⁶O conceito de desenvolvimento na Psicologia é, muitas vezes, usado com a ideia de progressão, uma espécie de evolução previamente definida. Esse tipo de uso pode ser encontrado com frequência em alguns estudos sobre desenvolvimento infantil que coloca metas a serem cumpridas em cada fase de vida das crianças. Esse tipo de abordagem pode levar a análises que patologizam modos singulares de fazer a vida andar, buscam um padrão específico do que seria evoluir tanto no que diz respeito à cognição no seu sentido de capacidade intelectual, quanto aos modos de comportamento esperado em cada fase da vida. Não é desse lugar que a Clínica da Atividade parte.

é lido tendo Bakhtin como interlocutor privilegiado (Clot, 2010) e pensado como recurso para a ação.

Por conseguinte, de acordo com a clínica da atividade, é possível afirmar que o poder de criação no meio de trabalho se desenvolve quando trabalhadores e trabalhadoras se apropriam/criam recursos para a ação elaborados no coletivo. Daí os métodos propostos perspectivam a revitalização da atividade dos trabalhadores/as, bem como a produção de conhecimentos que dão vida outra no processo de trabalho situado. Aqui, gostaríamos de destacar como emergem, nessas circunstâncias conceituais, um modo de abordar os processos de desenvolvimento de meios de ação. Ora, se partimos do trabalho como atividade humana, entendemos, com os pressupostos da Clínica da Atividade, que os meios de ação não são diretamente observáveis, sendo necessário lançar mão de métodos indiretos de análise. A análise se efetiva, portanto, a partir de marcas do trabalho que se expressam em falas, imagens registradas em áudio, vídeo, fotografias, dentre muitos outros modos de registro possíveis que podemos propor.

A expressão ‘indireto’ indica uma posição que se contrapõe a uma psicologia idealista e descolada da história e da sociedade (Vygotsky, 1996), dando ênfase ao conceito de atividade humana a partir das bases materiais da existência (Souto, et al , 2015), do modo como se processam as relações em um determinado espaço social, marcado por seus modos singulares de funcionamento.

É a partir da perspectiva de Vygotsky (1996) que a Clínica da Atividade pensa a potência criadora e transformadora da atividade, o que viabiliza a criação de caminhos para que se efetivem a construção de condições de existência de trabalhadores e trabalhadoras em meio a seus ambientes laborais. A clínica da atividade apropria-se desses princípios conceituais-metodológicos ao atribuir à atividade humana a dimensão inventiva da atividade de trabalho, uma vez que o desenvolvimento, nessa direção, permanece ao longo de nossa existência.

Foi a partir desse cenário que montamos nossas estratégias para a pesquisa no campo empírico: uma escola de ensino fundamental da rede municipal de uma cidade da Grande Vitória/ES.

Do nascimento da proposta

O presente trabalho de pesquisa surgiu a partir do acúmulo trazido de estudos, pesquisas e militância no movimento negro e estudantil durante o percurso da graduação em Psicologia. Já naquele momento, o estranhamento do cotidiano vivido na UFES foi tomando forma e linguagem nos vários grupos que eu fazia parte.

Neste percurso, participei como pesquisador de iniciação científica no NEPESP/PFIST (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Política/Programa de Formação e Investigação em Saúde do Trabalhador). Nesse grupo, alguns aspectos de investigação e discussão conceitual e prática, me convocaram a pensar questões acerca das articulações entre o racismo no Brasil e o trabalho nas instituições escolares.

O processo de construção da metodologia ganhou corpo na minha qualificação do mestrado no PPGPSI (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional), a partir do pronunciamento de uma das professoras convidadas para compor a banca, Jacyara Paiva, que é uma referência nos estudos sobre educação e relações raciais na universidade.

Mulher negra, educadora e militante ativa também nas lutas da população negra. O lugar que Jacyara Paiva ocupa na universidade se efetiva como força que movimenta a condução do ensino e da pesquisa na UFES de modo a deixar as marcas de uma militância no âmbito da intelectualidade universitária, contribuindo de forma relevante no processo de produção de conhecimento.

Nas pontuações feitas, a professora Jacyara destaca os impactos do racismo nos processos educacionais, mais especificamente, nos processos de trabalho na educação. As histórias contadas e os dados por ela apresentados nos mostram o imenso desafio e luta que ainda temos que enfrentar no combate ao racismo nas suas mais variadas formas de expressão. Ao trazer algumas histórias de mulheres negras no trabalho em educação, comenta sobre as dificuldades enfrentadas por sua irmã e por algumas colegas que são professoras negras e lidam cotidianamente com os impactos da divisão racial e sexual do trabalho em uma escola do município da Grande Vitória.

Foi possível perceber, nas suas colocações e apontamentos no texto, a alegria de poder compartilhar saberes racializados e ver um intelectual negro de pele retinta chegar à pós-graduação em uma universidade federal. Alegria que expressa a dimensão da luta coletiva na proposição do debate antirracista, uma forma de celebração. No entanto, é, também, uma forma de evidenciar a exclusão do povo negro dos bancos universitários, uma vez que é o racismo que produz essa realidade de dificuldade de encontrar corpos negros em espaços de construção do conhecimento no âmbito da academia.

Em um determinado momento durante a qualificação, ao indicar alguns fatos ocorridos na escola, traz a sugestão de um diálogo com as professoras negras que trabalham com a sua irmã, que também é uma mulher negra e professora. Essa sugestão foi um disparador importante para

a decisão sobre a metodologia a ser construída na pesquisa. A partir desse momento, iniciou-se um processo de germinação de uma rede. Dias depois, iniciei diálogos, ainda de modo remoto, com a professora 1, indicada por Jacyara, que aceitou prontamente participar do processo de pesquisa.

O que move a criação de uma rede auxiliar numa escrita que vislumbra contar histórias de mulheres negras no trabalho docente?

Partimos de um pressuposto: a educação tem importância indiscutível na transformação da vida das pessoas, na produção de mundos outros. Processos educacionais produzem subjetividade. É pelo desejo de transformação desse estado de coisas na sociedade brasileira, tais como o racismo, pelo desejo de mudanças radicais no racismo estrutural manifestado nas escolas, que redes como essa se estabelecem. Somos movidos pelo desejo de transformação social que tem a educação como uma das vias importantes nesse caminho. A luta antirracista passa por essa via e conecta aqueles e aquelas que constroem essas vias de luta.

O que queremos destacar, portanto, é que o encontro com as professoras se deu por meio dos efeitos produzidos no momento da qualificação.

O único requisito para compor as entrevistas, portanto, era, ser mulher negra, trabalhadora docente e responder positivamente ao convite que foi feito pelo pesquisador. Utilizamos uma metodologia que chamamos de “bola de neve”: a primeira professora contactada indicou novas participantes que indicaram outras e assim a rede foi se aquecendo, se ampliando a partir do aceite de cada uma das indicadas.

Figura 3

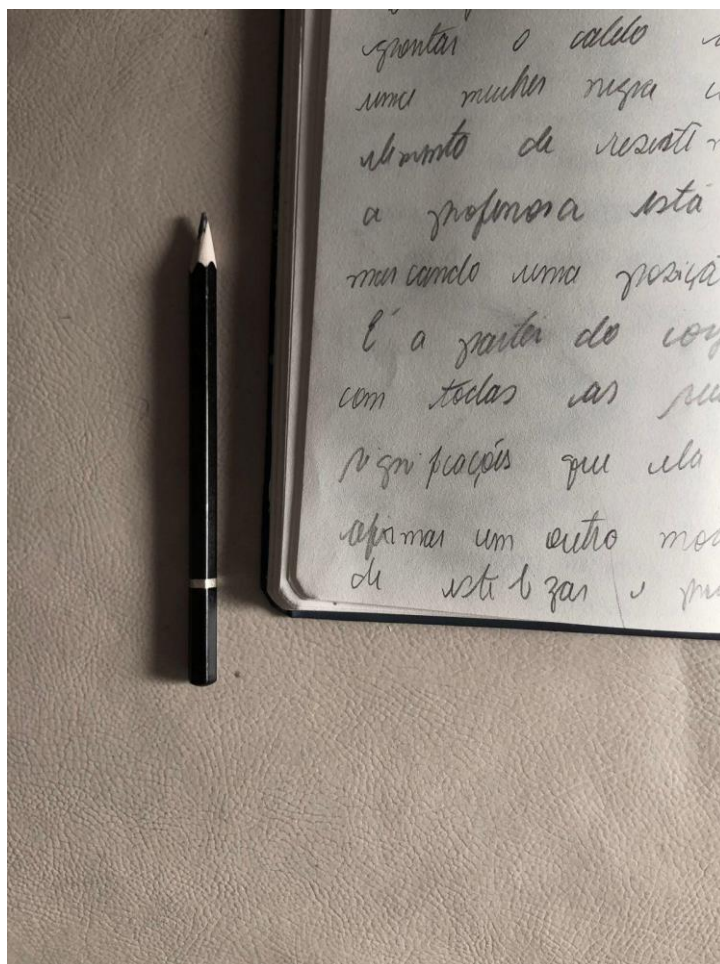


Foto do acervo pessoal

Como as trabalhadoras docentes pretas, marcadas pelo racismo e sexismo, agem em situação de trabalho? Como se faz o agir no trabalho em ambiente escolar? De que forma tal agir pode interferir nas práticas racistas na escola, visando transformá-las? Como a atividade das docentes pode colocar em foco e questionar o racismo estrutural brasileiro que se expressa nas escolas? São questões que nos moveram.

A entrada no campo empírico

Passado esse primeiro momento, entrei em contato com as professoras que aceitaram o convite. Várias foram as tentativas de ir ao encontro das profissionais, na sua maioria tentativas frustradas. Mas conseguimos.

Como pesquisadores, somos um corpo sensível ao que se passa no campo, possibilitando que as participantes se liberem de seus modos costumeiros de relação com a experiência, a partir de

uma posição ético-política-metodológica de modos de pesquisar, marcados por uma inspiração cartográfica.

Inspirar-se, em certo sentido, é encontrar algo que incentiva, como um impulso. Foi assim que se deu meu encontro com a cartografia como método. Método entendido como o resultado de uma construção conjunta. Tal direção metodológica se efetiva na medida em que as participantes aceitam se engajar no processo proposto. Busca-se que se libertem o mais possível de seus modos habituais de pensar e de falar suas atividades. Cabe, então, criar situações para que as participantes possam se libertar de seus modos de pensar usuais para agir e pensar de outra forma, quando pensam no que vem sendo produzido no campo da educação.

Buscamos, então, por meio dessa metodologia, afirmar um construtivismo radical, visando não suas regularidades a partir de hipóteses e variáveis controladas, mas, as possibilidades de divergir, os movimentos de inventividade do viver, num constante processo de diferenciação que se atualiza nas situações concretas de trabalho em educação. E, assim, é necessário colocar-se no campo de outro modo. É necessário produzir os dados, pois não se considera a existência de um mundo do trabalho (ou mundos do trabalho) que estaria aí pronto a ser desvendado (Clot, 2008; Barros; Louzada, 2009). Tal caminho metodológico se realiza, assim, propiciando o diálogo direto entre as diferentes participantes da análise, mas, também, no reposicionamento subjetivo de participantes e do pesquisador.

Entendemos que o manejo cartográfico em pesquisa consiste, exatamente, no acompanhamento do processo de pesquisar que vai se fazendo — o que inclui o caminho construído mesmo antes da entrada no campo empírico.

Uma postura atencional ao presente, atenção ao que se atualiza insistentemente nesse caminhar investigativo, acompanhar a processualidade da realidade pesquisada, ou seja, sem a expectativa de encontro com pontos fixos de construção da pesquisa, mas uma atenção aos efeitos surgidos a partir desse modo de ir junto e de produzir com as trabalhadoras docentes negras. Desse modo, efetiva-se tal metodologia com a participação coletiva e engajada das participantes, de modo a analisar a atividade de trabalho docente em conexão com a racialização.

Portanto, na direção em que trabalhamos, não temos pretensões de previsibilidade dos efeitos de nossas conversas. Tinha na bagagem a aposta de que essa intervenção poderia criar possibilidades de transformação das práticas em educação, nos processos de trabalho das docentes, considerando o lugar social de mulher negra e dos impactos dessa constituição nas suas histórias de vida no trabalho.

Buscamos, então, deslanchar um processo de ampliação do poder de agir (Clot, 2010) dessas mulheres. Ao afirmarem suas histórias pela fala compartilhada, o coletivo se fortalece, certamente. Cartografar experiências é, então:

Acompanhar a experiência do dizer, considerando e alimentando a circularidade intensiva entre os planos do conteúdo e da expressão, eis o desafio colocado ao manejo cartográfico da entrevista, eis o que buscamos na pesquisa dos processos que faz uso de entrevistas, sejam elos grupais ou individuais. Pensamos na entrevista como experiência compartilhada do dizer que, como vimos, em sua performatividade cria mundo, sempre. (Tedesco, Sade, Caliman, 2013, p. 316).

Nessa direção, o que buscamos foi nos conectar com a experiência na fala das professoras, e não uma fala sobre a experiência vivida num momento anterior (Tedesco, Sade, Caliman, 2013). Ao falar, passam a trazer para o momento presente, no ato de fala, uma abertura; as experiências e histórias de vida como mulheres e docentes sendo constituídas pelos processos de subjetivação perpassados pelo racismo estrutural que se efetiva cotidianamente, de forma a colocar em análise tais movimentos do viver no momento das conversas.

Destarte, o campo de pesquisa convocou-me a escolher um método que considere a experiência, as afecções, o contexto político, histórico, social, subjetivo como campo permanente de produção de conhecimento, sempre movente. Campo empírico como um incessante movimento das relações, que produzem esses contextos. O desafio colocado pelo campo produz deslocamentos importantes nesse lugar também movente de ser pesquisador.

Os métodos escolhidos para análise do trabalho foram: rodas de conversa e instrução ao sócia⁷, visando o acompanhamento do processo do trabalho naquela escola.

A instrução ao sócia foi aliada nas incursões da atividade docente. Tal método não tem regras pré-estabelecidas no que diz respeito a que ponto alcançar na fala do participante. Assume-se uma postura ética e política diante do real da atividade que vai encontrando meios de se expressar através da análise.

⁷Método da instrução ao sócia (Conceição; Rosa; Santorum, 2018) é um modo de análise do trabalho que possibilita ao trabalhador participar ativamente do processo. O trabalhador torna-se um instrutor que dará os comandos necessários para o sócia que é interpretado pelo pesquisador, essas instruções têm como objetivo ensinar ao sócia a agir como ele no trabalho para substituí-lo em sua atividade. Ao instruir o outro, o sujeito é obrigado a pensar nas nuances de realização da atividade e constrói de modo coletivo as soluções para as intercorrências do cotidiano de trabalho, utilizando-se de sua própria experiência através das instruções dadas ao sócia. A atividade se torna o objeto da análise.

Isto posto, pretendeu-se, a partir de uma postura atenta aos pontos de abertura à multiplicidade da atividade, acompanhar e trazer para o debate esses pontos invisibilizados da atividade dessas mulheres negras. Nesse sentido, a experiência concreta de trabalho trazida pela fala das trabalhadoras, com inserção social racializada, pode causar deslocamentos no cotidiano de trabalho docente.

Fizemos uma aposta na capacidade de estilização do gênero profissional — que não se deu sem sofrimento, sem exercício de pensamento, indicando possíveis pontos de transformação social-política. Alguns desafios foram, assim, se colocando na aproximação ao campo empírico da pesquisa.

Após inúmeras tentativas, consigo chegar à escola municipal da rede de um município da Grande Vitória. Em uma dessas tentativas de aproximação, não pude ser recebido por questões de ordem pessoal e familiar da participante como quem eu iria conversar. Fui informado com antecedência e tentamos um outro momento.

Nova tentativa... que também não se concretizou, uma vez que nem todas as professoras negras que se dispuseram a participar estavam presentes. Diante disso, marcamos, mais uma vez, um outro retorno à escola.

Foi no terceiro momento que um encontro se realizou. Tomei um ônibus transcol do meu bairro, Goiabeiras, até o terminal Ibes, de onde peguei um outro, até Garanhuns, o bairro onde a escola está situada. As memórias circulantes em meu corpo me fazem lembrar, nesse momento da escrita do texto da dissertação, o primeiro dia em que cheguei na referida escola. Clima não muito quente, um vento suave, muito barulho, muitas crianças, muitos olhares; tudo muito intenso. Minha chegada se deu por volta de quatorze horas; chamei no portão; esperei, e o zelador se aproximou para perguntar se eu precisava de ajuda. Falei para ele sobre as minhas motivações e ele vai até a professora e fala da minha presença. Ela vai ao meu encontro e me recebe com um sorriso, se apresenta e me convida a entrar.

Passamos pelo pátio, depois pelo refeitório e, mais adiante, fomos para a sala das professoras. Os olhares em minha direção chegavam como curiosidade, todas e todos queriam saber por que motivos eu estava ali e quem eu era. Aos poucos fui habitando os espaços da escola, vivenciando o cotidiano ainda estrangeiro, adentrando, me colocando como pesquisador atento, caminhando entre, atento ao que surgia na superfície dos afetos: o corpo. Foi um momento oportuno para agradecer à diretora a abertura do espaço para um diálogo sobre o trabalho na escola.

O encontro com o campo de pesquisa se dá numa constante movimentação entre forças que não são apreendidas pela objetividade. As palavras transitam, e cada palavra, com sua força de deslocamento, vai arquitetando formas de um corpo, transitam gestos, cheiros, paisagens e memórias, onde se esbarram com outros corpos, outros mundos possíveis. A partir das palavras que habitam secularmente corpos negros e femininos no trabalho, foi se criando a extensão dessa rede já iniciada no momento da minha qualificação de mestrado.

Figura 4



Foto do Acervo Pessoal

Me apresentei às professoras que estavam sentadas à mesa, eram seis e cada uma se colocou à disposição para o diálogo e à abertura do que poderia vir à tona naquele momento. Os tons de pele eram variados, tons escuros e tons claros, traços diversos. No prosseguimento, falei da minha pesquisa e coloquei a questão disparadora da conversa: como é ser uma mulher negra e como isso impactou na sua trajetória como professora?

Todas estavam muito atentas. Algumas mais próximas, outras mais distantes; algumas permaneceram de pé, outras à mesa, mas, estavam presentes e conectadas à roda de conversa. Eu era um estrangeiro na tentativa de me fazer de dentro, um ponto para que outros dizeres pudessem encontrar espaço de escuta e de troca. O funcionamento da atenção não se identificava a atos de focalização para preparar a representação das formas ali presentes, mas

se fazia através da detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso (Rolnik, 2012).

A entrada no campo empírico é sempre um desafio, uma vez que nos introduz em um território onde certos arranjos são produzidos, mas, principalmente, arranjos em constante produção. As discussões em torno da vida e do cotidiano do “ser professora”, possivelmente, já se estabelecem entre as trabalhadoras. Não surgiu com minha entrada na escola. Minha presença, em certo sentido, era a abertura de uma fresta, por onde íamos, eu e as trabalhadoras, deixando passar linhas de força e, aos poucos, produzindo novos sentidos, a partir de um momento de pausa para conversar e pensar a partir do trabalho docente fecundado pelo racismo.

Nesse sentido, não havia o que procurar, como se fosse possível capturar e demarcar uma distinção objetiva entre sujeitos e objeto da pesquisa. Uma pesquisa se faz no meio, no limiar, entre forças e formas, desestabilizando polos prévios e respondendo por sua transformação. Sujeito e objeto se fundem e surgem no ato de pesquisar, no caminhar dos processos (Rolnik, 2008).

A diretriz da entrada estava, reafirmamos, voltada para o acompanhamento dos processos de trabalho na perspectiva da atividade, atento às dimensões do racismo como elemento presente nos discursos das trabalhadoras. O percurso me levou por vias de produção de sentido que ali se apresentavam, o que tornou possível um falar de suas práticas, que passam a ter língua, talvez, pela primeira vez, o racismo estrutural ganhava um espaço nas conversas das docentes.

Dos métodos: a roda de conversa

O método da roda⁸ de conversa foi usado pois, de acordo com Clot (2010), o acesso à atividade e ao gênero profissional, como elemento dos processos coletivos de trabalho, se dá por meio da expressão da atividade a partir da linguagem. Ao falar sobre seu trabalho, as trabalhadoras

⁸Método da roda ou função Paidéia (Campos, 2003) privilegia o diálogo que se faz sem autoritarismo ou verticalização das relações. Tem como principal característica a gestão dos processos de trabalho e produção de sujeitos e de coletivos organizados. O Método Paidéia, segundo Wagner, é o reconhecimento de que somos produzidos em meio às nossas relações no espaço social e, também, o reconhecimento de que cada sujeito, cada coletivo, pode se valer dessas linhas de força que nos constituem como seres políticos para construir novas instituições, novas necessidades sociais e novos sujeitos. “... o que é o efeito Paidéia? É um processo social e subjetivo em que pessoas ampliam a sua capacidade de buscar informações, de interpretá-las, buscando compreender-se a si mesmas, aos outros e ao contexto, aumentando, em consequência, a possibilidade de agir sobre estas relações” (Campos, et al 2014, p. 5). Tomamos emprestada essa formulação de Gastão Wagner por entendermos que ela vai ao encontro da proposta metodológica da Clínica da Atividade de análise do trabalho, apesar de algumas diferenças que encontramos na proposta de Campos e a nossa.

docentes estão, de algum modo, reativando a dimensão da atividade como trabalhadoras docentes negras.

No primeiro encontro participaram do processo seis professoras negras. Todas atuam na mesma escola, num bairro do município da Grande Vitória. Foram convidadas, e de acordo com o interesse e disponibilidade, apenas duas delas iriam para a etapa de instrução ao sócia.

Nesse sentido, a roda de conversa foi um dispositivo para a apresentação da pesquisa e, também, um modo de fazer circular a palavra, trazendo para a cena os impactos da dimensão do racismo em suas histórias de vida e nas práticas como professoras. Atentas aos seus modos de trabalhar e ao modo como falam sobre esse ofício, foi possível acessar as histórias dessas mulheres. Histórias que constroem seus modos de atuar como trabalhadoras docentes.

A configuração metodológica viabilizou um encontro entre essas professoras, que, pela primeira vez, se encontraram para falar dos impactos do racismo no trabalho. Falar em roda fortalece o coletivo. Por meio da roda a conversa sobre esse tema foi viabilizada.

Posteriormente, convidamos duas professoras para participar da atividade de instrução ao sócia. Tal método de análise dos processos de trabalho em Clínica da Atividade nos pareceu uma boa estratégia para dar continuidade ao processo de análise da atividade dessas professoras. Ou seja, os dois modos de convocação às falas dessas mulheres negras se colocaram, em alguma medida, como um modo de acessar o real da atividade e, conseqüentemente, o gênero profissional. Buscamos encontrar meios de dar visibilidade ao racismo como elemento de composição dos processos de trabalho, composição do gênero docente negra do ensino fundamental.

Logo de saída, deixei em evidência que era importante que se colocassem a partir desse ‘lugar de fala’ de mulher negra trabalhadora da educação. A palavra começou a circular, e nossa hipótese inicial, de que nunca haviam se juntado para falar sobre o racismo nas práticas escolares, se confirmou. Esse tipo de conversa não tinha espaço na escola.

Uma das participantes, pedagoga, ao trazer um relato sobre uma experiência de racismo no trabalho, se emociona, “lágrimas negras caem, saem doem”⁹. A intensidade inerente a essas violações ao longo da história de trabalho aparece na fala e no corpo dessa trabalhadora.

...eu fui intervir em uma situação na escola em que trabalhei, e pra isso eu teria que me utilizar da minha função de pedagoga para dar uma ordem, mas, fui hostilizada e desrespeitada pelas pessoas que faziam parte da situação, por eu ser uma mulher negra

⁹ Trecho de uma música da cantora Gal Costa.

não poderia estar ocupando aquela função, eu penso que meu trabalho não tem nada a ver com a minha cor, me senti desamparada e não tive apoio dos colegas.

Essa fala expressa o modo como mulheres negras carregam consigo a memória viva de um fato emblemático da humanidade: a escravidão negra e seus efeitos. Analisar os processos de trabalho partindo do lugar de fala da mulher negra é buscar compreender um posicionamento forjado pelo racismo e sexismo (Ribeiro, 2021).

As condições de estruturação dos lugares de fala pensados como estratégias de modelação dos arranjos de forças e dos embates nesse dinamismo, abre a possibilidade de nomear tais processos e, ao realizar esse ato, desvelar a presença de determinados marcadores históricos de constituição dos modos de expressão dos lugares de fala, quebrando-os e criando brechas de invenção.

Outra participante traz a experiência da família interracial e os efeitos disso em sua história de vida. Fala da importância da tomada de consciência frente ao racismo e de como isso a ajudou na criação dos filhos e filhas. O fato de ter uma criação onde isso era colocado como pauta a possibilitou de encarar as dinâmicas dos processos de trabalho marcados pelo racismo de um outro modo.

Eu sempre andei de cabeça erguida e enfrentava o preconceito na escola quando era criança, se fosse preciso bater em quem me xingava, eu batia mesmo.[...] Criei meus filhos sempre afirmando que eles são inteligentes e capazes de realizar qualquer coisa na vida, eu os ensinei a ter orgulho da sua cor.

E conclui: “é preciso fazer valer a sua voz, negro também tem voz”.

Uma outra participante comenta a dificuldade que tem em parar de comprar algumas brigas no seu trabalho, e que a questão racial não era algo do qual se atentava muito até o momento em que passa por uma situação no trabalho, que, de algum modo, estava conectada ao fato de ela ser uma mulher negra. Ela só se deu conta quando uma outra colega apontou para ela que o que ela havia sofrido tinha a ver com o racismo. Desde aquele momento, passou a atentar-se a essa dimensão em seu trabalho.

Durante um período aqui na escola, uma determinada mãe de um dos meus alunos sempre tentava me atingir de algum modo por palavras, quando saía do portão da escola me insultava, gritava e dizia que não gostava de mim. Eu sempre pensei que tinha a ver com o meu trabalho e o modo como essa mãe o enxergava. Até que um dia, uma colega colocou pra mim que isso tinha a ver com a minha cor. Quando ouvi

isso, me deu um choque, até aquele momento nunca havia parado pra pensar que a minha cor poderia influenciar no modo como aquela mãe implicava comigo.

Mais uma participante entra na roda, fala de como foi para ela ser uma mulher negra na educação. Traz que sua mãe é professora, sua irmã mais velha também, e diz que se considera “vacinada contra o racismo”. Conta uma experiência que teve com a mãe de um dos seus alunos, que solicitou uma professora “linda e loira” para seu filho. Como modo de intervenção, a professora resolveu pintar seu cabelo de loiro; segundo ela, afirmando seu lugar como trabalhadora. Ironia como estratégia de resistência?

Uma outra, que ainda não tinha se pronunciado, preferiu não adentrar de forma mais abrangente no tema. Ela preferiu manter-se de pé durante a conversa. No entanto, afirmou que gosta de ensinar o respeito em sua prática como trabalhadora docente.

Dou aula de ensino religioso, e a religiosidade pra mim é um campo humano onde o que se pauta em minhas aulas, é a não aceitação de qualquer tipo de discriminação e violência, dentre elas o racismo, sempre ensino sobre o respeito a todas as formas de vida.

No fechamento do encontro, uma professora afirmou que sente muito por todas as violências sofridas pelas colegas, mas, para ela, nada que seja da ordem de uma violência racial aconteceu em seu percurso na vida e no trabalho. O que chama a atenção nesse posicionamento é a relação entre os aspectos inerentes ao racismo no trabalho e a realidade corporal da referida professora, que é uma mulher negra com um tom de pele escuro e, no entanto, afirma não ter reconhecido alguma experiência de impacto relacionada ao racismo no seu trabalho como docente. “Temos que fazer nossa voz valer, negro também tem voz”.

Muitas coisas foram afirmadas nas rodas. Processos de análise coletiva dos efeitos do racismo nas práticas docentes de mulheres negras em curso. Ter que fazer uma voz valer pode nos informar das condições de produção de realidade que darão condições de ecoar a voz e o que essa voz está para nos dizer. O “ter que” indica uma urgência e uma obrigação (ética), uma condição colocada para que de algum modo essa voz encontre meios de propagação. Nos interessa pensar como é colocada essa condição e por quais arranjos de relações entre as trabalhadoras ela se constitui.

De que modo esse posicionamento traz à tona na realidade brasileira o mito da democracia racial? Como um dos seus pilares ideológicos, ele atua como uma forma de negação do preconceito racial existente e de diluição dos conflitos que surgem do embate entre as diferentes

raças e suas significações de estruturação da realidade. Transfigura-se numa harmonia imaginária entre as raças, que acaba por reduzir a complexidade do racismo. Ele está acontecendo na materialidade dos corpos dos sujeitos em relação e em modos de sobrevivência. Como articular essa fala das duas professoras — a religiosidade que não admite violência e a não percepção do racismo com relação a ela — às imposições desse mito ainda presente? Questões que se abrem...

O diálogo nos permitiu perceber o ofício e seus dilemas referentes ao racismo, que aparecem naquilo que pode vir a mostrar-se como o modo de ação e de subjetivação.

As falas das professoras foram um gancho importante para trazer à baila o indeterminado das situações concretas de trabalho articulado às práticas de racialização. Trata-se de um limiar entre experiência concreta e os discursos que fazem parte da construção do gênero profissional.

O dialogismo oportunizado visibilizou um falar das experiências de trabalho, abrindo pistas para uma análise da docência de professoras negras e a possibilidade de criação de outros modos de fazer a vida andar no trabalho, andar fecundado pela racialização. Modos que podem auxiliar na problematização das práticas naturalizadas de expressão dos processos racistas de trabalho. Um modo de deixar de “trapacear o real”, colocando em análise os modos hegemônicos de construção de sentidos no trabalho.

Figura 5

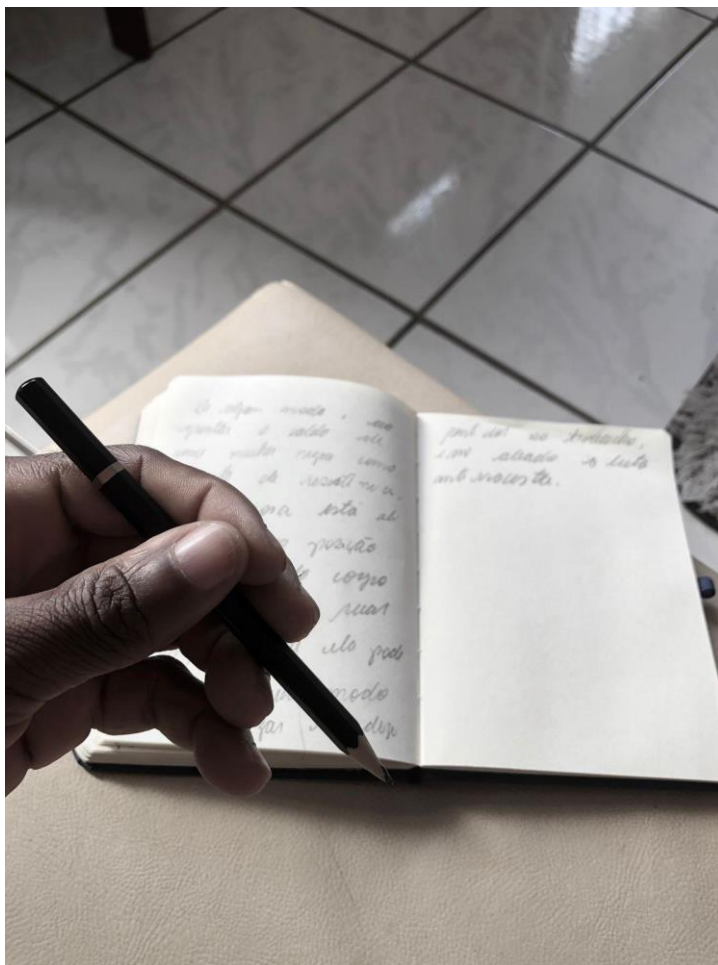


Foto do Acervo Pessoal

Partimos de um princípio afirmado por Clot (2010), segundo o qual a investigação do trabalho se constrói em torno da ideia de que a explicação do desenvolvimento do sujeito é apresentada por meio da história de suas atividades e tensões vitais, transformadas, por meio de regimes de produção do inesperado da vida, em tensões e intenções subjetivas. Ou seja, a atividade é constituída por meio da sua dimensão transpessoal e atua na dimensão interpessoal e pessoal (Clot, 2010).

Os enfrentamentos às imposições do real da atividade acontecem em meio a um processo coletivo do trabalho, e encontra sua expressão através da atividade realizada por um sujeito. Tal dinamismo se efetiva, ainda, em relação aos outros pares, na dimensão interpessoal do ofício em jogo. A atividade é direcionada, pois necessita da participação dos outros mesmo que sua efetivação aconteça por meio da ação de um sujeito, e torna-se pessoal na medida em que passa a fazer parte da bagagem das memórias dos sujeitos em sua dimensão subjetiva. O caminho de

construção da atividade torna-se ferramenta para que o sujeito se engaje de outros modos com o trabalho e com aqueles e aquelas que fazem parte da constituição desse campo coletivo.

Assim, um dos caminhos que foi se constituindo diz do início de um interessar-se pela aliança com a palavra falada para relatarem suas experiências de trabalho como mulheres negras, inseridas no espaço social em que o racismo faz parte da constituição e estruturação.

Ao expressarem, por meio da fala, os impactos do racismo em seu fazer educacional, e pensarem, divergirem, tensionarem em conjunto, foi possível criar perspectivas de que essa realidade possa ser transformada e dar nascimento a outros modos de fazer a gestão do processo de trabalho.

O espaço da escola nos inquieta, apresenta uma enorme variedade de estímulos visuais, auditivos, olfativos, muitos afetos circulam, as crianças correm, brincam, jogam, brigam e sempre apresentam alguma solicitação.

Conforme combinado, retornei à escola alguns dias depois, mas as professoras estavam em reunião. Fui recebido por uma delas. Estava bem próximo do horário do recreio, algumas crianças passavam pelo refeitório, outras corriam de uma sala para outra, sorriam para as professoras, outras se abraçavam. Havia muita vida e movimentação. Fui levado até uma sala com muitos livros, brinquedos, muitas cores vivas, me coloquei a escrever no diário de campo enquanto aguardava a chegada das trabalhadoras. Escrevo por alguns minutos, elas se aproximam e nos abraçamos.

Fui conversar com duas delas e uma participante decidiu fazer a instrução ao sócio e algo surgiu durante o diálogo: “Nós somos as que mais fazem questionamentos, na hora de falar sobre o que precisa ser melhorado”. Ao reconhecerem que são as trabalhadoras que mais “questionam”, indicam que (re)sistem às formas de descuido ao seu trabalho como professoras.

O trabalho é um campo de lutas, a possibilidade de questionar os direcionamentos desse processo aponta para o reconhecimento de si naquilo que se faz. Falar sobre os cuidados com o espaço físico do campo, sobre algumas intervenções culturais e artísticas, sobre os impactos da gestão municipal no trabalho na escola, são formas de dar atenção à dimensão de cuidado do ofício. É pela via do cuidado com o ofício e dos desdobramentos na constituição do gênero profissional que se torna possível a transmissão do mesmo e da expansão do poder de agir das trabalhadoras.

Desse modo, um certo ethos se afirma por meio de suas ações no trabalho; o receio de que o trabalho docente perca o sentido com o descuido ao ofício impacta no modo como se engaja a ele. As inquietações apresentadas por essas professoras negras indicam a urgência de se pensar em modos coletivos para enfrentamentos diários. De acordo com Ribeiro (2021), a mulher negra se encontra em um cruzamento existencial por ser constituída por meio da racialização e do gênero. O feminino que concerne à mulher foi criado para ser o outro do homem branco (Ribeiro apud Beauvoir, 2021), e no caso da mulher negra, ela torna-se o outro do outro. Nesse sentido, a experiência de enfrentamento de modo solitário enfraquece e fragiliza tal enfrentamento do racismo no trabalho.

A escuta surgida a partir dos diálogos com essas professoras negras nos informa que um movimento potente pode ganhar força. O que se espera de mulheres negras no mundo do trabalho é que elas sejam uma espécie de guerreiras guardiãs do “real da atividade do mundo”. As formas de silenciamento comparecem e as convocam a seguir em silêncio diante das violências surgidas.

O que quero destacar é a importância de que seja construído, coletivamente, a partir das falas enunciadas, esse lugar de fala. O papel exigido é o de conservação dos modos de “trapacear o real”, por meio da sua condição como mulher negra sendo o outro do outro.

Há que se enfrentar as investidas, com possibilidade de violências, e encontrar meios de lidar com essa dimensão do trabalho, meios de que, de um modo geral, são solitários. São alguns “sapos” engolidos que escancaram a dificuldade de criar condições para um outro modo de expressão do lugar de mulher negra e produzir maior abertura às estratégias coletivas de tais práticas. Nem engolir sapos, nem um agir solitário. Tornar-se guardiã compulsória do real faz conexão com a ideia trazida por Ribeiro (2021), de que a mulher negra encontra dificuldades para afirmar-se como sujeito político.

Assim sendo, torna-se necessário um reposicionamento subjetivo que auxilie as docentes na desvinculação das formas representativas e enrijecidas de pensar, agir e falar suas experiências de vida-trabalho na condição de docente e mulher preta capixaba.

Da instrução ao Sósia

A partir do método da instrução ao sósia realizado com as duas professoras, foi possível disparar alguns pontos de análise da atividade: relação com as colegas, construção de uma imagem de professora, negociações sobre as tarefas a serem realizadas, espaços de diálogo na escola,

modos de lidar com alguns imprevistos do cotidiano de trabalho, a construção de um lugar profissional como mulheres negras e alguns movimentos de estilização, que nesse caso, como anunciamos, vamos chamar de diaspóricas, uma vez que a partir do modo como fazem o enfrentamento de alguns gestos racistas na escola, busca abertura para outros outros valores com relação ao racismo estrutural, mesmo que de forma ainda um pouco tímida.

Uma estilização diaspórica, uma vez que persegue relacionamentos humanos e culturais de horizontes diferenciados para a humanidade. Diáspora como migrações e refúgio, que destaca a importância da dimensão coletiva das ações, que implica experiências de deslocamento. Deslocamento de determinados lugares que o racismo, ainda hoje, vai forjando para a população negra,

Duas trabalhadoras docentes negras se dispuseram a analisar a atividade de trabalho a partir do método da instrução ao sócia. Uma delas atua com educação especial e a outra como professora de História para séries iniciais.

A análise que se efetivou, a partir das intervenções possibilitadas pelo método, indicou questões importantes que problematizam o lugar da mulher negra no espaço de trabalho escolar, o gênero profissional trabalhadora docente e os modos de estilização que movimentam o gênero no encontro com as surpresas do real da atividade.

Tal estratégia metodológica buscou apreender a prática profissional das docentes, buscar aproximação com as ações que estas atualizam e acompanhar os movimentos que buscam viabilizar em situação laboral. A questão disparadora: “suponha que eu seja seu sócia e que amanhã eu vá te substituir no seu trabalho. Que instruções você deve me transmitir a fim de que ninguém perceba que houve uma substituição?”. Nesse momento, as docentes eram convocadas a pensar como fazem seu trabalho e, então, o diálogo ia passando por desdobramentos no curso das conversas.

Esse método de intervenção pretende fortalecer o gênero; mais do que acessar os dados individuais, busca acessar um plano comum. Com base em Gilles Deleuze e Felix Guattari (1996), consideramos que tal plano não é homogêneo nem reúne atores que manteriam entre si relações de identidade, mas opera comunicação entre singularidades, sendo pré-individual e coletivo. Assim, a perspectiva metodológica adotada se compromete com a criação de um mundo comum e heterogêneo.

Na proposta de substituição, caso a professora apresentasse dúvida, uma inflexão se faria: imagine uma projeção para um futuro próximo, por exemplo, suponha a substituição nas atividades que acontecerão amanhã. Diante da proposta de substituição no trabalho, a docente se colocaria na posição de instrutor e auxiliaria o pesquisador, como seu sócia, “a se orientar em uma situação que ela não conhece, ao lhe indicar não só o que faz habitualmente..., e aquilo que deveria, sobretudo, não fazer ao substituí-lo... etc.” (Clot, 2007, p. 146).

Outro aspecto importante do modo como operamos com esse método foi informar às professoras de que não haviam respostas certas ou erradas, dado que a intenção era de realizar a análise das maneiras como exercem a atividade do trabalho, portanto, a ideia era que a instrutora (a professora) dissesse o que o sócia deveria fazer. Logo, o sócia não deveria tomar decisões frente às possibilidades colocadas pela instrutora, afirmando menos e questionando mais, para forçar deslocamento da docente e buscar a análise sob a perspectiva da instrutora-professora.

Assim, o método visa acessar o real da atividade docente, para apreender como se dá o trabalho para além das prescrições (Clot, 2011). Busca acessar movimentos que possam produzir outras formas de subjetividade, viabilizando que o pesquisador possa criar condições de análise e a docente se coloque como agente analítico e transformador de suas práticas de trabalho cotidianas. Dessa forma, vislumbramos a criação de um terreno propício para que as docentes desenvolvessem um processo de análise. Destarte, o método de instrução ao sócia pretende oferecer condições para que as docentes possam cuidar do seu próprio ofício.

Para isso, o sócia/pesquisador cuidou para que a descrição da atividade não se colocasse de forma linear e, sempre que possível, provocou as instrutoras a pensarem sua prática. Uma etapa importante, ainda, foi a solicitação feita para que as docentes pudessem falar o que a experiência causou. Desse modo, a instrução ao sócia pretende realizar intervenção a partir de um exercício de pensamento das docentes em situação de trabalho, o que acaba tendo um efeito de intervenção, de criação de possíveis e ampliação do agir a partir da problematização de suas práticas.

Professora 1: o fazer docente e o gênero profissional trabalhadora docente negra.

A entrevista de instrução ao sósia foi realizada de modo remoto, uma vez que tentamos agendar a conversa na escola, mas não foi possível em função da agenda da mesma.

Começo com a afirmação: “se eu fosse te substituir amanhã na escola, como agir para que ninguém perceba que eu não sou você? Como agir como seu sósia na escola?”

Ela responde:

Difícil né, falar como é ser a gente, mas vamos lá! A gente chega na escola e tem um horário pra seguir de atendimento aos alunos, eu entro em sala de aula e acompanho aquela aula com o aluno.

Sósia: “você chega como, de carro, a pé, de ônibus?”

Eu venho de carro, eu trabalho em dois horários, trabalho pela parte da manhã, volto em casa, dou comida pro filho, deixo tudo ajeitado pra levar ele pra escola, deixo ele na escola e volto pra escola.

Sósia: “como tenho que me vestir?”

Eu só uso o cabelo solto, né. Eu me visto da melhor maneira possível, porque eu acho que é bom os alunos verem a gente bem bonita, eles têm mais ânimo né, eu pego minha melhor roupa, tô ali. Eu até brinco com as meninas, eu não tenho roupa de sair e roupa de ficar em casa, a roupa que eu saio, eu venho pra trabalhar, então assim, eu procuro sempre tá o melhor possível para os alunos mesmo.

Sósia: “como assim “tá o melhor possível para os alunos”? Me fala um pouco mais sobre isso”.

Pra eles verem e gostarem, pra encantar eles um pouquinho.

Sósia: “então, me fale mais de como chega na escola?”

Estaciono o carro, depois entro na escola, passo pelo pátio, tomo uma água, passo na sala dos professores e venho para a sala. Ao chegar, vejo se tem alguma intercorrência, tendo alguma, porque um dos alunos pode estar muito agitado por conta da medicação, aí tenho que mudar minha rotina. Minha rotina no geral é essa, tenho um horário com cada aluno né, durante a semana, aí eu chego e entro nas aulas.

Sósia: “quais sinais devem chamar minha atenção quanto aos alunos e essas possíveis intercorrências?”.

Algumas vezes, se tiver alguma necessidade, se um aluno não tá acompanhando muito, se tem aluno que precisa de um acompanhamento mais centralizado mais voltado pra ele assim fora daquele tumulto da sala de aula.

Sósia: “como faço esse acompanhamento?”.

A gente separa, por exemplo, hoje tô com alguns alunos aqui separados porque estão alfabetizando e a turma deles já está alfabetizada.

Sósia: “como fazer para alfabetizá-los? Alguma dica especial?”.

Eu preparo atividades voltadas para a alfabetização para que eles possam acompanhar a turma, retiro eles de sala para acompanhar eles melhor fora da sala.

Sósia: “quais são as turmas que vou acompanhar?”.

Eu passo por todas as salas praticamente, esse ano eu tenho horário na sala do primeiro ano, tenho horário na sala do terceiro, e tenho horário na sala do quarto ano.

Sósia: “Como faço nessa passagem nas salas?”.

A prioridade é ficar em sala de aula com esses alunos, tirá-los de sala é uma exceção, basicamente estou dentro da sala de aula.

Sósia: “o que fazer dentro da sala?”.

Sento-me ao lado deles, né, e eles vão fazendo atividade e quando eles têm a dificuldade eu to ali pra dar aquele acompanhamento.

Sósia: “todos são acompanhados da mesma forma?”.

Quando é um aluno que não acompanha o conteúdo da professora, a atividade é adaptada, e ele faz a atividade adaptada com o mesmo conteúdo, porém adaptada de acordo com o nível dele.

Sósia: “me fala mais como devo estar na sala de aula”.

Olha, cada professor de educação especial tem uma característica né

Sósia: “qual é a sua?”.

Dentro de sala de aula, às vezes o professor até esquece que eu tô lá.

Sósia: “como assim?”.

Chego em silêncio, e pode o mundo cair que eu não estou lá, eu não interfiro na organização da turma do professor.

Sósia: “como você faz? Me passa mais detalhes.”

Eu fico ali... só se ela me pedir. Olha me ajuda aqui?!

Sósia: “como atende a essa solicitação da professora regente, como você faz?”.

Dou minha opinião, expresso minha opinião, fora isso eu fico ali, invisível.

Sósia: “como fico invisível?”.

Fico aqui e não me mexo, não expresso, entendeu? Tá muita bagunça o aluno... deixo a professora a vontade pra ela não sentir que estou ali para vigiá-la.

Sósia: “como assim, vigiá-la?”.

Porque a gente numa turma de outra pessoa, então, até a pessoa entender que a gente não tá ali, pra vigiar o trabalho dela, aí é muito difícil, né? A gente vai conquistando isso aos poucos.

Sósia: “aos poucos? Como assim?”.

Isso! Eu vou e fico lá na minha. Se o aluno pergunta: ah tia, posso ir ao banheiro? Não é comigo, é com a professora regente.

Sósia: “eu devo agir assim?”.

Sim. Porque eles têm a coisa de querer buscar quem tá em sala, né? Então eu fico sentada do lado do aluno, né, que eu atendo, faço o acompanhamento.

Até o próprio aluno que eu faço acompanhamento, ele realizando a atividade dele, eu falo: olha, vai lá mostrar pra professora! Aí ele vai, quem dá o aval final sempre é o professor regente, para ele não perder essa referência, eu auxilio caso aconteça alguma intercorrência.

Sósia: “e se acontecer?”.

Quando surge um, a criança se alterou na sala né, desregulou, aí o que que eu faço, geralmente saio pra dar um apoio, mas não é obrigação eu sair, largar um outro aluno pra pegar, mas assim, como as pessoas geralmente não estão muito acostumadas a lidar com essas situações, então elas já me chamam. Eu já peço ó gente, quaisquer coisas vocês me chamam! Eu resolvo.

Sósia: “resolve como?”.

Eu vou lá, acolho esse aluno, trago ele, tiro ele desse ambiente que desregulou ele, tento procurar saber o que que aconteceu, converso com ele, tiro o foco né, do que deixou ele nervoso, do que tá deixando-o nervoso, e acalmo.

Sósia: “e após esse processo?”.

Nisso que ele acalmou eu fico à disposição dele né, porque pra ele voltar ele não volta, não quer saber de voltar as vezes pra sala de aula porque um amigo irritou...

Sósia: “o que pode irritá-los?”.

O próprio professor às vezes, negou algo né, porque faz parte né, a rotina da escola, o aluno não faz sempre o que ele quer, e aí é a hora assim, vamos botar assim em ação.

Sósia: “como se dá essa ação?”.

Eu tento intervir né, esses dias mesmo, nós ficamos quase um mês com uma intercorrência, o aluno não quis ficar na sala. Agora que consegui, que nós conseguimos fazer ele ficar até a hora do recreio e depois do recreio ele ficaria comigo, fizemos uma troca, uma barganha.

Sósia: “como?”.

Conversei com ele e falei: guenta a mão na sala até a hora do recreio.

Sósia: “por quê?”.

Ele zangou com a professora e não queria ficar, e aí para administrar né essa relação professor-aluno é difícil né?

Sósia: “difícil? Como assim?”.

Porque as pessoas acham que a gente tá sempre a favor do aluno, né, aquela coisa, mas é porque a gente tem um olhar diferenciado né, não é qualquer um, não é igual a todo mundo, não tem o mesmo modus operandi, tipo assim, de querer agir com rigidez com eles, porque eles não entendem muito, não sabem administrar né, aí a gente vai tentando e conseguimos.

Sósia: “como posso avaliar se a ação foi importante?”.

Até agora ele tá frequentando a sala de aula normal, ficamos um mês num...num pega pra capar, e aí faz parte também você levar umas tapinhas, né?! Uns arranhões (risos), mas não levo pro coração não, não guardo nem dinheiro, né, então...(risos)

Sósia: “como é esse olhar diferenciado que você comentou?”.

Eu acho que é a empatia mesmo, de se colocar no lugar e tentar entender o porquê que, o que tá gerando tanta raiva, que tá gerando tanto estresse pra ele, né, não levar aquele fogo, não tem? Aquela coisa do adulto, que o adulto tem, você tem que obedecer e pronto e acabou, que o professor também tem né, isso.

Sósia: “isso o que?”.

Às vezes o professor age no impulso né, nos aborrecimentos e fala: é assim e pronto, mas as vezes pra eles (alunos) não é assim e pronto, é assim e vamo ver no que dá pra depois a gente ver o resultado, então acho que é mais empatia mesmo.

Sósia: “como seria ver no que dá?”.

A gente tenta balancear né, porque são muitos desafios, a gente se preocupa com o aluno também e com as famílias, tem que dialogar, teve uma reunião mesmo que ouvi um comentário de uma mãe dizendo que o filho dela não tinha certos comportamentos com a professora linda e loira dele de matemática.

Sósia: “como me portaria ao ouvir isso?”.

Olha, eu não consegui esboçar, eu tava presente né na reunião, fiquei calada, aí eu fiquei calada, não esbocei só, a gente não espera né, então a gente fica assim, ah tá, vou fazer o que né?! A (professora) que tinha era eu, né, eu não era loira ainda (risos).

O racismo presente no espaço de trabalho se expressa a partir dos aspectos biológicos e discursivos (Kilomba, 2019). A presença da negritude da professora foi interpretada pela mãe do aluno como um elemento de valoração e hierarquização. O aspecto de valor inerente à racialização coloca em xeque a atuação profissional da docente negra, e a compara a partir de uma norma ideal da branquitude que constitui o gênero profissional trabalhadora docente. As professoras brancas e loiras são consideradas mais competentes.

De acordo com Kilomba (2019), dentro dos regimes do racismo e no modo como se arranjam os lugares de fala, as mulheres negras, estando na posição de serem oprimidas, encontram dificuldades de falar e de serem ouvidas. As estruturas de opressão não permitem que essas vozes sejam ouvidas e encontrem meios de ecoar e reverberar com mais intensidade. Em determinados momentos, o silêncio se torna a estratégia utilizada para lidar com a inevitável possibilidade de aparição do racismo no trabalho.

Como forma de resposta à violência, o silêncio funciona como uma estratégia de enfrentamento e de preservação. Muitas vezes, a imposição do racismo aparece como algo inusitado, não tendo palavras que consigam de algum modo dar conta da aparição dessa dimensão do racismo no trabalho. Pintar o cabelo de loiro... a intervenção no cabelo é uma forma de afirmação do seu lugar de trabalhadora, de enfrentamento?

Kilomba coloca em cena a dimensão das políticas do cabelo e das políticas espaciais (Kilomba, 2019). A conexão entre esses dois modos de pensar a realidade incide sobre a aparição do corpo da mulher negra nos espaços de trabalho.

As políticas de cabelo são aquelas que fazem com que alguns componentes dos fenótipos do corpo negro se tornem símbolos de alguns mitos em torno do ser negro. A ironia em pintar o cabelo expressa, no nosso entendimento, a dimensão da artificialidade da racialização das práticas no trabalho.

A raça é inventada, pode ser questionada e utilizada como forma de problematizar as políticas espaciais, que, de acordo com Kilomba (2019), se expressam quando há um estranhamento de corpos negros em determinados espaços — no nosso caso, a escola —, expressando uma incompatibilidade entre ser negra e ser professora competente, “categorias contraditórias que se excluem mutuamente” (Kilomba, 2019, p. 112).

Tornar-se uma professora loira: tentativa de embranquecimento como forma de buscar um pertencimento e reconhecimento no espaço de trabalho? Ironia como uma estratégia de resistência à violência da racialização na constituição do gênero profissional?

E continuamos o diálogo.

Sósia: “como fazer se essa situação acontecer enquanto eu estiver te substituindo?”.

...eu parei de atender o aluno por conta dessa intercorrência, na realidade, a mãe que o perturbava a ponto de ele ser agressivo, então não adiantava eu fazer alguma coisa, pedi pra que eu não acompanhasse mais, e a secretária de educação mandou uma professora bem branca, bem alemoa, até brinquei com ela (risos).

Sósia: “como o silêncio ajuda a enfrentar o racismo no seu trabalho docente?”.

A reação foi ficar parada observando porque ela estava relatando o fato de talvez o aluno ter me agredido porque ele gostava da professora linda e loira de matemática. Ela deu a entender

que o problema acontecia com o aluno pelo fato de eu ser negra. O pessoal falou: entra na justiça, mas eu não quis levar a frente, acho que é um desgaste desnecessário.

Sósia: “e como eu devo agir na escola sabendo que isso (racismo) pode acontecer?”.

Eu sempre chego normal, a gente fica assim, pensativa digerindo, né, a situação, mas assim, pra mim sempre é um dia normal. Eu não precisei ter contato com a mãe de novo, pra mim foi indiferente.

Sósia: “o que é chegar normal? Como ficar indiferente?”.

É fazer o que sempre faço: Entrar em sala de aula, o horário é uma hora, ficar ao lado aluno, acompanhar, ajudá-lo nas atividades e seguir, geralmente (é) três aula com o aluno né, antes do recreio e depois do recreio, por dia, eu atendo duas turmas geralmente, no dia que tem PL que quebra um pouquinho, mas geralmente são duas turmas por dia que eu atendo, eu entro em duas turmas.

Sósia: “o que devo fazer no dia do PL?”.

Nesse dia eu adapto as atividades que preciso, pesquiso uma atividade diferenciada né pros alunos, aí imprimo as atividades e preparo essas atividades, ou também né naquele dia que a gente não quer fazer nada, a gente fica batendo um papo com os amigos (risos), mas sabendo que depois junta serviço, tem dia que a gente merece.

Sósia: “o que devo falar nesse papo te substituindo?”.

Eu converso tantas coisas, mas depende da amiga que estiver do lado, a gente conversa sobre compras, às vezes no PL chega alguém pra vender alguma coisa, né, a gente vai ver.

Sósia: “o que é interessante comprar?”.

Pesquisa na shoppee, compraria atividade, a gente compra atividade. A gente fica: ah, você comprou essa? Vamo comprar essa? Às vezes é caro, muito caro, e às vezes é até barata, vinte, trinta reais, mas a gente somos três professoras de educação especial... ah vamos comprar nós três? Aí divide pra comprar mais, esse é o nível de compras, de consumo (risos).

Sósia: “tem algo além das compras que eu preciso saber?”.

Tomar uma Coca-Cola, adoro tomar uma Coca-Cola (risos). Geralmente no recreio eu vou pra padaria, porque eu não tomo café na escola, prefiro na padaria porque é mais calmo.

Sósia: “mais calmo?”.

Na sala dos professores é muita reclamação, todo mundo junto, então eu prefiro me manter longe, aí chamo uma amiga e falo: vamo pra padaria?

Sósia: “como convido os colegas pra ir?”.

Chega na sala dos professores e fala: vamo pra padaria?! Tô indo. Aí quem quiser vai, o pessoal já sabe que eu vou pra padaria, então nem chamo. Eu já falo: Óh, to indo hem! Aí o povo vai atrás.

Sósia: “muita gente te acompanha?”.

São duas ou três que vão dependendo, se tiver um povo reclamando muito na sala, vai todo mundo.

Sósia: “então eu preciso fugir da reclamação?”.

Eu não gosto de ouvir reclamação não, uma coisa é a pessoa estar com dificuldade e aí tá desabafando, mas reclamação de prefeito, reclamação de escola, de aluno, falar de aluno, pra mim não dá.

Sósia: “sempre vou acompanhado para a padaria?”.

Tem dia que eu vou sozinha, quando o povo diz que tá sem dinheiro, vou sozinha, não tem problema, fico lá, converso com o pessoal da padaria, eu não gosto de ficar no meio da reclamação não.

Sósia: “o que preciso mostrar que me incomoda?”.

Não alimentar a reclamação. Senão a gente se consome muito, suga muito a gente, geralmente quem reclama é o que não faz nada, fica só balangando beijo pelos corredores, aí eu prefiro tá longe.

Sósia: “como a ida para a padaria me ajudaria sendo você?”.

Te ajuda no fato de sair do ambiente tóxico e tá ali separadinho, você não escuta.

Sósia: “não posso escutar?”.

Se eu ouvir, eu vou emitir uma opinião, eu não consigo ficar com a boca fechada, as vezes eu prefiro não ouvir e não saber pra eu não tomar as dores do colega, mas já passei muito pela situação de tomar as dores e quando o diretor chega o colega “disdiz” o que falou, eu tô há dez anos na escola e conheço o modus operandi de todo mundo. Por esses anos, vamos botar

depois da pandemia, eu disse pra mim: vou frear um pouco de tomar as dores dos outros e vou sobrevivendo no ambiente escolar, porque é mais forte que eu, se a pessoa me pedir pra dar uma força eu dou.

Sósia: “dar uma força como?”.

Eu não consigo ficar calada diante das situações, eu tenho que esboçar uma opinião, mesmo que seja pro vento, faz parte.

Sósia: “me fala mais dessa força?”.

Eu também procuro sempre tá muito alegre, muito feliz, sempre falo com os colegas: poxa a gente passa tanto tempo no local de trabalho e se a gente ficar tirando tempo só pra reclamar...então assim, vamos animar, vamos pensar em outra coisa. Eu sempre procuro unir o grupo, eu gosto dessa coisa da coletividade, de estar junto com gente, eu gosto.

Sósia: “unir? Como você faz?”.

Eu chamo pra almoçar num lugar diferente, a gente vai e se junta, uma vez no mês vai todo mundo, aqui no shopping, vamo almoçar, vamo tomar um café, depois do serviço, eu sempre tento manter esse momento.

Sósia: “eu devo fazer isso pra quê?”.

Porque, às vezes, na rotina do trabalho a gente acaba que não conhece a pessoa, né, aí no momento de descontração a gente vê que a pessoa não é só aquilo, de trabalho e de não ter tempo de conversar.

Sósia: “dentro da escola você não faz coisas nesse sentido?”.

Antes eu fazia, mas foi até proibido, sempre que tinha aniversário de alguém eu organizava a festa na hora do recreio, vinte minutos de festa, aí esse ano proibiram.

Sósia: “e como foi isso?”.

Ah, eu vejo que a alegria incomoda, a animação e alegria incomoda e um grupo muito unido também, só que tem gente que não percebe essas coisas, eu consigo perceber esses artifícios que usam para separar o grupo.

Sósia: “e como faço nesse momento?”.

Você tem que avisar o colega pra ele ficar esperto naquilo que eles (gestão) fazem, eles tão fazendo isso pra isso, a gente fica se policiando.

Sósia: “me policio como?”.

Só convivendo com o povo, até na forma que a diretora age, a forma que o pedagogo age, a gente já sabe. Então eu procuro chegar no horário, não falto, não falo palavrão.

Sósia: “me indica fazer isso também?”.

Olha, tudo que eu faço, eu faço assim, como se fosse uma adoração. Eu sou cristã, então a forma de eu trabalhar, é uma forma de adoração, a gente tem várias formas de adoração e o trabalho é uma delas.

Sósia: “trabalho é uma forma de adoração? Como assim?”.

Sempre procure fazer da melhor maneira possível, tente levar com seriedade. Eu até saio como chata e como Caxias, mas é porque eu quero fazer o melhor mesmo, os pais elogiam né.

Sósia: “isso vai me ajudar a ser seu sósia?”.

Até vai, mas eu não faço por um reconhecimento, não é uma preocupação ter esse reconhecimento, algumas reclamações ajudam a melhorar, mas não faço buscando isso, pra ser o melhor acho que é isso, você fazer pra Deus.

Sósia: “o que está incluso nesse fazer pra Deus?”.

Se policiar pra não fazer o pior, mesmo cansado, tente fazer o seu melhor, estou cansada, mas o problema é meu, não é do outro, eu to aqui pra trabalhar, fazer o que tem que ser feito e da melhor forma, e tento não misturar o pessoal com o profissional.

Sósia: “como assim?”.

Ah, quando algum colega comenta sobre seu trabalho ou quando eu comento do trabalho de alguém, dou um toque né, tem gente que não separa, você dá uma sugestão e a pessoa já leva pro pessoal e você já não serve mais, não é mais amiga, eu já consigo separar as coisas assim, se tem relevância o comentário do colega. É mais ou menos assim.

No que tange aos processos de produção de sentidos a partir do trabalho, Clot (2010) nos informa de que “fazer um bom trabalho” atua como uma maneira de potencialização do poder de agir das trabalhadoras. De modo coletivo, as reverberações da atividade por meio das

estilizações e na consequente transformação do gênero profissional fazem parte da composição desse fazer e desses sentidos das expressões do viver por meio do trabalho.

Aqui, ficamos um pouco mais com a fala da professora quando associa o bom trabalho ao fato de ser cristã. A análise dos processos de trabalho a partir de uma perspectiva racializada nos leva a estar atentos às articulações entre cristianismo, os processos de escravidão, racialização e criação da condição de negro e negra no Brasil.

De acordo com Casimiro (2009), a institucionalização do pensamento pedagógico se deu a partir de diretrizes relacionadas à religião e do modo como esta se associou à escravidão. Muitos aspectos das pedagogias que auxiliam nos modos de instituir práticas educacionais são atravessadas por lógicas associadas ao pensamento cristão, e ele esteve presente durante o período da escravidão “como parte mais importante da sociedade colonial, obrigando, punindo, doutrinando e educando, estiveram, sempre, agentes da religião católica permeavam todas as camadas sociais e infiltravam-se na vida material e espiritual do povo” (Casimiro, 2009, p.86).

Desse modo, compreende-se que os pensamentos pedagógicos que deram base para a constituição do campo educacional brasileiro estiveram conectados às lógicas partidárias da igreja católica. Entre esses pensamentos, estavam inclusos modos diferenciados de ensino e aprendizagem de acordo com as populações. No que tangia aos povos negros, indígenas e mestiços, a educação se voltava para os aspectos de catecismo, vida cristã e preparação de um corpo para a servidão, visto que as tarefas servis não poderiam ter a sua execução realizada por brancos (Casimiro, 2009). De que maneira o “ser professora” tem como plano constituinte o cristianismo? Como o racismo se vale, na constituição do gênero trabalhadora docente, de pedagogias de ordem cristã?

Professora 2: ser mulher negra com tatuagens

Por ser mais viável naquele momento, marcamos, com essa participante, um momento na Universidade.

A professora instrutora começa falando como se deu sua entrada no espaço de trabalho sendo uma mulher negra, com algumas tatuagens no corpo e tendo que lidar com a imposição de um imaginário sobre trabalho de professora com as séries iniciais.

Então, inicio a conversa com a provocação: “Se eu fosse te substituir amanhã na escola, como agir para que ninguém perceba que eu não sou você? Como agir como seu sócia na escola?”

E ela começa falando:

Eu trabalho com muitas turmas, né, e trabalho com turmas diferentes, turmas de primeiro ao quinto e alguns projetos, que atendo alunos do sexto ao nono também.

Sósia: “como eu chego na escola? A pé, de carro, de ônibus?”.

Eu vou pra escola de ônibus, de carro, e a escola é num bairro não muito tranquilo, é preciso observar o movimento das ruas, perto da escola tem muitos becos né, você encontra situações não esperadas, é importante você observar.

Sósia: “como realizo essa observação?”.

Olhe o comércio em volta, verificar se está fechado, se você for pela manhã e a padaria não estiver aberta é porque o bairro não está tranquilo, se tiver aberta e tiver muita gente próxima, ok, senão aí observar mesmo, o em torno da escola é marcado pela violência, então é importante ter essa observação.”

Sósia: “chegando na escola, o que faço?”.

Na escola, a primeira coisa que você faz é a identificação, eu querendo ou não sou uma professora que tem uma marca, né, acho que a forma com que eu me porto, eu sou uma professora do ensino de séries iniciais, basicamente, a única professora que tem tatuagem, então quando entrei na escola, teve essa relação com o estereótipo, né, da professora que trabalhava com o primeiro ano.

Sósia: “que sinais indicam essa forma de estereótipo esperado?”.

Aparece muito marcado no olhar dos pais essa questão do ser professora das séries iniciais.

Sósia: “o que faço diante desse olhar?”.

No primeiro momento bate uma insegurança assim, porque você tá num lugar diferente, do qual você precisa chegar com atenção, então você já chega no ambiente tenso, quando eu te falo que você precisa chegar na escola observando o seu entorno, essa fala quando eu ouvi, fui pra escola com uma certa preocupação, então eu tinha essa preocupação, mas essa preocupação, ela vai ampliando quando eu chego.

Sósia: “ampliando de que modo?”.

Porque eu chego num espaço com um corpo diferente daquele da ideia que se tem de ser professor, né então, quando você cria a ideia de uma professora alfabetizadora, você idealiza aquela que tá na televisão, a professora Helena.

Sósia: “como é ser a professora Helena? O que tenho que fazer?”.

Branca, cabelo liso, roupa que são ditas como arrumadas, bem-vista pela sociedade.

De algum modo, o racismo força a pessoa negra a seguir uma determinada forma de existência. Forma essa que, segundo Kilomba (2019), impõe que sejam o que não são. O ser negro aparece como uma identidade inventada que acontece na relação com as pessoas brancas (Kilomba, 2019).

Existe um processo de outridade da pessoa negra onde ela aparece como alguém aquém das possibilidades de uma pessoa branca. Nesse caso, o “ser professora” está constituído por imagens que remetem à branquitude.

E a instrutora continua...

Por mais que você esteja lidando com muitos pais tatuados e mães, pessoas negras, pardas, né, cabelos crespos, mas quando você olha pro professor do seu filho que tem a sua mesma característica, isso causa um impacto. Há talvez, naquele primeiro contato, um descrédito com a minha capacidade e com a minha formação.

Sósia: “como devo enfrentar isso? Como agir no trabalho diante desse tipo de prática?”.

... têm vários momentos. Há o momento de enfrentamento, de determinados aspectos, quando há comentários sobre o cabelo, já me perguntaram por que eu não aliso o cabelo, às vezes falam: cabelo liso não é mais fácil pra cuidar, pra prender né?! Não precisa lavar todo dia. Há um comentário meio que dica, sabe?

Sósia: “como faço pra lidar com isso? Que ações tenho que fazer?”.

Não é fácil, às vezes alguém comenta: hoje você tá diferente! Essa palavra diferente é engraçada, porque quando alguém olha pra você e não te elogia mas diz que você tá diferente é porque não tá bonito na visão delas, quando você chegar na escola, é importante você observar isso também, às vezes você pode responder, ou, como na maior parte das vezes a gente passa por cima, porque não quer desgaste, não quer gerar um desconforto, não quer ser taxada como a professora militante, chata, né. Porque quando a gente questiona essas coisas, é vista como a “mimimi”, politicamente correta, que não pode brincar.

Ao afirmar que o racismo pode, sim, estar presente nos discursos das colegas de trabalho quando realizam comentários sobre o seu cabelo e sua aparência, a trabalhadora indica sua posição no modo como o trabalho se faz na escola. No entanto, ela afirma que esse conhecimento produzido

é um modo de enfrentamento e criação que, por vezes, não é validado no trabalho. Em muitas situações, dizem: “ela está vendo coisa onde não tem”. A docente entende que, de algum modo, transgredir a ordem estabelecida para o gênero trabalhadora docente de séries iniciais.

E segue:

Olha, depende muito de como eu to naquele momento, normalmente eu falo não, gosto do meu cabelo... e se você não tiver muito bem, fragilizado por alguma coisa, normalmente escuta e sai de perto. Porque às vezes você escuta e nem tá esperando aquele comentário, e aí a gente só vai processar o comentário depois.

A construção de uma possibilidade de invenção dos modos de relação com o espaço de trabalho se dá como um processo constante de análise e de intervenção no trabalho por meio de suas ações.

Após trazer esses comentários, a trabalhadora coloca algumas questões que apontam o delineamento de modos outros de habitar e agir no espaço de trabalho:

Como que é isso, né? Por que eu preciso ter o cabelo liso? Por que eu tenho que estar com o cabelo preso? Como que é essa relação né? E o cabelo é uma coisa que mexe muito comigo.

No que tange aos modos de enfrentamento do racismo, que dá sinais nem sempre reconhecidos como tal, a professora traz a expressão do corpo como um modo de transgressão a algumas imposições.

Sósia: “como faço para enfrentar essas falas racistas?”.

É engraçado porque são comentários que vem de pessoas brancas, de pessoas negras com cabelo alisado, é um comentário de uma ideia de naturalização do que é bonito e aceitável no espaço da escola.

O racismo institucional que se presentifica no cotidiano da escola é uma realidade que encontra meios de expressão nas práticas estabelecidas no concreto das experiências educacionais: “a negritude não significa somente inferioridade”, mas, também, “estar fora do lugar”; enquanto a branquitude significa “estar no lugar”. (Kilomba, 2019, p.56).

Sósia: “me fala mais como lidar com isso?”.

Em alguns momentos, eu ia de blusa de frio pra escola pra poder esconder minhas tatuagens, e com o tempo fui ficando mais segura com o meu cabelo e minhas tatuagens, afirmando quem sou.

Sósia: “afirmar?”.

Isso, quando a gente tá num ambiente diferente, a gente se coloca dessa forma, meio que um pouco sem... não vou falar sem forças pra falar mas talvez... um pouco sem, é um espaço tão (suspira), tão marcado por essas coisas, tá na nossa história brasileira, a gente vê isso nos alunos, você vai lidar com os alunos assim.

No trecho, a trabalhadora aponta para a dimensão do gênero profissional e sua articulação com a produção de uma organização do trabalho, que também é histórica e política. O corpo negro e o modo como a racialização constrói um lugar de fala para esses corpos remetem às memórias da plantação, atuam como uma forma de atemporalidade do racismo cotidiano. O aparecimento dessas práticas racistas são um modo de fazer com que as cenas de um passado colonial se atualizem (Kilomba, 2019).

Sósia: “lidar com alunos assim, como?”.

Eles também tentam se encaixar. Eu tenho uma aluna do primeiro ano, e isso me marca muito, que toda vez ela chegava com o cabelo molhadinho e quando chegava a hora do intervalo ela molhava o cabelo.

Sósia: “como eu lidaria com esse incômodo com ela?”.

Eu converso muito com ela, primeiro enaltecendo a beleza que ela tem, as características dela assim, como as minhas, me coloco como exemplo. Tentando mostrar essa relação, que esse é o nosso cabelo, que essas são as nossas características, da cor da pele, do formato do nariz, da boca.

Sósia: “e como isso me ajuda a te substituir no trabalho?”.

Talvez a minha presença para as alunas seja algo como se ver, se ver em como ocupar aquele espaço ali que às vezes a gente imagina que não pode ser nosso, então soltar o cabelo, usar os cachos com frizz ou não, também é uma forma de resistência e de construir esse elo com os alunos e as alunas sobretudo.

Sósia: “me fala mais um pouco dos gestos e ações que preciso fazer como vc no que diz respeito a essas práticas racistas?”.

Eu não sei se teria uma fórmula pra dizer: olha é assim que a gente vai tirar essas marcas, mas eu acho que algumas ações orgânicas ali no dia a dia, talvez, possam fazer com que as pessoas possam refletir sobre alguns comentários, comentários que são, que não contribuem pra aquelas crianças que já são marcadas por tantas outras coisas. São atravessadas por tanta violência e aí ela tá num espaço escolar, um espaço pra aprender, pra se desenvolver, pra compreender outros aspectos sociais e a gente tá reproduzindo aquilo que também exclui, que marca cada vez mais, então quando a gente traz isso com uma certa leveza também pro espaço né, acho que fica mais fácil da gente observar.

E acrescenta:

Quando uma professora fala que o cabelo tem várias formas, que ele pode estar de várias formas, não existe um único cabelo bonito, mostra que aquelas alunas podem ter os seus próprios cabelos, e obviamente, isso pode surtir algum efeito na vida delas.

Sósia: “quais efeitos?”.

Eu não sei te dizer quais efeitos isso surtiria. No caso da minha aluna do primeiro, conversar com ela, mostrar meu cabelo parecido com o dela, sem dizer pra ela que era errado — porque ela poderia fazer essa escolha, mas hoje eu vejo que ela molha menos o cabelo, e usa o cabelo sem prender, está sempre solto.

Sósia: “o que você me indicaria fazer?”.

Você pode presentear-la, dar tiaras para ela, ela gosta muito de laço.

Sósia: “então eu poderia criar laço?”.

Parando pra pensar sobre outro sentido de laço, acho que sim (risos). Ensinar também envolve afeto e acho que é isso, a principal forma de lidar com os meus alunos, é o afeto, eu sou a professora do afeto. Às vezes você está chateado, às vezes tem coisa que é difícil segurar, e eles percebem, sempre esteja brincando, sempre sorrindo, sempre conte piadas, fale ditos populares, e aí elas vão sorrir, você vai ter essa interação, o contato, o afeto, o abraço, quando você tem o envolvimento afetivo ali também, carinho, respeito, olho pro meus alunos e me vejo também.

Sósia: “como se vê?”.

Você como um professor que não é aquele que aparece na Chiquititas ou nas novelas, você rompe com esse estereótipo, e a gente ocupa esse espaço rompendo esse estereótipo, que é

difícil, que é doloroso, tem dias que você não vai querer romper não, tem dias que você quer só estar ali, sem falar nada.

E acrescenta:

Não existe um ideal, por mais que a nossa sociedade crie né, um ideal de homem, um ideal de mulher, aí tá muito ligado ao estereótipo externo, né, aí o professor tá nesse mesmo perfil, que não tá nas novelas.

Sósia: “como posso romper?”.

Existem ações no cotidiano que não precisam das palavras. Eu acho que o corpo fala, o nosso comportamento e a nossa relação com os alunos. A primeira coisa que você faz ao chegar na escola, é o abraço, acho que é isso, seja afeto, porque quando eu era criança, o que mudou na educação pra mim foi o afeto.

Nesse momento, se colocam traços de um processo de estilização diaspórica, no sentido de fazer com que os modos hegemônicos de produção da realidade do trabalho sejam questionados.

O gênero pode se movimentar. Um processo de questionamento da violência imposta pelas memórias da plantação e a invenção de outros modos de colocação do problema, indica que sua atuação como professora negra porta essa força dos movimentos de resistência negra.

A atuação como professora negra tem a possibilidade de afirmar uma posição política que pode romper com o estereótipo; ela, de algum modo, coloca uma transgressão ao modelo de construção do gênero profissional trabalhadora docente.

Sósia: “como expresso esse afeto na minha ação como professor?”.

O afeto está no bom dia, numa boa recepção, se você comeu ou não comeu, se teve fruta no lanche da escola, se gosta de uma fruta ou se não gosta de outra, sei lá, validar aquilo que eles não gostam ou o que eles gostam, perguntar como foi o final de semana. Acho que esse afeto vai da relação, do convívio.

E continua:

Eu olho pros meus alunos e me vejo muito, eu vim de escola pública, passei por várias questões, vejo muito isso nos meus alunos. Algumas coisas que passei na escola seriam diferentes se tivessem tido cuidado pela minha existência, as coisas pra eles podem ser mais fáceis. Tento relacionar isso com a aula também.

No processo dinâmico entre o gênero profissional e a sua estilização, aquilo que faz a estruturação dos lugares de fala e as estratégias de produção de modelo nos embates abre a possibilidade de recriar modos de agir. Trazer e problematizar determinados marcadores históricos de constituição dos processos de trabalho, criando brechas para inventar através das estilizações diaspóricas, expressa modos diaspóricos de estilização. Tais modos põem em xeque a racionalidade eurocêntrica que, histórica e metodologicamente, determinaram e determinam muito do pensar e fazer no cotidiano escolar. A professora atualiza um modo docente que questiona e desestrutura a branquitude como porta-saber.

Fica, ali, indicada a necessidade de construir e revelar outras racionalidades para as práticas nas escolas. E, novamente, a instrutora traz um estilo próprio de trabalhar, ampliando os sentidos do trabalho docente.

Sósia: “como posso relacionar essa temática do racismo na aula, como você está dizendo?”.

Pode ser falando um pouquinho do nosso cotidiano, do nosso componente curricular de História. A gente fala sobre sociedade, cidadania, aí, eu vou trazendo um pouco da realidade deles, dialogando com outras experiências. Estar ali e mostrar pra eles que eles também produzem conhecimento e relacionar esses conhecimentos para que seja uma relação de troca. Isso faz com que minhas aulas sejam menos mecânicas.

Sósia: “de que forma eles produzem?”.

Às vezes, eles conversam muito. Às vezes você chega na sala e eles estão falando, tão contando mil e um casos, às vezes eu me perco sabe, vou deixando eles falarem porque é o momento deles, foco um pouquinho naquilo que eles querem expressar, a aula é caótica e ao mesmo tempo é movimento. Quando estamos estudando verbo, tento mostrar pra eles que verbo da ideia de algo que está em movimento, o sujeito está em movimento, falei pra eles que a escola é isso: estamos sempre em movimento. A escola é isso pra mim, ser professor é estar em movimento.

Sósia: “como assim, agir no movimento?”.

o nosso movimento dentro daquele espaço pode trazer outros movimentos, você vai lidar com coisas que talvez não tenha respostas, coisas que você vai querer criar uma resposta pronta e talvez não vai dar tão certo, indagações que a gente nem quer ouvir dos nossos pares, né, acho que é isso, eu consigo lidar bem nesse espaço por conta do afeto, se eu pensasse friamente, não sei se eu estaria nesse espaço.

Assim, entendemos que a potência inerente à estilização da docente negra está, justamente, na sua possibilidade de trazer à baila resistências e modos de gerir o trabalho produzindo outras realidades. Abertura essa que só é possível pela encarnação da raça em suas práticas. Uma verdade negra que só aparece como pessoa negra, porque na linha de estruturação hegemônica não há potência possível para tal empreendimento.

A problematização dos aspectos prescritivos constituídos à base de violências de ordem racial esbarra com o momento de pequenos resgates de regimes de produção de realidade brasileira realizados pela atividade de mulheres negras, dando condições de encarar, problematizar e reinventar o acúmulo racista por meio dos processos de trabalho.

Ao serem colocados em análise tais processos, torna-se necessário e imprescindível levar em consideração as práticas sociais vigentes e o modo como elas interferem nesse campo. Os processos de trabalho não estão apartados da dimensão ideológica-política, que, de acordo com as práticas estabelecidas pelos sujeitos em situação de trabalho no Brasil, ainda são regidas por aspectos pré-capitalistas — arcaísmos de ordem escravocrata e sexista.

Como planejado no desenho da metodologia, saí da posição de sósia no final da conversa e perguntei para as professoras: como foi essa experiência?

Falam as professoras:

Professora 1:

A experiência foi assim, foi até interessante porque é tão difícil a gente ter esse olhar pra nós mesmos né, a gente sempre vê o outro né, nunca se enxerga, né, e quando você questionou como eu sou, o que eu faço, aí depois né que nós terminamos a experiência, em casa mesmo, eu fiquei pensando assim: gente, eu faço tanta coisa (risos), mas ainda acho que poderia fazer mais, né? É como se fosse uma autoavaliação, né, que a gente na correria do dia a dia, a gente acaba não fazendo, por mais que a gente, é, tente exercitar essa coisa da autoavaliação, mas a gente não faz na realidade, e é interessante, e vou te falar uma coisa, eu gostei do que eu relatei, gostei da pessoa que eu sou (no trabalho). Porque a gente escuta muito as pessoas falarem da gente, né, e aí, é, quando, quando eu fui, né falar, o que eu faço e o que deixo de fazer, como eu ajo, e aí foi me passando na cabeça, as pessoas falando: não, você faz assim, você faz assado, e coisas que eu faço e às vezes não percebo, né, que tá ali né, enraizado na gente, vai fazendo até às vezes no automático, mas foi legal, mas, lógico, há sempre o que melhorar, né? Eu ainda

acredito que eu posso melhorar mais ainda minha atuação. Foi muito legal, uma experiência muito legal.

Professora 2:

Bom, num primeiro momento o convite foi inesperado, né, pra falar sobre a minha prática, falar um pouco sobre o ambiente escolar, mas, imaginar uma pessoa ocupando ou estando no meu espaço é tão estranho né, porque às vezes a gente não consegue dizer, a gente não para pra pensar, como que é o nosso dia a dia, quais são as dificuldades que às vezes a gente encontra, os problemas, né. Então falar sobre isso, né, gerou pra mim, um olhar sobre até o meu dia a dia, né, como eu lido com a educação, com o espaço escolar, com os alunos, né, com a comunidade escolar de um modo geral, com o bairro e como que isso também vai impactar nas minhas outras relações, com a minha filha, com a minha família, como isso também me gera encontros com outras Andressas, como eu falei com você, muitos momentos, muitos espaços da escola, eu vejo muito da Andressa aluna, enquanto criança, e às vezes isso mexe um pouco com meu psicológico, então falar pra você foi bem interessante porque me fez parar pra pensar um pouquinho sobre a minha prática, e como que, isso de uma certa forma, sem querer, afeta a minha vida, a vida dos meus alunos, a minha prática educacional, a minha relação com a educação, a minha relação com os meus alunos, a minha relação com o ambiente escolar e a minha relação nesse ser professora, né! Então foi muito interessante.

Eu acho que foi isso, acho que a minha maior, o meu maior impacto mesmo foi me ver, porque quando eu falava pra você como seria estar no lugar da Andressa, como eu agia em determinadas ações, eu revisitava essas ações, eu revisitava esses espaços, eu revisitava essas práticas e aí me coloca em questionamento, né, como isso tem impactado a minha vida e dos meus alunos, então foi uma experiência muito interessante e difícil, porque eu acho que falar sobre as nossas práticas no ambiente escolar, é muito complexo né, porque a gente tá tão acostumada a tá muito no mecânico e falar sobre as práticas nem sempre é algo que tá no nosso cotidiano, então acredito que isso tenha mexido um pouco comigo, porque depois que eu conversei com você, eu fui embora pensando em algumas coisas que eu falei sobre afeto, aí é interessante como falar sobre isso me afetou, como isso me movimentou, me trouxe pra outros, me colocou numa outra posição sobre as minhas relações no ambiente escolar, e isso é bom, porque chacoalha a gente, né, nos coloca... nos convida a pensar, nos convida de repente a criar outras estratégias ou continuar as que a gente já vem praticando, sabe?! Então foi uma experiência diferente, mas confesso que foi boa, porque ela realmente me movimentou e eu fiquei dias pensando sobre isso, como agir sobre umas coisas, então, obrigado pelo convite,

obrigado por ter me possibilitado a me movimentar com esse olhar diferente ou esse olhar mais afetuoso sobre a minha prática e a minha existência vamos dizer assim, na escola, na sala e na vida dos meus alunos e como isso também é importante pra mim, porque fala muito sobre mim também, porque eu vejo que algumas alunas hoje às vezes vivenciam , sobretudo sobre o cabelo, foi algo que, foi mais dolorido, foi muito dolorido pra mim, então talvez hoje eu queira mostrar pra elas que é possível passar por esse processo de forma mais leve, talvez de uma forma menos dolorosa. Então é isso, espero que eu tenha te ajudado aí, falando como foi essa experiência, tá bom?!

A instrução ao sósia viabilizou, mesmo que de forma ínfima, a produção de uma cartografia da dimensão criadora do trabalho, estilização do gênero, do movimento de criação. Tal cartografia se efetivou como um processo que ilumina aquilo que marca o trabalho e convoca ao dialogismo e sua motricidade: fluxos de diálogos internos e externos com a atividade (Souto et al, 2015). Esse movimento pode gerar possibilidades outras de relações entre as trabalhadoras, produzir outros-novos sentidos para o trabalho a partir da perspectiva de raça e gênero, que estava totalmente elidido no processo de trabalho atualizado naquela escola.

Clot (2010, 2015, 2016) nos adverte que a motricidade dialógica é uma das condições de produção do novo, uma vez que os dispositivos criados buscam movimentar certo estado de coisas, tornando possível um desenvolvimento discursivo a partir do qual é viável retrabalhar a atividade e criar novos sentidos para ela.

Ao ser revisitada por meio de falas e tensionamentos, uma outra configuração da atividade vai se insinuando. Os conflitos foram tendo canal de expressão a partir dos dispositivos de intervenção que utilizamos, o que pode expor marcas de um trabalho pautado em práticas racistas não visibilizadas. Operação de descentramento, um vórtice. Conflito é matéria básica, ganha lugar de privilégio. O que importa é o que afirmamos por meio do conflito, e não exatamente o que negamos; é criar outra condição para que o que está estabelecido seja fissurado. Fazer vacilarem as estruturas racistas, colocá-las de forma instável e construir modos mais propositivos de ação no trabalho.

O racismo começa a ter língua.

Foi assim que, como clínico do trabalho, busquei provocar nas professoras a análise da ação sobre si mesmas e sobre o modo como o trabalho se atualiza na escola. Ao convocar o diálogo

e confrontar as regras do ofício diante do material produzido com as trabalhadoras, as estimulamos, enquanto protagonistas do processo, a gerarem novas articulações nas maneiras de fazer educação que reverberam nesse gênero profissional. Estilização diaspórica.

O conceito de diáspora que dá nascimento à ideia de estilização diaspórica aqui nesta dissertação vem dos antigos termos gregos *dia* (através, por meio de) e *speirō* (dispersão, disseminar ou dispersar). Daí, no sentido clássico, a noção de diáspora corresponde a exílio forçado, dor e sofrimento. Essa característica da diáspora resultou no primeiro entendimento sobre a mesma como uma experiência não voluntária, portanto traumática, ou seja, como um processo que constituiria um sentimento de perda, consequência da impossibilidade de retorno à terra de origem. Na Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana (Lopes, 2004, p. 236), encontramos, ainda, a conceituação da diáspora como um termo que pode designar a existência de um eixo central que articula a luta contra o racismo com outras dimensões, como as de gênero, incluindo fatores culturais, étnicos, educacionais, socioeconômicos e ocupacionais em suas reivindicações políticas, respaldando-se por um discurso político que recusa doutrinas que proclamem a superioridade racial ou busquem determinar a existência de raças distintas.

Aqui, tomamos diáspora como movimento social que permite um deslocamento feito no “mesmo lugar” (Walter, 1997). Movimentos diaspóricos como distintas posições discursivas. O termo também é concebido como uma forma de conscientização; a diáspora passa a significar simultaneidade de consciência de pátrias e culturas (Gilroy, 2001), de onde resulta o sujeito diaspórico, o sujeito híbrido, num processo de tradução cultural que nunca se completa uma vez que está em constante negociação e sua experiência perturba modelos fixos de identidade cultural (Hall, 2000, 2003).

Portanto, tomamos a diáspora como um espaço de tensão. Foi dessa forma que nos apropriamos do termo para falar de uma estilização diaspórica, como uma metáfora de deslocamentos, de desterritorializações, na medida em que pode manifestar não apenas um deslocamento corpóreo, mas, também, subjetivo. Assim, concebemos a diáspora para além da sua concepção como formação social (migração voluntária ou forçada), mas, também, como um tipo de reposicionamento existencial. Afinal, pretendemos, forjando esse conceito, provocar certo deslocamento em certa discursividade que procura uma estrutura de identidade fechada, ou uma ancoragem definitiva em elementos estabelecidos na vida social. Reforçamos uma perspectiva que afirma os mundos do trabalho como estes têm se desenrolado: híbridos, feitos por muitos fios ideológicos-políticos-éticos-estéticos...

Uma estética diaspórica se apropria criticamente de elementos dos códigos das culturas dominantes e os “criouliza”, desarticulando certos signos e rearticulando, de outra forma, seu significado simbólico (Mercer in Hall, 2003, p. 33). A complexidade de tal termo e fenômeno, assim como as suas diversas possibilidades de uso teórico-metodológico e interpretação, é o que nos interessa aqui.

Apostamos num trabalho que se aquilomba. Aquilombar está associado à criação de espaços coletivos de pertencimento, afetividade, acolhimento, sociabilidade, fortalecimento de laços, de memórias e de identidade cultural para a população negra. É uma tecnologia social de organização que nos permite questionar padrões vigentes, resgatar memórias silenciadas de nossos ancestrais, para a construção de novas bases sociais, que sejam mais justas e inclusivas. A ideia, aqui, é a de conceber a ação de aquilombamento associada à noção de diáspora aberta à produção da diferença criativa, naquele espaço imaginado denominado por Paul Gilroy (2001) como “Black Atlantic”.

Como ato de assumir uma posição contra-hegemônica a partir de um corpo político no trabalho, uma estilização diaspórica viabilizaria certa forma de aquilombamento. O coletivo é a palavra de ordem. Juntos para aquilombar. Um fazer coletivo e um coletivo de trabalho. Se no passado os quilombos eram locais de refúgio de africanos escravizados e afrodescendentes contra a opressão, fazemos mais uma deriva nesta dissertação: simboliza o protagonismo de nossas próprias vidas, a gestão autônoma do agir em trabalho. O que nos é muito caro.

Constituindo-se como território de disputas simbólicas, acreditamos que, no processo de trabalho nas escolas, as narrativas insurgentes das docentes podem apontar um novo caminho para a organização do trabalho na escola a partir da análise do racismo estrutural que vem sendo invisibilizado. Uma estilização diaspórica cria e deseja o novo no trabalho. Acreditamos que um movimento ainda bastante tímido começou a se delinear.

O diálogo realizado no âmbito do método escolhido acaba por instigar uma espécie de projeção de cada uma delas para além de si mesmas, em referência à história do gênero profissional docente de ensino fundamental, mas, também, para além dessa história, desenvolvendo-a coletivamente (Souto, et al 2015). As questões que dispararam o diálogo nas rodas de conversa e na instrução ao sócia acabam por demandar formas outras de pensar o ofício, forçando fronteiras do gênero, impulsionando à emergência de outras-novas ideias que fomentam o

desenvolvimento da atividade; conforme indicado nas formulações em clínica da Atividade: ampliação dos meios para a ação, criação de recursos para a ação.

Trouxemos as cenas que trouxemos buscando profanar a racionalidade instituída no trabalho docente. Racionalidade esta que se pauta no racismo estrutural brasileiro. Como o lugar de fala das docentes negras pode se fazer lugar de insurgência, introduzindo, na dinâmica do trabalho docente, outros movimentos de trabalho-vida e práticas perturbadoras de histórias há muito estabelecidas?

Bem como as fotos que saltam por uma ou outra página da dissertação, os fragmentos e cenas aqui compartilhados falam da “irreducibilidade à linguagem que libera e abre a imagem de suas chaves de reprodução e leitura convencionais” (Candido, 2023, pg 177). A ideia foi tirar das fotos qualquer suposta essencialidade ou mensagem prévia ou esperada e abri-las para outras montagens de relações a serem criadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São plurais os estudos de análise dos processos de trabalho no campo da Psicologia; em especial, da chamada Psicologia do Trabalho. As perspectivas de Clínicas do Trabalho, por exemplo, já nos indicam muitas direções e vieses através de suas formulações conceituais e metodológicas: clínica ampliada; psicossociologia clínica; psicodinâmica; ergonomia; psicologia institucional; clínica da atividade... (Silva; Zamboni; Barros, 2016; Bendassoli; Soboll, 2011). Buscando produzir novas inflexões no âmbito da nomeada Psicologia do Trabalho, nesta dissertação, desenvolvemos sobre a urgência de incluir questões do racismo estrutural brasileiro (Almeida, 2019) nos âmbitos dos processos de trabalho no Brasil.

Grada Kilomba (2019) nos diz que “escrever é ato de descolonização”, uma possibilidade de “inventar a nós mesmos de (modo) novo”, encarnando nas cenas, nas vozes e nas palavras “a realidade psicológica do racismo cotidiano”. A autora possibilita, com a perspectiva sobre cartografias do desejo de Guattari e Rolnik (1996), racializar o debate dos estudos em subjetividade. O desenvolvimento deste argumento se dá provocado pela premissa segundo a qual a atividade humana é devir, caminho de construção de outros mundos do trabalho a ser experimentado pelas pessoas.

A aposta metodológica foi, então, a de que “[...]os trabalhadores se percebam instituintes, dotados de poder de agir, normativos (ao invés de meramente normatizados/normalizados), atualizadores de reais virtualidades[...]”, ainda que diante de processos socioculturais tão desafiadores (Rodrigues, 2016, s/p).

Nesse prisma, pensamos a atividade humana a partir da concepção da normatividade vital, formulada por Georges Canguilhem, para nos ajudar a afirmar que, por meio do trabalho, os humanos se relacionam e produzem sentidos com, para e por meio da Atividade, o que implica considerar, com perspectiva de transformação, a ação e a intervenção na realidade. Sempre há, por parte de trabalhadores/as, potencial de criação e recriação, de construção de um meio de vida, indicando as possibilidades de invenção de modos de trabalhar (Clot, 2010; 2007). A determinação dos processos de trabalho compreende a atividade humana efetivada pelo indivíduo e o patrimônio escrito pela história de uma determinada categoria profissional.

O patrimônio da atividade, certa tradição, é uma herança, a partir da qual os/as trabalhadores/as realizam seu trabalho. É o que, com a Clínica da Atividade, nomeamos de gênero profissional (Clot, 2010; 2007), que se constrói a partir do acúmulo e processamento realizados pelos

sujeitos ao longo da história de determinada profissão. Sua composição é múltipla, bem como suas possibilidades de variação. Um operador importante para nossos objetivos de pesquisa foi de que um gênero profissional pode, também, atuar como um fator de problematização daquilo que serve de alimento à sua composição.

Assim, são as transformações realizadas pelos trabalhadores/as que constituem o gênero profissional. São os processos de estilização que dão vida ao gênero. Portanto, este é criado e envolvido em meio ao que está sempre em vias de destituir-se. Uma imensurável potência de transformação, convivendo com a estabilidade e a provisoriedade. Diríamos que, ao gênero profissional, o estilo é o que traz fôlego e provoca um movimento incessante de produção de novidades na atividade.

Esta dinâmica, que inclui a influência de uma memória prévia à ação, que mobiliza psicologicamente trabalhadores/as em situação laboral, e oferta a um ofício sua dimensão complexa de exercício dialógico e de encontro com as controvérsias da atividade, vem sendo amplamente debatida nas produções das Clínicas do Trabalho (Silva; Zamboni; Barros, 2016; Bendassoli; Soboll, 2011; Clot, 2010).

Nossa pesquisa partiu, assim, da aposta de que, em termos de disciplinas científicas e clínico-interventivas, estamos defasados em intensificar outras dimensões dos mundos e dos processos, a exemplo das marcas nos diferentes meios de trabalho quando transversalizados pelo escravismo em suas análises. Os processos de racialização da realidade brasileira (Almeida, 2019) são perspectivados como “obrigações compartilhadas” (Clot, 2010) no encontro de cada trabalhador/a com o processo de trabalho. Desse modo, em sua ação de trabalho, uma trabalhadora docente negra precisa encontrar modos não habituais de se afirmar frente às imposições que a antecipam e, assim, transfigurar os processos concretos de trabalho na educação, de onde parte para a sua entrada em um campo de sentidos marcado pela racialização.

Na pesquisa que resultou na presente dissertação, buscamos trazer à baila algumas franjas da dimensão histórica da formação social brasileira, com suas tangentes nos gêneros profissionais e na estilização, tendo um ofício do trabalho na educação como foco. Então, problematizamos de início: de que forma trabalhadores/as pretos/as estilizam os gêneros profissionais no qual atuam, vivem e se constituem? Como os trabalhadores/as inventam outros modos de trabalhar em defesa de uma vida digna? O que pode se mostrar disruptivo em relação à ordem racial estabelecida? Entendemos que estas e outras perguntas ampliam o diálogo no âmbito das Clínicas do Trabalho.

Como mote do imbróglio que envolve a constituição e perpetuação de uma cultura, uma história e de um plano de subjetivação, diante a tessitura gênero-estilo profissional na Educação, cabe incluir neste plano clínico-analítico a dimensão das lutas de (re)existência às opressões produzidas pela branquitude. A atenção que tivemos a tal dimensão nos possibilitou buscar caminhos metodológicos e analíticos para visibilizar uma história sobre as condições atuais dos mundos do trabalho e dos sujeitos que os experimentam. Por isso, expressamos o compromisso com a tarefa de interrogar a dinâmica da branquitude no contexto do trabalho em Educação, para pensar em como as marcas das colonialidades se atualizam e confrontam os gestos de trabalhadores/as.

No que tange à educação, torna-se mais desafiador investigar uma história construída substancialmente por mãos negras e femininas, se considerando trabalho educacional público — a Educação básica —, onde os impactos nos modos de vida individuais e coletivos passam pelas mãos do Estado. Dito de outro modo, está no horizonte de nossa pesquisa pensar o trabalho no laço social composto pelo plano das relações raciais¹⁰ e desenvolvido na história dos gêneros de trabalho com base nas profissões, considerando a estilização de uma atividade potencialmente industriosa (Schwartz, 2002) por ser portadora da inventividade dos trabalhadores (Clot, 2007). No nosso caso, especificamente os/as trabalhadores/as pretos/a da Educação básica brasileira.

Se a atividade é o que se faz, o que se contraria ou o que se recusa, compreender as exigências da atividade e defrontar-se com conflitos vitais é movimentação contínua da vitalidade subjetiva e do próprio trabalho. Sua vitalidade está em não se deixar prender na malha fina da subordinação, do automatismo, na dependência de normas instituídas (Clot, 2010). Trazemos esta consideração, pois, é através da atividade que trabalhadores/as provocam desvios à rigidez das prescrições instituídas aos espaços sociais onde configura-se o problema do racismo. Nossa tese é a de que os processos de trabalho têm cor. A branquitude e o complexo racial brasileiro precisam ter visibilidade.

Tomemos, brevemente, como estratégia analítica para afirmar nossa aposta nessa dissertação, a proposta do filme do diretor Lázaro Ramos, *Medida Provisória* (2022), para pensar aspectos pontuais da atividade-fílmica, assim como perspectivar um filme como atividade prática e psíquica quando a presença de mãos negras transmite algo do viver no trabalho, podendo “[...]aí

¹⁰A utilização da expressão relações raciais no lugar de questões raciais é de suma importância pois tem como justificativa o entendimento de que o racismo acontece em uma relação, como aponta Muller (2009). A discriminação acontece de um modo geral quando há brancos e pretos em relação.

desenvolver sua atividade, seus objetos, instrumentos e destinatários, afetando a organização do trabalho por sua iniciativa” (Clot, 2010, p.08). Inúmeras são as cenas do cinema com a potencialidade de expressar a gramática da racialização na cultura brasileira, conforme cartografou Guattari e Rolnik (1996). As linguagens, quando recortadas como dimensões de semiotização da vida no campo social, instituem uma economia e uma gramática do desejo de quem vive, de quem trabalha, produzindo e reproduzindo mensagens e formas de vida. Portanto, não se negligencia que uma semiotização é normalizada em diferentes sistemas e produções sociais. As semióticas complexificam as reflexões sobre a produção de subjetividades. Logo, as subjetividades são necessariamente tecidas pelas linhas e jogos de poder que as mobilizam. Neste prisma, pensar uma política do desejo, como é o antirracismo, depende do reconhecimento de uma vitalidade micropolítica do espaço social, notificando sua história oficial, mas, principalmente, agindo diante dos discursos e práticas que tensionam as linhas instituídas da história.

Guattari e Rolnik (1996), ao andar por nossos territórios, indicavam que falar da formação social brasileira envolve mapear a “cartografia perversa” que entre nós se instala; ao mesmo tempo, poder reconhecer o que pode criar controvérsias na “cartografia colonial, escravocrata, ditatorial” perpetrada.

No filme *Medida Provisória*, já na cena inicial, é lançada luz sobre a questão do capitalismo atual, perspectivado pelo processo de escravização e racialização de corpos pretos, abordados como elementos constituintes desta configuração (Faustino, 2021).

Desde o Cinema da Retomada, depois do ano 2000, a “topologia da segregação brasileira” vem sendo abordada de forma intensa, criando um circuito de “produção do espaço público brasileiro”, suas “narrativas de sofrimento”, sua “distopia urbana”, e toda uma “formação da sensibilidade política, ética e estética” deste corpo social, constituído pelos mais desafiadores sintomas sociais (Dunker, 2015). Os lugares de acúmulo e de manutenção de riqueza material, e de escassez e pobreza são, ambos, sobredeterminados pela divisão racial no Brasil. A personagem da professora preta Diva Guimarães em *Medida Provisória* é icônica para muitas destas compreensões. A cena que destacamos a traz diante da porta de um banco para receber uma indenização pelos anos de trabalho escravo realizado pelos povos africanos. Um projeto reparatório, que o filme dispõe tanto à nossa imaginação, quanto ao trabalho de nossa crítica. Cena emblemática para pensar os direitos humanos, a dimensão da reparação e da Justiça de transição (Magaldi, 2022). No filme, o governo inibe tal possibilidade e, a partir deste ato

vexatório, se inicia um processo de revolta das populações pretas, gesto de resistência diante da imposição arbitrária da Medida Provisória 1888.

Investir na conexão entre a dimensão transformadora do trabalho e as lutas dos povos pretos é perspectivar a criação de caminhos de mudança do instituído; essa foi nossa aposta. As resistências pretas sempre estiveram colocadas frente-a-frente com o quadro de censura e subdivisões (Mbembe, 2018). Por isso, apostamos na análise da atividade com atenção à construção dessas realidades cotidianas. Centralizar o debate na perspectiva de trabalhadores/as negros e negras, e perceber a atividade atravessada pela subjetividade racializada. Aberturas; o trabalho como fresta de produção de mundos; quando a atividade dos trabalhadores/as estiliza e movimenta os gêneros profissionais, criando vidas múltiplas e a própria multiplicidade de outros modos de expressão do trabalhar junto por meio da luta antirracista.

Aquele ato do governo é o que dá nome ao filme. O gesto impresso na decisão de, sob a perspectiva de devolução, obrigar a expulsão de pessoas de melanina acentuada para os países do continente africano. O filme, assim, escandaliza mais uma vez a barbárie constitutiva na formação social brasileira; embora o cinema opere através da instrumentalidade estética, se valendo da condição de um monumento de cultura, para transmitir a crítica à contrapelo da história colonial que ronrona entre nós por séculos, alcançando territórios variados de existência (Benjamin, 1994a).

Neste ínterim, o aspecto que gostaríamos de recortar é a manifestação política do desejo de embranquecimento da nação brasileira — tentativa muito presente na composição do racismo estrutural que se apresenta neste país (Almeida, 2019). No filme, é por meio das instituições estatais e dos aparelhos de repressão, seguindo as diretrizes da MP1888, que se concretiza um Brasil totalmente e oficialmente branco. Demarcaremos alguns signos dessa gramática.

Lia Vainer Shucman (2012), por exemplo, considera que a brancura deve estar desvinculada da branquitude: os brancos, ao adquirem consciência dos privilégios da branquitude, da estrutura racista da sociedade, podem aprender a negociar essa branquitude. Em termos formativos, isso significa dizer que os sujeitos brancos devem se perceber racializados. Entendemos que os métodos em Clínica do Trabalho podem se servir desse direcionamento para formalizar a dialogia em torno destas questões/posições. Assim, indicar as identidades raciais brancas, os sujeitos brancos e, ao mesmo tempo, desidentificar a brancura da branquitude pode se tratar de um exercício da ética de si — exercício que implica atenção diferenciada ao cotidiano e modo diferenciado de se relacionar e perspectivar a vida. Ou seja, criar meios para constituir a

possibilidade de haver um modo existencial outro, mobilizado pelos aportes clínicos como dimensão do cuidado nos mundos do trabalho (Foucault, 2010). Portanto, um outro modo de tecer a história, os discursos, nossas linguagens, artes, ofícios e processos de trabalho. Produzir controvérsias nos discursos instituídos e massificados, marcando questões políticas da sustentação da diferença e das multiplicidades. Somos feitos para fabricar contextos e neles viver. Se tal possibilidade está diminuída, e principalmente, se ela desaparece de modo continuado, não fazemos mais que somente sobreviver, submetidos aos contextos profissionais, sem poder verdadeiramente nos reconhecer naquilo que fazemos e produzimos (Clot, 2013, p. 5).

Destacamos a premência de criar oportunidades nos diferentes meios de trabalho para se fazer análise crítica, desnaturalizando as ações racistas. O exercício é assumir, nos mais distintos processos de trabalho, estratégias cotidianas para reconhecer que há desigualdades sociais entres os grupos, comunidades, territórios, setores produtivos, meios profissionais; tudo isso consistindo em um caminho para fortalecer a luta antirracista.

Como integrante da organização social brasileira, foi o racismo que forjou a topologia do nosso corpo social; logo, ele também é estruturante na organização do trabalho. O racismo é forma sistemática de discriminação, articula raça a desvantagens ou privilégios (Almeida, 2019). Nos mundos do trabalho, isso se reflete em uma branquitude que naturaliza pessoas brancas ocuparem lugares de privilégios simplesmente por serem brancas. A branquitude é um lugar de poder, vinculada à ideia de que pessoas brancas sejam superiores.

Ainda em consonância com Schucman (2014), é fundamental reconhecer que este seria o modo de subjetivação de pessoas brancas racistas, presente nos diferentes territórios existenciais, e que se mantém forte com base na contradição entre um silêncio aviltante e uma manifestação gloriosa do lugar de privilégio. Para que o privilégio se mantenha, é preciso existir um emudecimento. As análises do trabalho devem estar atentas a essa dimensão de análise das implicações (Silva; Zamboni; Barros, 2016). Kilomba (2019) nomeou tal lugar “senso de mudez”, denotando a complexa teia montada pelo colonialismo, a violência, a tortura, agressividade, os sistemas de negação, o trauma... um emaranhado de atravessamentos da formação da imagem de si e da potência da voz.

É preciso visibilizar ainda que, na história brasileira, houve a demonização da africanidade. Dunker (2015), por exemplo, situa como a barbárie colonizada reverbera numa barbárie murada no princípio do século XX, com o movimento higienista de assimilação liberal importado de

uma antropologia da degenerescência francesa, onde Raimundo Nina Rodrigues é seu representante brasileiro. Sua tese clínica (1903) exerce a especificação de variação psiquiátrica com fundamentação discriminatória de um grupo populacional. Entre outros absurdos em lógica de produção de verdade, que resultam, hoje, em brutalidades perpetradas.

Estamos, mais uma vez, pensando as portas fechadas ao acesso às condições de construção de patrimônios materiais e prosperidade vital, visto que, simbolicamente e materialmente, o dinheiro na sociedade capitalista impera os rearranjos sociais. Mesmo sem o *apartheid* de regime político, como em países também atravessados pelas práticas de escravidão africano — a exemplo do Jim Crow¹¹ nos Estados Unidos —, há distinção entre bairros de preto e bairros de branco no Brasil: bairros com escassez de infraestrutura e bairros com infraestrutura garantida pelo Estado, respectivamente.

Nesse contexto, branco e preto, além de cores de pele, são, sociologicamente e politicamente, meios de estruturação social; o que implicaria o maior desenvolvimento de uma “psicopatologia social” da sociedade colonizada e racista, que, em situação colonial, é estabelecida com eficiência, garantindo a determinação do corpo pelo Estado colonial. Modos de determinar as condições de trabalho e sua organização, como inspira-nos a pensar os escritos da psiquiatria revolucionária de Frantz Fanon (2020). “Não deveríamos nos preocupar com o sujeito branco no colonialismo, mas sim com o fato de o sujeito negro ser sempre forçado a desenvolver uma relação consigo mesma/o através da presença alienante do outro branco”. Esta brutal perspectiva, reiterada de Stuart Hall por Grada Kilomba (2019, p.39), coloca para as análises do processo de trabalho a questão da relação, das linguagens, das conflitualidades ao expressar os sentidos da atividade sendo constituídos pelas condições e tensões nesses corpos pretos/as.

Compreender as exigências de uma atividade é defrontar-se com estes conflitos vitais nos quais o/a trabalhador/a avalia a si próprio e os demais para realizar a atividade (Clot, 2010), incluindo os conflitos raciais. Caberia ao método dialógico, inerente ao gênero clínico do trabalho (Silva; Zamboni; Barros, 2016), a possibilidade de intervir justamente onde a linguagem ativa lampejos de sentido, tal como experimentado na arte-fílmica.

Já é uma crença assentir que nossas relações sejam harmônicas. Tal crença vem se mostrando uma sustentação mascarada do genocídio da população negra; um véu que proporciona o

¹¹Sistema político que aplicava a separação entre ambientes de convivência branca e preta no Estados Unidos entre 1870 e 1960, leis discriminatórias que negavam os direitos aos negros, submetiam-nos à humilhação pública e perpetuavam a sua marginalização econômica e educacional (Blakemore, 2020).

caucionamento da ambiguidade racial e permite que o “*apartheid*” social se mantenha estruturante das relações, envoltas pelo mito da democracia racial (Souza, 1983). É possível falar em racialização das clínicas do trabalho, por exemplo, quando o vivido pela população negra no Brasil passa a reverberar com amplitude vociferada e, com isso, transmitir algo de uma experiência plena, no sentido benjaminiano do termo. Transmissíveis no ouro do trabalho, alimentadas por palavras mais duráveis em sua capacidade de ensinamento (BENJAMIN, 1994b). Assim, delinear metodologicamente pesquisas e maneiras de conhecer o cotidiano e a experiência dos trabalhadores/as pretos/as reafirma que não há neutralidade na criação de nenhuma norma. A norma pode ser colocada à prova.

Devemos assentir com radicalidade o que disse Schwartz (2011), “[...]a realidade das normas antecedentes é, portanto, uma combinação inextricável de conquistas e riscos, tanto facilitadora quanto opressora da vida social” (p.136).

Neste debate, trabalho e ação são dois conceitos distintos — entretanto, não são indissociáveis. Trabalhar é estabelecer relações, engajar-se em formas de cooperação e mudança dos cenários racistas nos ambientes laborativos. É, por isso, se inscrever em uma repartição de lugares do jogo do poder implicado na branquitude, confrontando os pontos de vista e as práticas racistas. O trabalho possibilita experimentar e dar visibilidade às capacidades e recursos de cada um para, assim, transmitir o saber-fazer, validando as contribuições singulares não sobreterminadas pelo racismo. É, enfim, estar em condições de marcar o ambiente e o curso das coisas (Lhuillier, 2013).

Sabe-se que, para transformar situações de trabalho, a potência do agir está exposta às surpresas do real. A Clínica da atividade, disciplina que inspira o debate desta dissertação, “[...]visa a ação sobre o campo profissional e busca desenvolver a capacidade de agir dos trabalhadores sobre eles mesmos e sobre o campo profissional” (Clot, 2006, p. 101). No caso de nossa pesquisa, este aporte conceitual-metodológico, ao se debruçar sobre o que se faz e o que se recusa fazer, inclui a transversal do que se vive como presença do complexo social racista para modificar algo da esfera subjetiva e coletiva, capaz de continuar mobilizando trabalhadores/as a transformarem o trabalho e, nesse movimento, se transformarem.

O perigo da reprodução histórica, da naturalização de fatos velados, da constrição da força do cinema à função de entretenimento do cotidiano é o perigo de subtrair a função política da lembrança (Benjamin, 1994a; 1994b), colocando-a na esteira da colonialidade, cristalizada em pensamentos de racialização como experiência e linguagens sujeitadas. Sistemas, não se pode

negligenciar, que determinam regimes de produção de subjetividade, e que acabam por perpetuar o racismo (Guattari e Rolnik, 1996).

A forma ilustrativa da única cena do filme aqui rememorada/restaurada, um filme ao mesmo tempo distópico e realista, permite-nos reconhecer como o projeto de brasilidade sempre foi racista. Nos apossamos da gramática e do vocabulário racializados para reger a análise dos processos, procedimentos e técnica das pesquisas e intervenções. Estas são nossas implicações com a transversal de discussão aqui elencada como: raça, racismo e antirracismo, passando pelo tema do reconhecimento do branqueamento como nuance analisadora (Silva; Zamboni; Barros, 2016).

Como apresentamos no texto desta dissertação, há superfícies do racismo na escola: “ah, eu esperava uma professora bonita, loira, de cabelos compridos na sala do meu filho especial...”¹².

Para as pesquisas atuais, é fundamental o reconhecimento de que a ideia de raça é uma invenção de teorias racialistas (Fanon, 2020; Mbembe, 2020; Almeida, 2019; Kilomba, 2019), resultante de um projeto específico de Modernidade Ocidental, de uma política decidida de fronteiras de jugo colonialista, e das violências territoriais que sempre foram autorizadas e assentadas na lógica da opressão sistemática. O efeito de tal processo geopolítico, histórico e discursivo só poderia ter sido o de colonização do pensamento e de intoxicação das subjetividades (Nogueira, 2021). Nesse ínterim, os povos africanos, engolfados pela gramática racialista, e que viviam fora da Europa branca do século XVI, se tornaram parte do “quarto de despejo” da humanidade; condição humana constrangida a objeto de uso, como lembra-nos a passagem a seguir de Nogueira (2021, p.143):

No novo ambiente sociocultural em que aportou, o negro era visto como um bem pessoal de seu senhor, podendo ser aligado, penhorado, vendido, hipotecado; era comparável aos animais e objetos: Entendido como uma propriedade, uma peça ou coisa, o escravo perdia sua origem e sua personalidade para se transformar em um *servus non habet personam*: um sujeito sem corpo, antepassados, nomes, ou bens próprios. (Nogueira, 2021, p.143).

Esta é a brutal caracterização da entrada da condição de negro à cena política e aos mundos do trabalho no Brasil. A imagem do cativo como ferramenta do trabalho escravizado e, neste caso, a sociogenia de Fanon (2020) nos possibilitaria extrair e problematizar alguns desdobramentos; entre eles, os efeitos de “subjetividade, identidade, processos de identificação e cultura” com a

¹²Diário de Campo, 15 dez. 2022: fala extraída da pesquisa do Mestrado.

racialização dos corpos negros. Não é simples reconhecer seu condicionamento à violenta escravização moral e física. Corpos cujo acesso ao espaço deixa rastros de humanidade, esta que nos assemelha como gente e, portanto, nos mostra a possibilidade de produzir realidades ao estilizar um determinado ofício.

Nesses termos, é a diferença em tons de pele que naturaliza formas de vida impostas no sistema colonial perpetuado, desde aquela condição de negros escravizados até os diferentes meios de trabalho na atualidade. No bojo, forma-se um núcleo de sentido dado às diferenças, aos acordos tácitos e silenciosos das institucionalizações forjadas paulatinamente no tempo e nos espaços territoriais, impactando nossas histórias locais e os modos de atualizar tal conflitiva.

Gonzalez (2020) destaca que a política de imigração concedida aos grupos europeus no Brasil pós-abolição foi tida como solução das contradições presentes na estrutura política e social brasileira, composta pela miríade de povos distintos. Constrói-se, assim, um projeto de nação, de idealização sobre os corpos dos trabalhadores, uma política estatal de branqueamento da população, sobretudo, por meio favorecido de acesso à propriedade de terras. Daí, Fernandes (2007) aponta as barreiras instaladas para as pessoas pretas, e nos indica ao reconhecimento de como o negro no campo do trabalho brasileiro se estabeleceu na ordem da exclusão e do desamparo social. Os brancos configuraram o grupo escolhido para serem donos de terras e dos meios de produção, destinados à mão de obra no trabalho livre assalariado. Depois, no mercado de trabalho industrial e urbano, o trabalhador branco foi a figura responsável por “clarear” a nação brasileira — um projeto de miscigenação em uma sociedade regida pelo racismo estruturado pelos jogos de poder que a mobilizam até hoje.

No sentido de avançarmos nas análises dos processos de trabalho no Brasil, é preciso ainda dialogar sobre a condição de trabalhador “livre”. Gonzalez (2020) trata sobre como, na perspectiva da população afrodiaspórica, se faz necessário reafirmar a necessidade de uma luta antirracista e descolonial, ao lembrar que a presença negra no campo público de relações de trabalho converge esse complexo remodelamento da condição escrava. Para o negro que aportou no Brasil e os negros nascidos brasileiros, mesmo a condição de classe trabalhadora foi construída a duras penas.

Se perspectivamos o trabalho do ponto de vista da atividade, a análise do trabalho nas escolas públicas brasileiras, precisa desenvolver um olhar e uma escuta do trabalho docente que inclua o manuseio da norma racializada, aceita como natural. Para produzir coisas outras, portas de entrada para ampliar o diálogo, é preciso apostar nos modos de estilização que, desde a razão

racializada, seguem no desenvolvimento de um ofício. Não sem sofrimento, mas mobilizando o pensamento, a produção de subjetividades e a saúde no trabalho (Kilomba, 2019; Clot, 2010).

Os processos de trabalho na escola caminham com a dimensão ideológica-política que, nas práticas estabelecidas no cotidiano, ainda são regidas por arcaísmos de ordem escravocrata. Assim, a própria atividade surge como elemento formador de um ponto de mutação, buscando escapar à categorização-modelização-metrificação sobrecodificadas em vários planos da cultura brasileira. As educadoras, com suas práticas profissionais, podem redesenhar parcialmente o meio em que vivem e atuam.

Neste debate, Grada Kilomba (2019) convida-nos a perspectivar o racismo como um processo psicológico que exige trabalho de todos em torno da questão: “como eu posso dismantelar meu próprio racismo?” (p.46).

Já que, nos aportes das Clínicas do Trabalho, um ofício não se reduz à sua definição e determinação sociológica, consideramos que o ofício docente pode se fluidificar graças aos movimentos de ligação-desligamento das quatro instâncias que o formam. Digamos, então, que a pergunta na voz de Kilomba deve perpassar as quatro dimensões, indicadas por Clot (2013), do ofício docente: pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal; isto porque “[...]a única maneira de defender seu ofício é também atacá-lo coletivamente para forçar seus limites face ao real da atividade. É assim que um “devir outro” do ofício pode ser preservado, uma religação aberta na qual cada um pode tomar parte” (p.07).

Além do custo pessoal em alçar a condição de indivíduo trabalhador, os corpos das educadoras negras foram instituídos à condição de intrusas. Sendo o mundo do trabalho no Brasil constituído em uma historicidade branqueada, interessa-nos mostrar como a presença negra parte dessa cena expressa na condição de *outro* do humano, que é convencionado como corpo branco (Souza, 1983). O *inimigo intrusivo* com o corpo sobrecodificado nesta *outridade do branco*, como denominou Kilomba (2019, p.34); cotidianamente confrontado na fantasia e no imaginário branqueados. Por fim, o relato da Professora a seguir, que reapresentamos aqui, nos faculta constatar esse estado de coisas:

Durante um período aqui na escola, uma determinada mãe de um dos meus alunos sempre tentava me atingir de algum modo por palavras, quando saía do portão da escola me insultava, gritava e dizia que não gostava de mim. Eu sempre pensei que tinha a ver com o meu trabalho e o modo como essa mãe o enxergava. Até que um dia, uma colega colocou pra mim que isso tinha a ver com a minha cor. Quando ouvi isso, me deu um choque, até aquele momento nunca havia parado pra pensar que a

minha cor poderia influenciar em como aquela mãe implicava comigo. Quando eu pensei em conversar com essa mãe para resolver a questão, alguns colegas me diziam: deixa disso!

Enfrentarmos a condição dissipada de *servus non habet personam*, como advertiu Nogueira (2021), é o nosso desafio civilizatório. O trabalho na escola precisa ser uma entrada de abertura ao novo: constituir o nome-corpo e ancestralidade das professoras pretas, não reproduzindo o movimento “deixa disso”, para servir do trabalho educacional como um instrumento na construção de mundos sem a exploração da potência criadora da atividade humana.

Este é um debate que precisa continuar sendo qualificado no processo de trabalho numa sociedade edificada a partir de um racismo estrutural. As relações humanas, os modos de vida, assim como a vida institucional, ganham uma outra qualidade ético-política ao se refazerem a partir desse trabalho de cuidado coletivo.

Com a diversidade que compõe as Clínicas do Trabalho, apostamos que o trabalho coletivo e o coletivo de trabalho devem funcionar como estratégias de indagação do complexo racial brasileiro, mobilizando os obstáculos à atividade docente, e que, paradoxalmente, oferecem-nos um plano clínico tensionador das práticas racistas.

É importante lembrar que a vitalidade do ofício docente depende dos diálogos árduos, garantindo o lugar de fala do negro. Ribeiro (2019) cunha o “lugar de fala” como um campo de lugares e posicionamentos, nos quais há abertura ou obstáculos aos modos de produzir e direcionar a condição de sujeito político no mundo.

Não nos esqueçamos de algo fundamental nesta gramática: o ofício docente se dá por via da palavra. Djamila Ribeiro (2019), nesta noção conceitual, estimula abrir esse espaço de expressão vital, arquitetado por meio do arranjo discursivo, que só se torna possível se conectado às dimensões políticas e históricas que fazem a composição da raça e do gênero como aspectos de produção de subjetividade e de territórios existenciais específicos.

Este diálogo conceitual/político enfrenta um exercício ético urgente; quer seja, apostar na possibilidade de autorização discursiva a partir de determinado lugar de fala, escutando, ressaltando e reverberando as vozes das pessoas pretas. Na pesquisa que desenvolvemos, já se sabe, a voz da trabalhadora traz uma multiplicidade de vias e destinos: portas, histórias, portos, nomes, antepassados, corpos, falas... traz a experiência de vida como pessoa negra no ambiente educacional, quando estudante no seu período escolar, e também o hoje e o amanhã. Todas, matérias que constroem o “ser professora”.

Esse foi nosso propósito: pensar clínicas e contribuições aos mundos do trabalho antirracistas. Ora, um processo de trabalho que tem, em sua configuração, espaço para o acolhimento dos conflitos do real da atividade, pode nos surpreender ao reativar memórias coloniais de heranças invisibilizadas do material simbólico humano compartilhado. As Clínicas do Trabalho, como já demonstrou a pesquisa de Oliveira e Amador (2022), não se furtam a tratar as ferramentas teóricas e metodológicas que propiciem o aparecimento das práticas de violência do tecido social, e o racismo é uma delas. Em termos dos diálogos com a Clínica da Atividade, a consideração do gênero como um espaço construído historicamente pelas profissões é um meio de partida para a ação trans(formadora) do trabalho.

Consideramos o complexo e multifacetado racismo como elemento constitutivo dos mundos do trabalho, da economia e da gramática do desejo de quem os vive; dos jogos de poder e privilégio dos arranjos sociais, e da institucionalidade nacional. Portanto, o racismo como norma exige implicação na configuração da atividade. Seja como for, para esta perspectiva de análise do trabalho, o racismo estrutural e institucional entram como reguladores coletivos nos processos de trabalho.

Entendemos que esta nação está atrasada nas estratégias de reparação e da superação da ideia construída da população preta como apta para a escravidão. Um atraso na revisão das violências de Estado que permitiram e permitem ao negro um lugar de desabilitado para as condições de possibilidade do trabalho livre. Aqui, a marca legítima da escuridão da cor de pele se deturpou como um símbolo de marginalização social em vários âmbitos. Nossas racionalidades científicas vêm inclusive repetindo esta brutalidade, na lenta resposta transformadora deste que é o nosso maior ranço histórico.

Nosso ímpeto foi rabiscar um quadro para pensar a atividade de trabalho, levando em conta a sua composição articulada com a especificidade histórica do racismo brasileiro. Esperamos manter a pergunta sobre quais são os discursos e práticas institucionalizados nas organizações do trabalho que nos impedem de acessar a determinação que efetiva sujeitos e o corpo negro, tingidos pelas memórias e mistificações da raça. Construções estas alicerçadas por meio de forças históricas com significativo efeito na produção de culturas e subjetividades, criadoras de gramáticas da racialização.

Somos invocados pelo desejo de participar ativamente da atenção ao presente e convocar o campo da Educação ao exercício de sensibilidade para as linhas de força que estão atravessando o plano do trabalho docente. Esperamos ter contribuído para situar reflexões com as Clínicas

do Trabalho. Do ponto de vista da atividade, ao afirmar a Educação em sua dimensão radicalmente formativa e problematizadora, coloca-se um rasgo possível de questionamento à razão racializada que segrega e deprecia. Para nós, perspectivas, metodologias e procedimentos em Clínicas do Trabalho possibilitam o exercício da sensibilidade para lidar com a multiplicidade que constitui o campo da Educação, construindo movimentos de mudança. Todos atentos a colocar em análise as questões que mobilizam e enfrentam a discriminação racial. Para isso, radicalizar e diversificar o que chamamos de *dialogismos*: com perspectivas históricas; expressões culturais e artísticas; aparatos técnicos e formativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. d. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte, Brasil: Letramento, 2019.

BENDASSOLI, P.; SOBOLL, L. A. **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: Rouanet, S. P (Org.), **Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas; v. 1** (pp. 222 – 234). São Paulo, Brasil: Brasiliense, 1994.

_____. Experiência e pobreza. In: In: Rouanet, S. P (Org.), **Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas; v. 1** (pp. 114 – 119). São Paulo, Brasil: Brasiliense, 1994.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002.

BLAKEMORE, E. (2020). As Leis Jim Crow Criaram ‘Escravidão com Outro Nome’. **National Geographic**. Recuperado de: <<https://www.natgeo.pt/historia/2020/02/as-leis-jim-crow-criaram-escravatura-com-outro-nome>>.

BRASILEIRO, C. V. (2021). **Tornar-se Imensurável: o mito Negro Brasileiro e as estéticas macumbeiras na Clínica da Efemeridade**. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24708>>.

CAMPOS, G. W. D. S. C.; MARIANA, D. F.; NILTON, P. J.; CRISTIANE, P. D. C. A aplicação da metodologia Paideia no apoio institucional, no apoio matricial e na clínica ampliada. **Revista Interface: COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO**. 2014. p. 93-95.

CAMPOS, G. W. D. S. C. A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. In: CAMPOS, GWS, organizador. **Saúde Paideia**. São Paulo: Hucitec; 2003. p. 51-67.

CANDIDO, Mario Cesar Carvalho de Moura. Cidade aberta: Imagens de uma cidadania profanada. Tese de Doutorado. UFF. Programa de Pós graduação em Psicologia. Niterói: 2023.

CASIMIRO, A. P. B. S. Igreja, educação e escravidão no Brasil. **Politeia-História e Sociedade**, v. 7, n. 1, 2007.

CHRISTIAN, M. Conexões da diáspora africana: uma resposta aos críticos da afrocentricidade. In: Nascimento, Elisa Larkin. **Afrocentricidade Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLOT, Y. Trabalho e sentido do trabalho. In: P. Falzon (Org.), **Ergonomia** (pp. 265-280). São Paulo: Edgard Blücher, 2007.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte, Brasil: Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y. (2017). Clínica da Atividade. **Horizontes**, 35(3), 18–22.
<<https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i3.526>>.

CLOT, Y. O TRABALHO DOCENTE E A SAÚDE DOS PROFESSORES: O COLETIVO COMO RECURSO?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 69–74, 2021. DOI: 10.35699/2238-037X.2020.26536. Disponível em:
<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/26536>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CLOT, Y. Gêneros e estilos profissionais [1]. v. 10, n. 1, 2014. Disponível em:
<<https://journals.openedition.org/laboreal/5460>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ESCÓSSIA, L. D.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa - intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 207.

CLOT, Y. (2013). O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho**, 16(spe1), 1. Recuperado de: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p1-11>>.

_____. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte, Brasil: Fabrefactum, 2010.

_____. **A função psicológica do trabalho**, 2.ed. Petropolis, Brasil: Vozes, 2007.

CLOT, Y.; SOARES, D. H. P.; COUTINHO, M. C.; NARDI, H. C.; SATO, L. (2006). Entrevista: Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social Do Trabalho**, 9(2), 99. Recuperado de: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v9i2p99-107>>.

CLOT, Y.; GOLLAC, M. **Le travail peut-il devenir supportable?**. Paris, França: Armand Colin, 2014.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do brasil entre muros**. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2015.

FANON, F. **Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos**. São Paulo, Brasil: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, D. (2021). **As Determinações Reflexivas entre Capitalismo e Racismo**. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=GbIm62Cd_PA>.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**, 2.ed. São Paulo, Brasil: Global, 2007.

FILHO, D.; RAMOS, L. **Medida Provisória**. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2022.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2010.

GILROY, P. **Entre Campos. Nações, Cultura e o Fascínio da “raça”**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

_____. **Against Race: Imagining political culture beyond color line**. Cambridge: Massachusetts: Belknap Harvard, 2000.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2020.

GUATTARI, F.; DELEUZE, G. **Mil Platôs vol 3**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1996.

GUATTARI, F.; DELEUZE, G. **Mil Platôs vol 1**. Rio de Janeiro: Ed 34, 2012.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografia do Desejo**. Petrópolis, Brasil: Vozes, 1996.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/Unesco, 2003.

_____. Quem precisa de identidade? In: Tadeu Tomás da Silva (Ed.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Brasil: Cobogó, 2018.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. Rio Janeiro: Selo Negro, 2004.

LHUILIER, D. (2013). Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, 25(3), 483-492.

MAGALDI, F. (2022). Saúde Mental, direitos humanos e reparação na justiça de transição brasileira: notas para uma genealogia do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia no Rio de Janeiro. **Revista Antropolítica**, 54.2, p.150 – 178. Recuperado de: <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2022.i2.a50509>>.

MAIA, M. **O corpo invisível do trabalho: Cartografia dos Processos de Trabalho em Saúde**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção**. São Paulo, Brasil: n-1 edições, 2018.

MINAYO-GOMEZ, C. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In C. Minayo-Gomez, H.M.H. Machado, & P.G.L. Pena (Orgs.), **Saúde do trabalhador na sociedade contemporânea brasileira** (pp. 23-34). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

MULLER M. L.R. et al. **Educação e diferenças: os desafios da Lei 10.639/03**. Cuiabá, Brasil: EdUFMT, 2009.

NOGUEIRA, I. B. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. São Paulo, Brasil: Perspectiva, 2021.

_____. Fanon: uma filosofia para reexistir. In: Khalfa, J. & Young, R. J.C. (Orgs.). **Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos** (pp. 7 – 20). São Paulo, Brasil: Ubu Editora, 2020.

OLIVEIRA, T. A.; AMADOR, F.E. (2022). Por uma clínica do trabalho antirracista. In: **Mnemosine Vol.18, nº2** (pp. 105 – 118).

OSTY, F. **Le désir de métier**. Engagement, identité et reconnaissance au travail. Renne, Presses Universitaire de Rennes, 2003, 244p.

PINHEIRO, F. P. H. A. et al. **Clínica da atividade**: conceitos e fundamentos teóricos. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 3, n. 68, p. 110-124, 2016.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo, Brasil: Editora Jandaíra, 2019.

RODRIGUES, H.B.C. O céu e o raio. In: Silva, C. O. et al (Org.). **Clínicas do Trabalho e Análise Institucional**. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Aliança Editora e Papéis, 2016.

SCHWARTZ, Y. Manifesto por um ergoengajamento. In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. P. (Orgs.). **Clínicas do trabalho** (pp 132 – 166). São Paulo, Brasil: Atlas, 2011.

SCHUCMAN, L.V. (2014). **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. 26(1), 83–94. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/s0102-71822014000100010>>.

SILVA, C. O. et al (Org.). **Clínicas do Trabalho e Análise Institucional**. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Aliança Editora e Papéis, 2016.

SOUTO, A. P.; LIMA, K. M. N. P.; OSÓRIO, C. D. S. (2015). Reflexões sobre a metodologia da clínica da atividade: diálogo e criação no meio de trabalho. **Laboreal v. 11, n. 1**, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/laboreal/3962>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro, Brasil: Edições Graal, 1983.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia** v. 25, n.2, p. 199-322, 2013.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revolucionou a História**. Brasília: Unb, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **Signification historique de la crise en psychologie**. Paris, La Dispute, 2010.

VYGOTSKY, L. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WOODSON, G. C. **A (des)educação do negro**. São Paulo, Brasil: Edipro, 2021.

WALTERS, R. Racismo e Ação Afirmativa. In: SOUZA, Jessé (org). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília: Paralelo, 1997.